



MAPFRE

2022

RELATÓRIO E CONTAS

MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A.



Índice



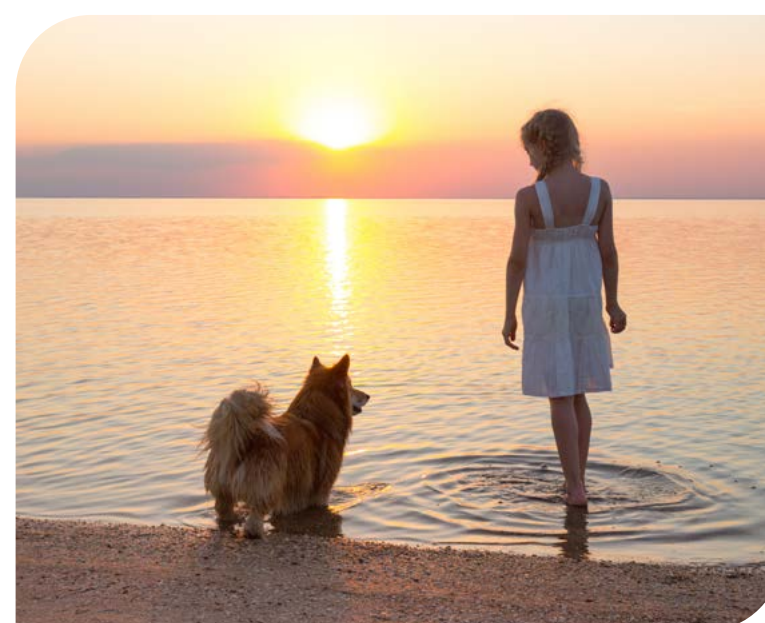
01

**Órgãos
sociais** PÁG. 3



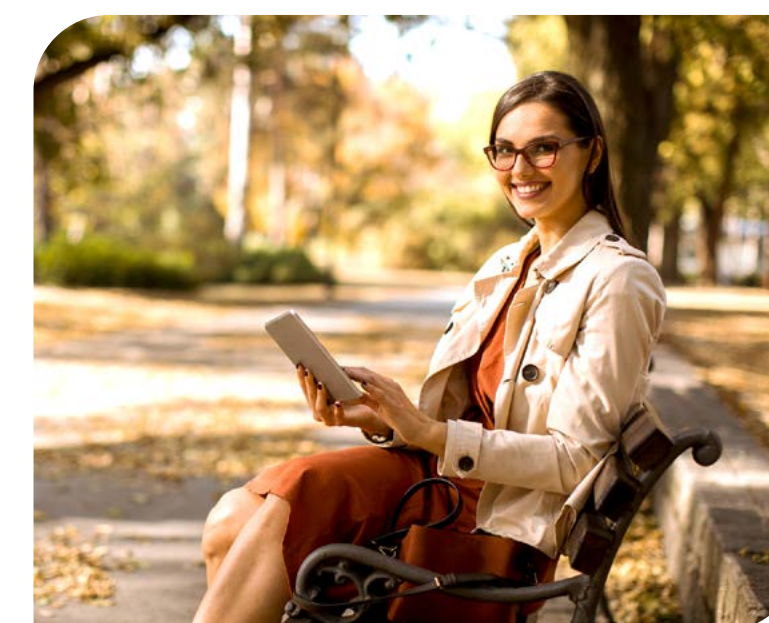
02

**Relatório
de gestão** PÁG. 5



03

**Contas
anuais
2022** PÁG. 26



04

**Notas às
demonstrações
financeiras** PÁG. 38



05

**Certificação
legal das contas
e relatório e
parecer do
conselho fiscal** PÁG. 129

01

Órgãos sociais



Conselho de Administração

(2019-2022)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva
(não é vogal)

Vogais

António do Pranto Nogueira Leite

António Luís de Azevedo Portela

Antonio Núñez Tovar

Berta Dias da Cunha

Javier del Río Martín

Luis Anula Rodriguez (Administrador-Delegado)

Conselho Fiscal

(2020-2022)

Presidente

José Ferreira Machado

Suplente

José Gabriel Chimeno

Vogais

Luís Filipe Caldas

João Sobral do Rosário

Mesa da Assembleia Geral

(2019-2022)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Luis Anula Rodriguez

Sociedade Revisora Oficial de Contas

(2020-2022)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,
representada por José Manuel Horta Nova Nunes

Suplente

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio

02

Relatório de gestão



PRINCIPAIS INDICADORES

Em 2022, o contexto socioeconómico foi adverso e complexo, ainda a reerguer-se dos impactos económicos negativos da pandemia, especialmente relevantes nos sistemas de saúde e nas cadeias logísticas, tornando-se altamente desafiante com o conflito armado na Ucrânia.

Tal acontecimento teve consequências imediatas causando um conjunto de constrangimentos no decurso normal da atividade económica. Trouxe incertezas, turbulência nos preços e alavancou a tendência inflacionista que já vinha do período pós-pandemia.

A MAPFRE avançou focada em acompanhar o que é importante para o quotidiano das populações e no conjunto de Vida e Não Vida, atingiu um volume de vendas de 6 mil milhões de euros.

RESULTADO LÍQUIDO

2,12^M€

CAPITAL PRÓPRIO

47,4^M€

ATIVO

216^M€

PASSIVO

169^M€

RÁCIO DE SOLVÊNCIA

210%

PESSOAS

248 57% Mulheres
43% Homens

MÉDIA DE IDADE

45,9 Anos

MÉDIA DE ANTIGUIDADE

16 Anos

FORMAÇÃO DE COLABORADORES

3.263 Horas
Presencial e *online*



01

CONJUNTURA ECONÓMICA

O ano 2022 foi fortemente impactado pelo surgimento do conflito armado na Ucrânia, com consequências sócioeconómicas mundiais

Numa tentativa de caracterizar de forma sumária o ano 2022 em termos socioeconómicos, talvez se possa dizer que foi, no mínimo, desafiante. Não que os anos precedentes não tenham sido exigentes, mas porque em 2022 surgiram novos e fortes impactos sem que se tivessem dissipado ainda os efeitos da pandemia que afetou os anos anteriores.

Com efeito, quando o mundo, num processo que parecia estar no bom caminho, se tentava reerguer dos impactos económicos negativos da pandemia, que foram especialmente relevantes nos sistemas de saúde e nas cadeias logísticas, surgiu o conflito armado na Ucrânia com invasão deste país por parte da Rússia.

Tal acontecimento teve como consequência imediata um conjunto de constrangimentos no decurso normal da atividade económica, provocados, desde logo, pelo clima geral de desconfiança e incerteza que uma guerra inevitavelmente gera, e depois, mais em concreto, pela turbulência em torno dos produtos energéticos - gás e petróleo - bem como dos produtos agrícolas, nomeadamente os cereais.

A Europa Central, coração da União Europeia, que ao longo dos últimos anos, em resultado de tomadas de decisão

O impacto da guerra na Ucrânia é global e sistémico e está a provocar uma crise energética, financeira e alimentar mundial

talvez pouco avisadas, se tornou bastante dependente do fornecimento de gás oriundo da Rússia, viu-se na contingência de ter que diversificar geograficamente as suas compras de energia, defrontando-se com a falta de capacidade de resposta imediata dos mercados alternativos devido à forte procura de que foram alvo, o que levou a um aumento enorme dos preços que rapidamente se transferiu para a produção de bens e serviços e daí para os consumidores, num processo inflacionista do qual já não havia memória.

Os cereais, produto agrícola essencial à confeção de outros produtos básicos para a sobrevivência humana, estiveram retidos em navios privados impedidos de sair dos portos Ucrânicos durante largos meses, ameaçando agravar a fome em alguns países africanos e provocando, por todo o mundo, uma espiral de subida de preços dos bens alimentares, bem como falhas de certos produtos nas prateleiras dos supermercados.

A tendência inflacionista, que já se notava no ano anterior em consequência da pressão exercida pela retoma da atividade económica pós-pandemia, viu-se, assim, alavancada e embora, num momento inicial, os bancos centrais por todo o mundo tenham tentado encará-la como pontual, a realidade é que, perante a sua persistência, não tiveram

outra alternativa para a controlar que não fosse tocar nas taxas de juro de cedência de liquidez, num processo gradual de incremento que muitos especialistas indicam não ter terminado ainda, o qual provocou uma subida acentuada das taxas das obrigações de dívida pública e da taxa de referência Euribor comumente utilizada como indexante nos financiamentos bancários.

Como consequência natural desta política monetária, a generalidade das previsões aponta para um arrefecimento económico nos próximos anos, traduzido em taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mais reduzidas ou, até mesmo, o aparecimento de uma recessão em alguns países, como mostra o Quadro 1 ao lado.

Em Portugal, o efeito do contexto pandémico na economia foi bastante acentuado no ano 2020, no qual o PIB apresentou uma evolução negativa de 8,4%, substancialmente pior quando comparada com o decréscimo de 2,8% médio mundial nesse ano.

Já em 2021, o produto interno bruto encetou uma recuperação, apresentando um crescimento de 5,5%, apontando as estimativas para o encerramento do ano 2022 com um novo e reforçado avanço de 6,8% que situará o seu desempenho bem acima da estimativa média mundial, a que não será alheio o facto do ponto de partida ser substancialmente baixo e de a recuperação ter começado com um certo desfasamento temporal, em linha, aliás, com o que acontece habitualmente no que concerne à absorção dos diversos efeitos externos pela nossa economia.

A recuperação destes dois últimos anos assentou na evolução favorável da generalidade das variáveis, tanto no plano interno, com crescimentos significativos do investimento e dos consumos público e privado, neste caso acompanhado de uma descida da taxa de poupança, como no plano externo, onde as exportações e importações registaram um crescimento expressivo.

Esta dinâmica económica contribuiu decisivamente para um aumento da população empregada e uma descida da taxa de desemprego, a qual deverá situar-se no final de 2022 em 5,9%, um nível ainda mais próximo do limiar do pleno emprego, tendo surgido, por isso, algumas dificuldades de preenchimento de postos de trabalho, em especial nas áreas da hotelaria e da construção civil, nas quais se verificou uma forte retoma da atividade.

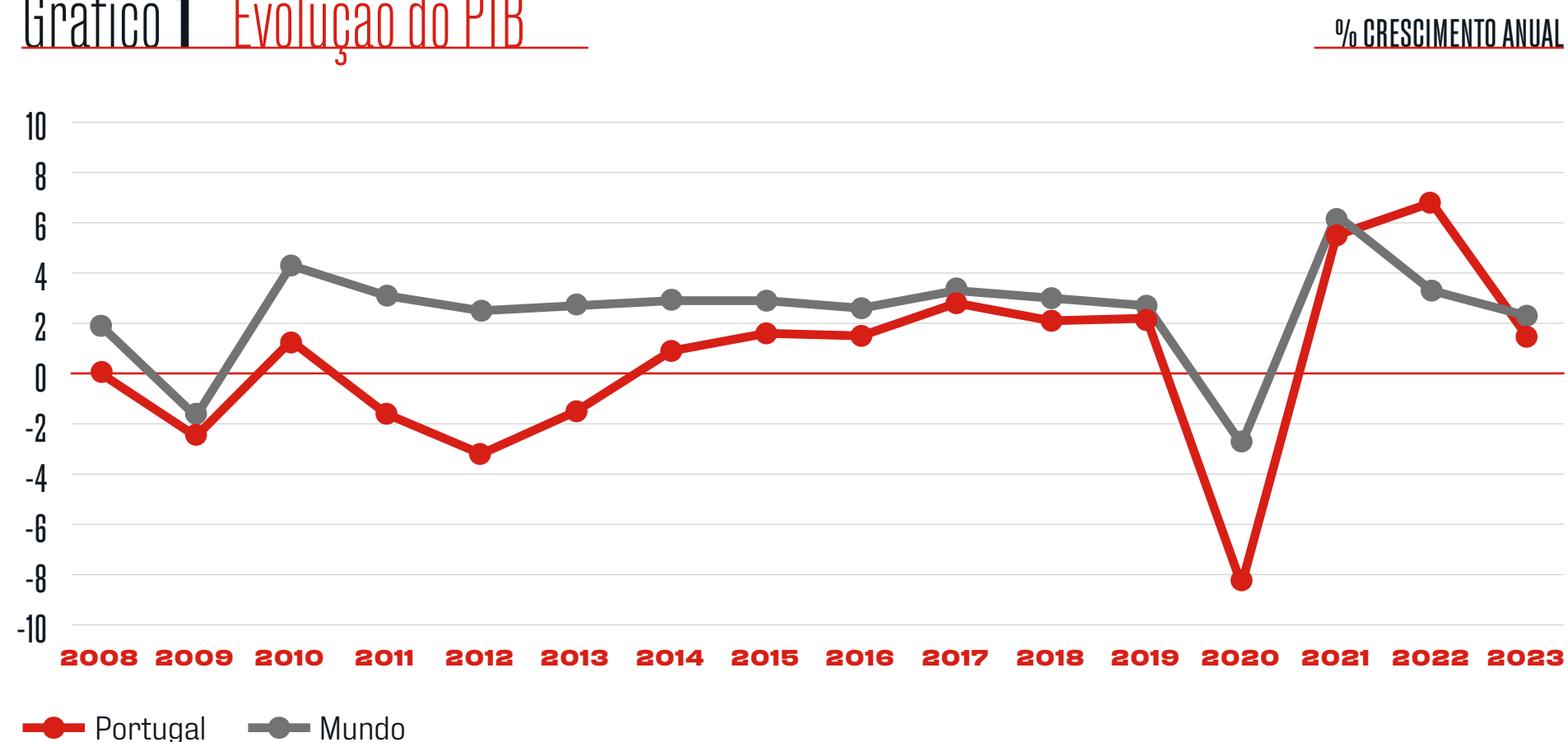
O mercado imobiliário, que já se tinha mostrado robusto no período da pandemia, manteve um alto nível de transações, beneficiando, entre outros aspetos, do afluxo de investimentos oriundos de residentes em outras geografias com elevado poder de compra. Este dinamismo, associado à escassez de materiais

Quadro 1 Indicadores da economia mundial

	2019	2020	2021	2022	EUROS 2023
PIB (% crescimento)	2,7	- 2,8	6,3	3,3	2,3
Comércio (% crescimento)	1,0	- 8,3	11,6	6,1	2,0
Cotação Petróleo (Euros)	57,2	36,3	60,1	99,7	83,9
Cotação Gás (Euros)	n.d.	n.d.	46,6	122,5	123,6

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2022)

Gráfico 1 Evolução do PIB



Fonte: Banco Mundial e Banco Portugal. Dados 2022 e 2024 estimativas

e de mão-de-obra, levou a um incremento generalizado dos preços que tornou praticamente inacessível o acesso da população local à compra de habitação nas grandes cidades, em especial por parte dos mais jovens, cujos rendimentos em início de vida são habitualmente mais reduzidos, remetendo-os para zonas mais periféricas onde, naturalmente, se começou a sentir também a pressão da procura com o consequente aumento dos preços.

A conjugação da evolução de todos os fatores internos e externos mencionados levou a uma alteração abrupta da inflação em 2022, cuja taxa, após décadas em terreno praticamente nulo, se estima que acabe por situar-se em torno de 8%.

Uma alteração desta magnitude do índice de preços e o incremento das taxas de juro, comentado anteriormente, não poderiam deixar de ter consequências no nível de vida da população em geral, mas em especial nos mais vulneráveis. Com o objetivo de minimizar os impactos, quer o governo, quer algumas empresas privadas, atribuíram prestações monetárias extraordinárias, as quais, embora compreensíveis de um ponto de vista social, potenciam um efeito contraditório à política monetária de subida das taxas de juro para controlo da inflação.

Apesar do esforço na concessão das prestações sociais extraordinárias, as contas públicas, cujo estado muito condicionou a evolução económica na década passada, mantiveram uma evolução bastante favorável, pois a arrecadação de receita, além do efeito do dinamismo económico, contou com o contributo extraordinário do próprio processo inflacionista.

O ano 2023 desenrolar-se-á debaixo deste contexto turbulento, sendo de esperar uma travagem da economia portuguesa, traduzida pelo retrocesso nas previsões dos diversos indicadores, entre os quais o PIB, cuja percentagem de crescimento deverá reduzir-se para 1,5%, um nível inferior ao da pré-pandemia e ao previsto para o resto do mundo, mas, apesar de tudo, positivo, facto relevante quando se noticia que algumas economias dos vizinhos europeus podem mesmo entrar em recessão.

No caso concreto do setor segurador, sem dúvida que a política monetária será um obstáculo ao crescimento da procura a curto prazo que, provavelmente, castigará mais os ramos Não Vida, mas vislumbra-se uma oportunidade em Vida, na medida em que a tendência de subida das taxas de juro e o abrandamento da inflação podem constituir um estímulo para este segmento.

Avizinha-se, assim, mais um período de intensos desafios que exigirão uma leitura permanente e apurada da realidade, bem como uma grande agilidade na tomada de decisões, algo que, na verdade, se vem tornando regra ano após ano.

Quadro 2 Indicadores económicos de Portugal

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PIB	2,4	2,2	-8,4	5,5	6,8	1,5
Consumo Privado	3,1	2,4	-7,1	4,7	5,9	0,2
Consumo Público	0,9	0,7	0,4	4,6	2,0	1,9
Investimento	5,8	5,4	-2,7	8,7	1,3	2,9
Exportações	3,8	3,5	-18,6	13,5	17,7	4,3
Importações	5,8	4,7	-12,1	13,3	11,1	3,0
Taxa de Desemprego	7,0	6,5	7,0	6,6	5,9	5,9
Índice Preços Consumidor	1,2	0,3	-0,1	0,9	8,1	5,8
Saldo das Contas Públicas	-0,4	0,2	-7,3	-2,9	-1,9	-0,9
Taxa Juro Curto Prazo (Euribor 3 meses)	-0,300	-0,400	-0,400	-0,500	0,400	2,900

Dados em percentagem – Dados de 2022 e 2023 são estimativas.

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco Portugal (Boletim Económico dezembro 2022).

8%
Taxa de inflação atingida em 2022, após décadas em terreno praticamente nulo

02

EVOLUÇÃO SETORIAL

O ano fica marcado por uma descida de 9,5% do volume de negócio em relação ao ano anterior, no entanto Não Vida registou um crescimento, pelo oitavo ano consecutivo, de 7,4%

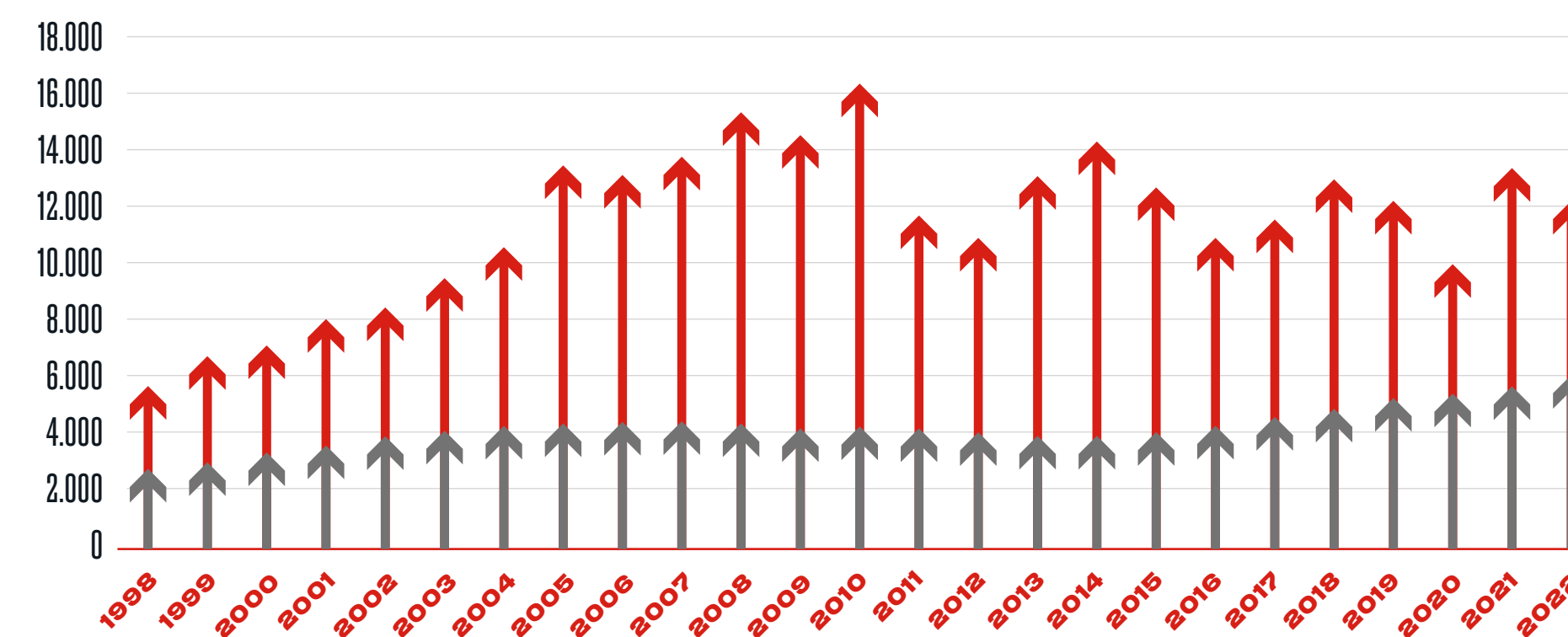
Em 2022, o volume de negócios atingiu o 12 mil milhões de euros, voltando a um nível semelhante a 2019, o ano de pré-pandemia

Segundo os dados disponibilizados pela APS - Associação Portuguesa de Seguradores, o ano fica marcado por uma descida de 9,5% do volume de negócio em relação ao ano anterior, voltando para um nível muito semelhante ao do ano 2019, em torno dos 12 mil milhões de euros.

No entanto, esta *performance* global foi distinta entre os segmentos Não Vida e Vida. Enquanto que em Não Vida se observou um crescimento pelo oitavo ano consecutivo, desta vez de 7,4%, em Vida ocorreu um decréscimo de 21,8%, acabando os dois segmentos por se situarem em cifras absolutas muito próximas dos 6 mil milhões de euros, repartindo quase equitativamente o bolo global, tal como ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2 *Volume de vendas*

MILHARES DE EUROS



● Não Vida ● Vida

Fonte: APS

Entrando um pouco mais no detalhe do comportamento de cada um dos segmentos e começando por Não Vida, destaca-se o vigor do crescimento dos ramos mais representativos, a que não será alheio o comportamento favorável da economia, comentado no capítulo anterior.

O ramo de Doença teve o crescimento mais expressivo com 11,8% e afirmou-se definitivamente como o segundo ramo em termos de volume de prémios Não Vida. A crescente sensibilidade da população para os cuidados de saúde e uma certa degradação da prestação dos serviços públicos terão contribuído, certamente, para esta evolução.

Por sua vez, os ramos Multirriscos avançaram 8,2% em consequência de uma evolução favorável de todos os setores económicos que o compõem, mas especialmente no setor do Comércio no qual o crescimento atingiu os 19%.

O ramo de Acidentes de Trabalho evoluiu em linha com o ano anterior, repetindo praticamente a percentagem de crescimento, que acabou em 6,4%, impulsionada pela subida das massas salariais sobre as quais incide a taxa de cálculo dos prémios, associada ao aumento do emprego e dos salários, em especial do salário mínimo.

Já em relação ao ramo Automóvel, o crescimento foi mais moderado, na ordem dos 3,6%, contudo, substancialmente maior que o dos dois anos precedentes em que sofreu o efeito da descida do número de novos veículos vendidos relacionada com os constrangimentos nas cadeias de fornecimento de componentes.

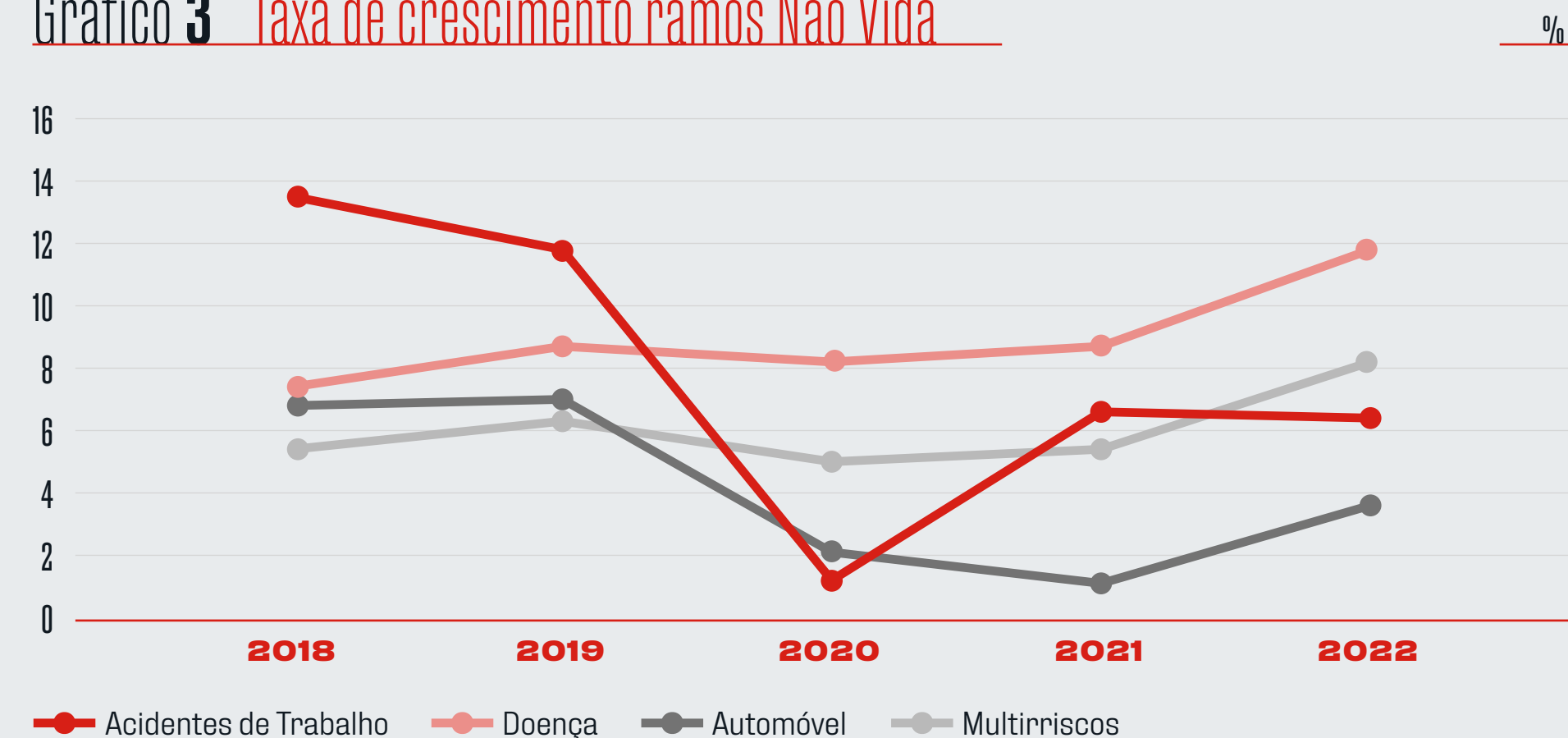
No caso de Vida, o retrocesso acentuado deveu-se especialmente ao decréscimo de 34,4% nos produtos Ligados a Fundos de Investimento, um comportamento muito similar tanto nos PPR – Planos Poupança Reforma como nos restantes produtos de poupança.

Tal, parece ter sido a consequência das subidas das taxas de juro diretoras promovidas pelos diversos bancos centrais como forma de combater a tendência inflacionista, que tornaram menos atrativos os produtos *Unit Linked* que tinham sido o motor do crescimento nos dois anos anteriores, em especial em 2021.

Esta realidade e a conhecida apetência dos aforradores por produtos de capital e rendimento garantido traduziu-se numa corrida à subscrição de Certificados de Aforro, cujas taxas voltaram a ser competitivas, o que, associado ao facto do regresso da oferta de produtos de capital e rendimento garantido por parte do setor segurador não ter sido imediato, poderá explicar que no segmento de produtos Não Ligados a Fundos de Investimento também se tenha verificado um decréscimo, ainda que mais residual, na ordem dos 2,5%.

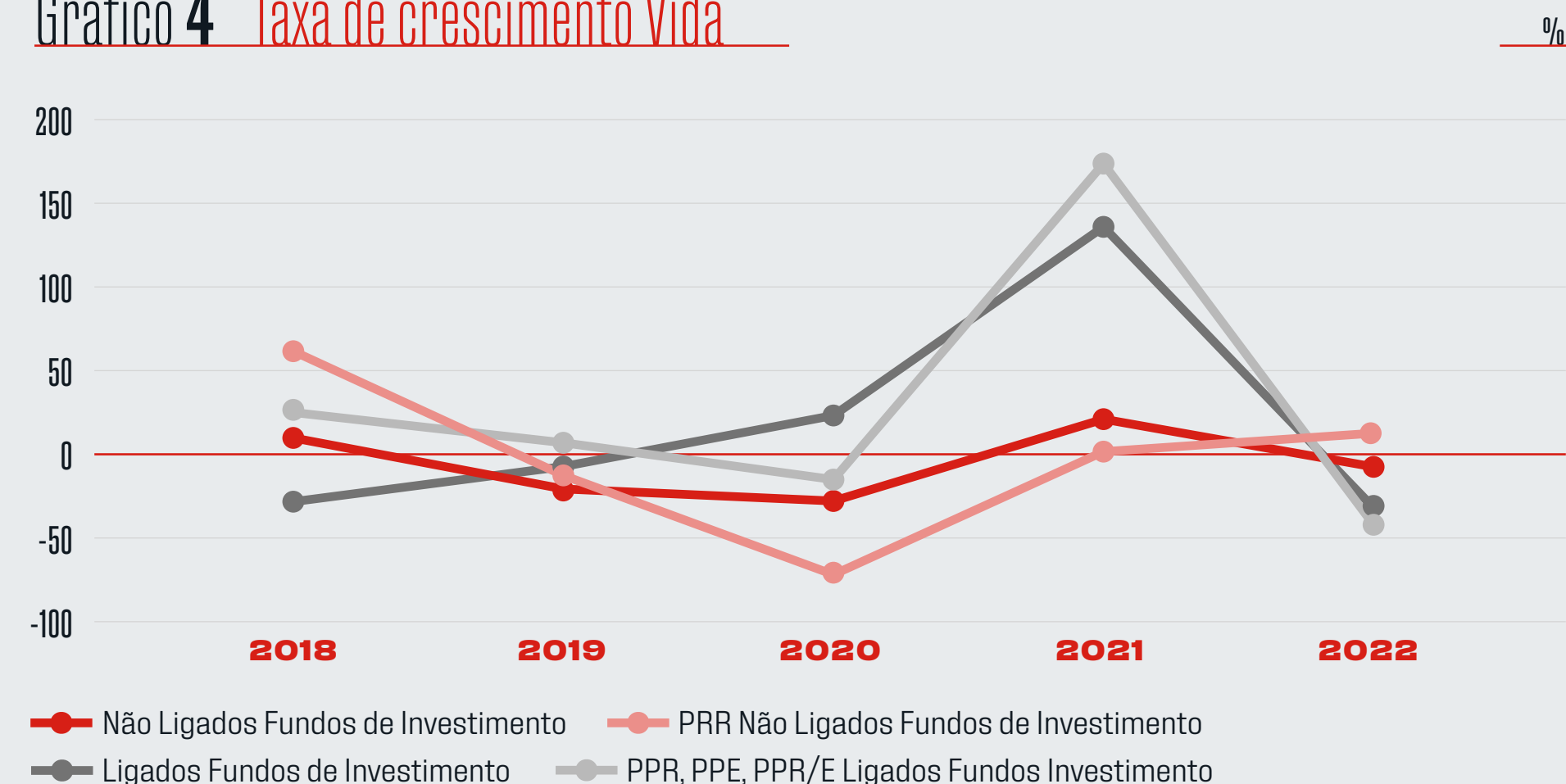
Este desempenho negativo no conjunto do mercado Vida e Não Vida, a par do crescimento significativo do PIB, teve como consequência um recuo do peso do setor segurador na economia para 4,9%, bem distante dos 6,2% alcançados no ano anterior e ainda mais distante do pico dos últimos 10 anos que tinha sido atingido em 2014 com 8,3%.

Gráfico 3 Taxa de crescimento ramos Não Vida



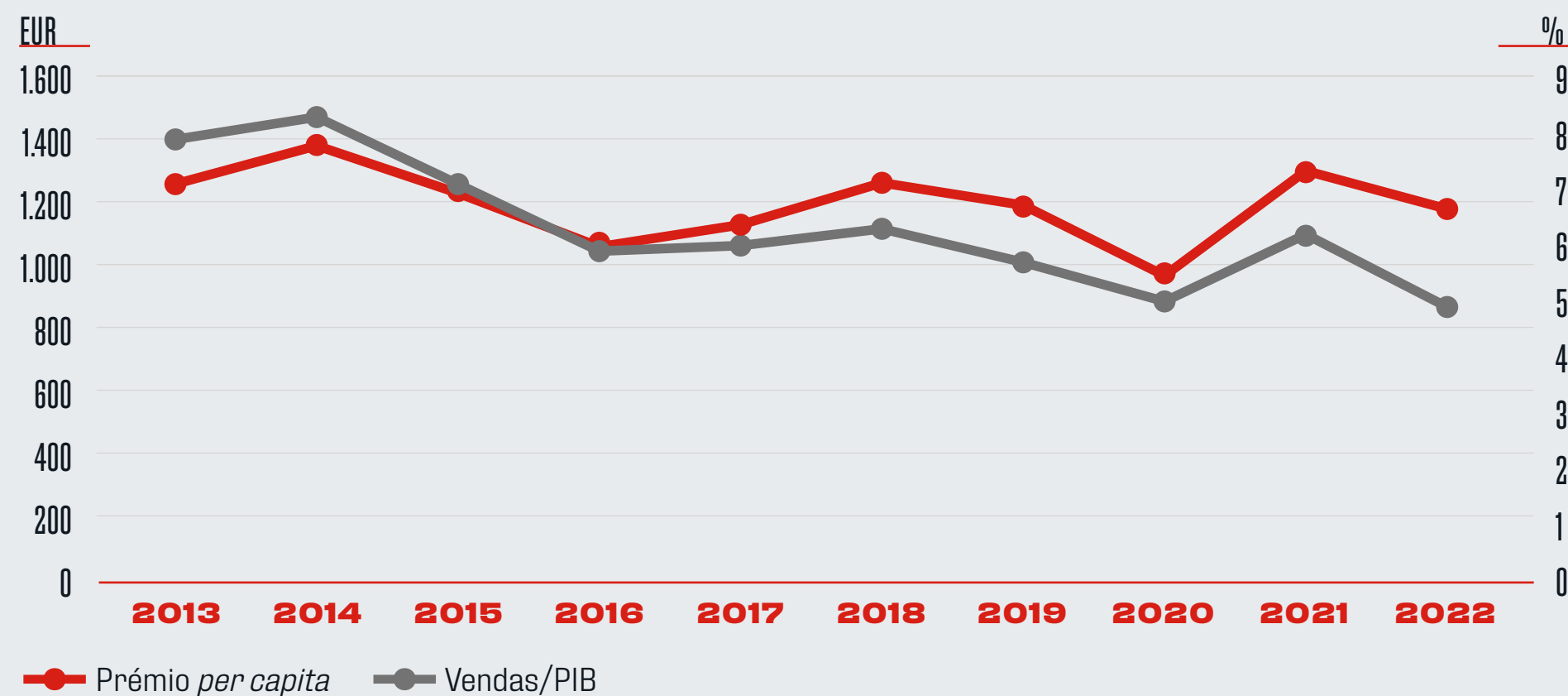
Fonte: APS

Gráfico 4 Taxa de crescimento Vida



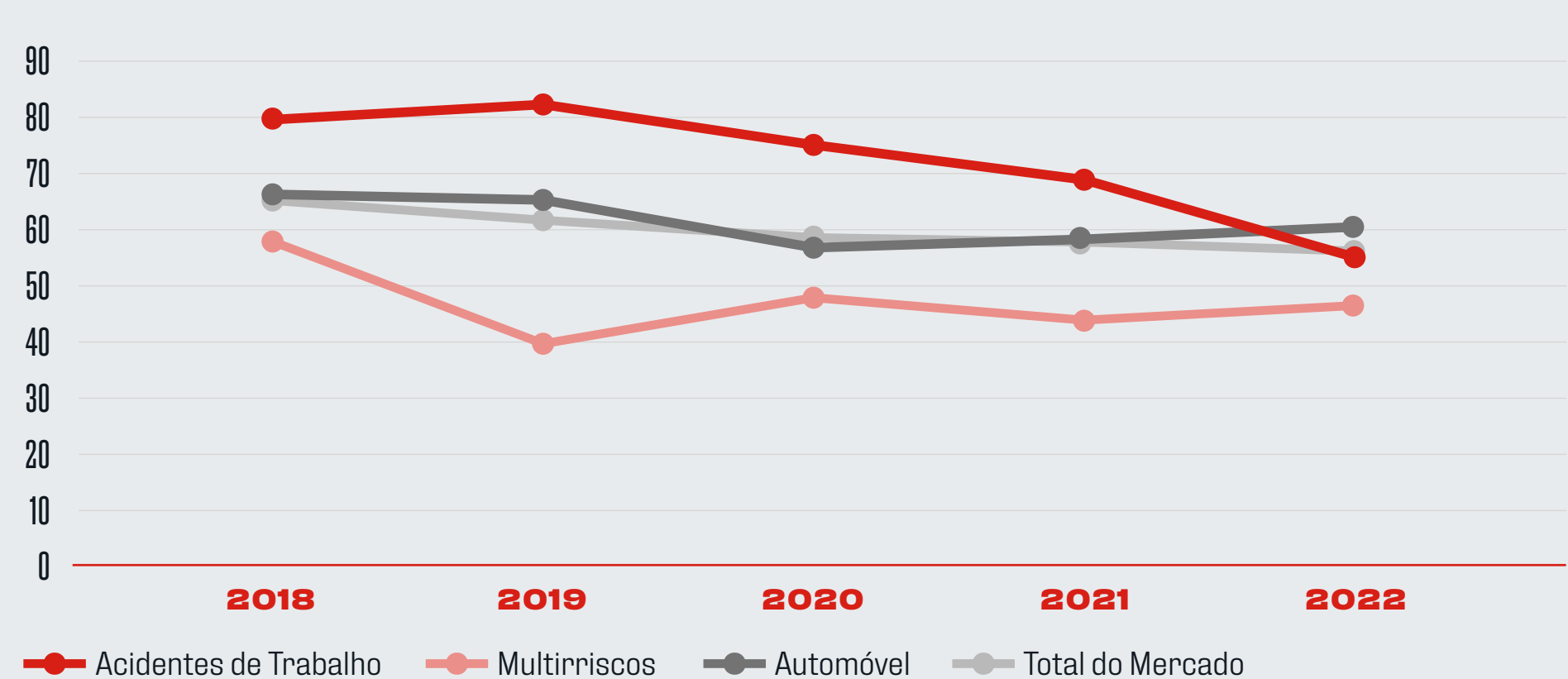
Fonte: APS

Gráfico 5 Penetração do setor segurador na economia



Fonte: APS

Gráfico 6 Taxa sinistralidade Não Vida (sobre prémios emitidos)



Nota: Sinistralidade não inclui gastos por natureza imputados à função sinistros • Fonte: APS

O ramo de Acidentes de Trabalho teve o melhor comportamento dos últimos anos, com uma descida muito significativa, de quase 14 pontos percentuais, fixando-se nos 55,1%

No mesmo sentido evoluiu o prémio *per capita*, mas com uma queda ainda mais acentuada de 9,4%, passando de 1.298,29 euros no ano anterior para 1.176,79 euros este ano.

Ao nível da sinistralidade Não Vida importa mencionar a ocorrência, em dezembro, de condições meteorológicas bastante adversas que provocaram várias inundações, com maior incidência na Área Metropolitana de Lisboa.

Esse acontecimento terá tido influência no agravamento da taxa de sinistralidade dos ramos Multirriscos, medida em função dos prémios brutos emitidos, a qual subiu 2,6 pontos percentuais de 43,9% o ano anterior para 46,5% este ano.

No caso do ramo Automóvel, verificou-se também um agravamento, no caso, de 2,2 pontos percentuais, passando de 58,3% em 2021 para 60,5% em 2022. As referidas condições meteorológicas adversas terão tido alguma

inflúncia neste comportamento, mas serão de considerar adicionalmente os efeitos do regresso à quase normalidade da circulação pós-pandemia e do aumento dos custos de reparação devido ao disparo da inflação.

Por sua vez, o ramo de Acidentes de Trabalho teve o melhor comportamento de há muito anos a esta parte, com uma descida muito significativa de quase 14 pontos percentuais, de 68,9% para 55,1%, para o que terá contribuído bastante, mas não exclusivamente, a subida das massas salariais.

O excelente desempenho do ramo de Acidentes de Trabalho acabou por permitir absorver os efeitos negativos de Multirriscos e Automóvel levando a sinistralidade total a diminuir de 57,8% para 56,2%, o que corresponde a menos 1,6 pontos percentuais que no ano anterior, uma realidade que talvez não fosse esperada num contexto de subida da inflação e de recuperação da atividade económica.

Em Vida, a sinistralidade dos produtos de Risco Puro como que regressou à normalidade após um pico verificado no ano anterior, tendo terminado nos 25,4% dos prémios emitidos.

Ainda em Vida, o Fluxo Técnico foi inequivocamente impactado pelo retrocesso nas vendas, já comentado anteriormente, acabando o ano com uma variação negativa em torno dos 482 milhões de euros, numa tendência que se acentuou no segundo semestre, coincidindo com o período em que a subida de taxas de juro se tornou mais notória e, com ela, a deslocação dos consumidores para outro tipo de produtos de poupança, sem esquecer também o efeito decorrente do facto da própria taxa de poupança ter começado a tocar níveis mínimos em relação ao rendimento disponível.

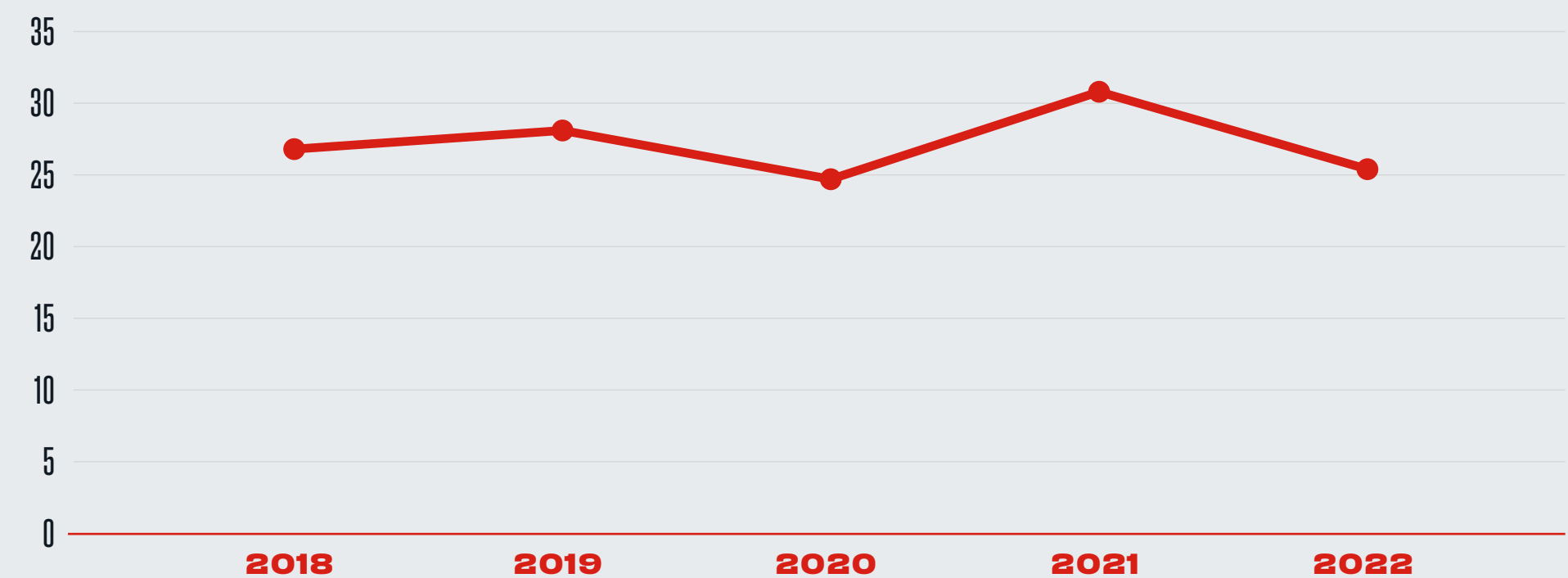
Sobre o resultado líquido do setor, à data de elaboração deste relatório, os dados provisórios disponíveis apontam

para um valor à volta de 900 milhões de euros, um crescimento significativo face aos cerca de 700 milhões do ano anterior. Contudo, esta evolução deriva exclusivamente da aportação da componente não técnica, porquanto a conta técnica do segmento Vida se situa sensivelmente ao mesmo nível e a de Não Vida apresenta uma descida.

Para terminar a abordagem setorial, importa deixar uma referência ao nível de Solvência, assinalando que, apesar de evidenciar uma descida ao longo do ano, continua a situar-se num patamar confortável, revelando uma boa solidez do setor. Com efeito, o rácio de cobertura do requisito de capital de Solvência situava-se em 200,2%, (dados da APS ao fecho do terceiro trimestre), isto é, o dobro do mínimo exigido, com as companhias do segmento Vida a apresentarem uma subida, ao contrário das do segmento Não Vida e das Mistras que evoluíam no sentido descendente.

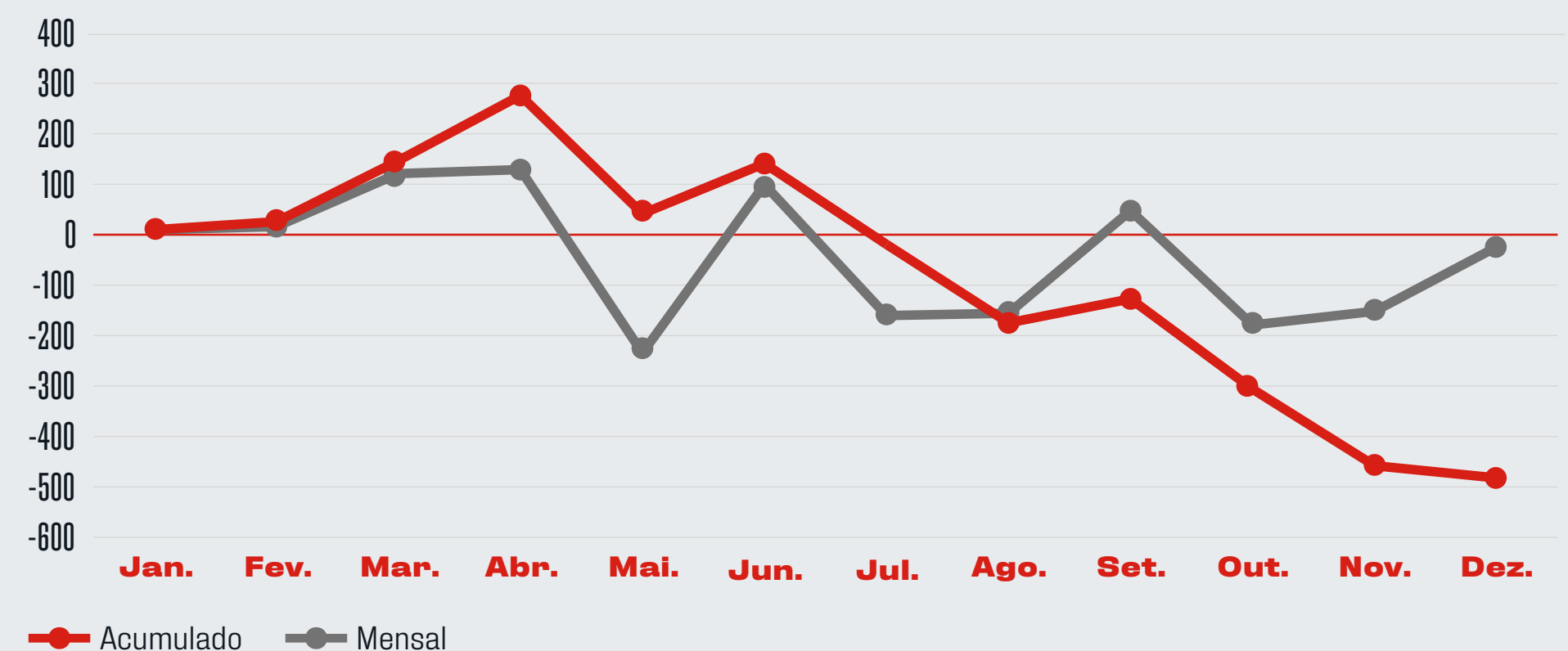
200,2%
Rácio de cobertura do requisito de capital de Solvência em 2022, o dobro do mínimo exigido

Gráfico 7 Taxa de sinistralidade Vida Risco (sobre prémios emitidos) %



Fonte: APS

Gráfico 8 Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2022 MILHÕES DE EUROS



Fonte: APS



03

EVOLUÇÃO DA MAPFRE SEGUROS GERAIS

Os prémios emitidos fixaram-se em 107,63 milhões de euros, um crescimento superior a 5 milhões de euros

3.1. Prémios Emitidos

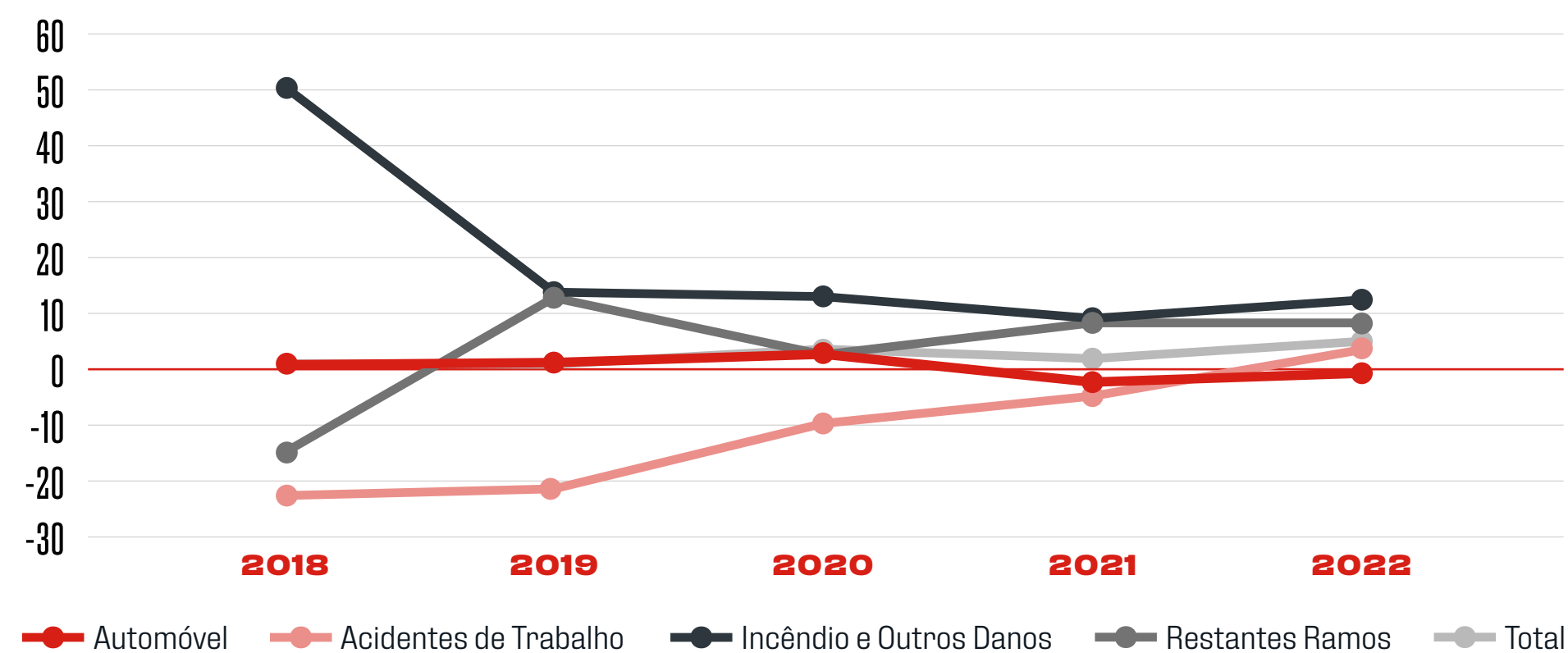
Os prémios emitidos evoluíram favoravelmente com um crescimento superior a 5 milhões de euros em relação ao ano anterior, o que corresponde a aproximadamente 5%, cifrando-se em 107,63 milhões de euros.

Este crescimento ficou um pouco aquém dos 6,7% do conjunto do mercado, penalizado pelo desempenho mais moderado nos ramos de Automóvel e Acidentes de Trabalho, atento o objetivo de continuar a garantir a rentabilidade técnica através de condições tarifárias adequadas e de rigorosas medidas de subscrição.

No caso particular de Acidentes de Trabalho importa dar o devido relevo ao crescimento de 3,5% alcançado, porque, embora mais moderado do que o do mercado, representa a entrada em terreno positivo após anos sucessivos de decréscimo, na sequência das medidas de saneamento levadas a cabo em 2018 e 2019 para assegurar o reequilíbrio técnico.

Já o ramo de Incêndio e Outros Danos destacou-se com um crescimento de 12,4%, suportado pelo excelente desempenho do canal de *bancassurance* e dos negócios de *Global Risk* onde a Companhia tem vindo a reforçar o posicionamento ano após ano.

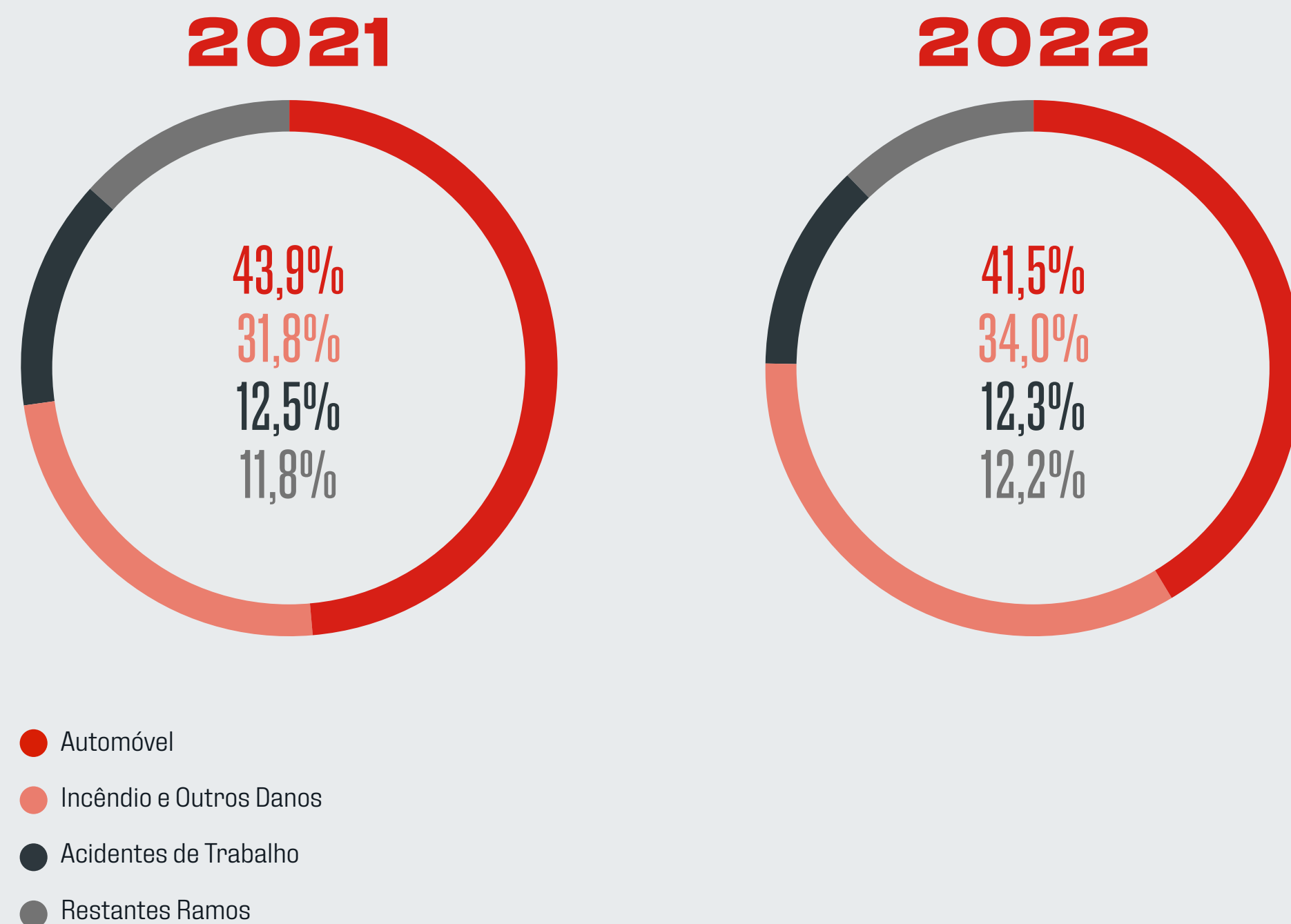
Gráfico 9 Taxa de crescimento de vendas ramos Não Vida %



Fonte: APS

Gráfico 10

O ramo de Incêndio e Outros Danos destacou-se com um **crescimento de 12,4%**, suportado pelo excelente desempenho do canal de *bancassurance* e dos negócios de *Global Risk*



Em face desta evolução, o ramo Automóvel diminuiu o seu peso na estrutura da carteira a favor do ramo de Incêndio e Outros Danos, cabendo a este já um pouco mais de um terço do volume global de prémios, enquanto que os restantes ramos (Acidentes de Trabalho e Outros) mantiveram sensivelmente a mesma representatividade, conforme ilustra o gráfico 10.

3.2. Rácios Combinados

No que respeita ao ramo Automóvel, após dois anos de baixa significativa, associada aos períodos de confinamento, assistiu-se a uma subida do rácio combinado até aos 97% no ano 2022. Apesar desta evolução ascendente, queremos rotulá-lo como muito positivo porque, mesmo influenciado pela subida de preços e pelo regresso da circulação automóvel aos níveis normais, apresenta-se significativamente inferior ao que se verificava no período pré-pandemia, permitindo presumir pela adequação das tarifas e das normas de subscrição implementadas.

No ramo de Acidentes de Trabalho, o processo de saneamento e ajustamento tarifário, levado a cabo no ano 2017, criou

condições para um comportamento consistente e sucessivamente folgado do rácio combinado abaixo do limiar dos 100%, pelo que se perspectivava idêntico resultado no ano 2022. Contudo, o que acabou por acontecer foi um desempenho ainda mais positivo, por via do bom comportamento da sinistralidade, de certa forma em linha com o que se verificou no mercado, terminando em 88,8%, cerca de 7 pontos percentuais abaixo da média dos quatro anos anteriores.

Pelo contrário, o rácio do conjunto dos restantes ramos sofreu uma subida muito significativa de cerca de 16 pontos percentuais, situando-se em 108%, especialmente devido aos eventos extraordinários de forte pluviosidade ocorridos no mês de dezembro e que afetaram principalmente os ramos Multirriscos Habitação, Comércio e Indústria.

Este efeito acabou mitigado pelos referidos desempenhos favoráveis de Automóvel e Acidentes de Trabalho, fazendo com que o rácio combinado global de Não Vida tenha terminado em 97,6%, apenas meio ponto percentual acima de 2019, ano que utilizamos como comparativo em representação do período pré-pandémico.

3.3. Carteira e Rentabilidade de Ativos Financeiros

No que concerne à composição da carteira, a política de investimentos manteve um cariz eminentemente prudente, sem modificações relevantes, pelo que a estrutura por categoria de ativos se manteve estável, portanto, também sem grandes alterações.

Com efeito, os títulos de rendimento fixo continuaram a ser os de maior representatividade, à volta de 77%, apenas um pouco reforçada em relação ao ano anterior por contrapartida da diminuição dos depósitos bancários, ao passo que os títulos de rendimento variável mantiveram um peso menos relevante em torno dos 17%.

Sobre a rentabilidade, tal como comentado no capítulo do enquadramento socioeconómico, ao longo do ano 2022 começou a ser evidente uma tendência de subida das taxas de juro, mais forte no segundo semestre, rompendo com o contexto anémico que se viveu ao longo da última década.

Esta nova realidade traduziu-se num incremento da taxa de rentabilidade dos ativos financeiros que constituem o balanço da Companhia, embora tal incremento tenha sido ainda um pouco limitado e se perspetive que

apenas se torne mais relevante com o decurso do tempo, uma vez que está em causa uma carteira com características de longo prazo.

Os títulos de rendimento fixo beneficiaram dessa nova tendência de taxas, alcançando uma rentabilidade média de 3,2% face a 2,8% no ano anterior, enquanto os títulos de rendimento variável (ações e fundos de investimento) tiveram um desempenho inferior aos dos anos precedentes, fixando-se numa rentabilidade média de 1,4%.

No campo dos depósitos bancários, as subidas da taxa de cedência de liquidez, implementadas pelo Banco Central Europeu, não tiveram correspondência imediata nas remunerações praticadas pelas instituições bancárias que se mantiveram nulas.

Por outro lado, ao contrário dos anos anteriores, não se verificou a realização significativa de mais-valias.

Como consequência deste comportamento de cada uma das tipologias de ativos, e dada a predominância dos títulos de rendimento fixo, a taxa de rentabilidade do conjunto da carteira subiu dos 2,4% no ano anterior para 2,7% este ano.

Os títulos de rendimento fixo beneficiaram da nova tendência de crescimento das taxas, alcançando uma rentabilidade média de 3,2%

Gráfico 12 Estrutura da carteira de ativos financeiros e depósitos bancários

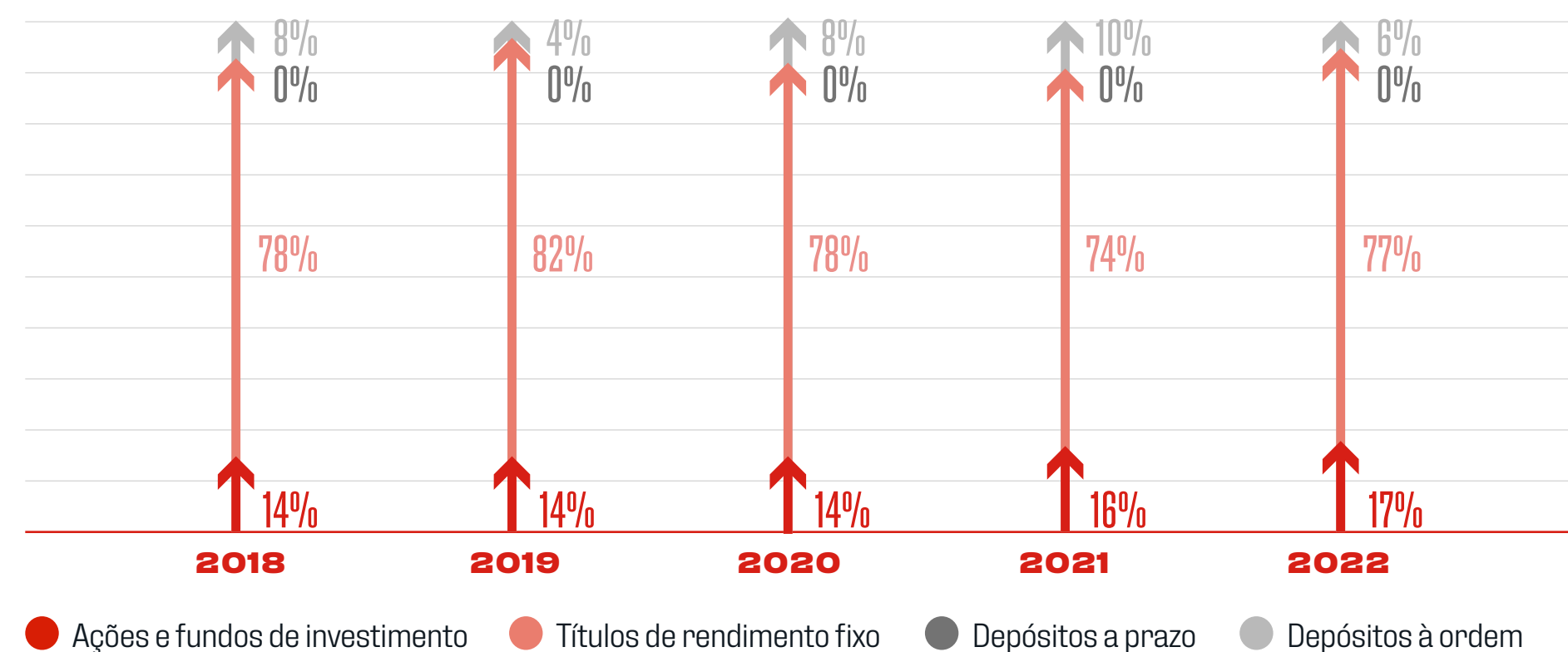


Gráfico 11 Evolução rácios combinados Não Vida

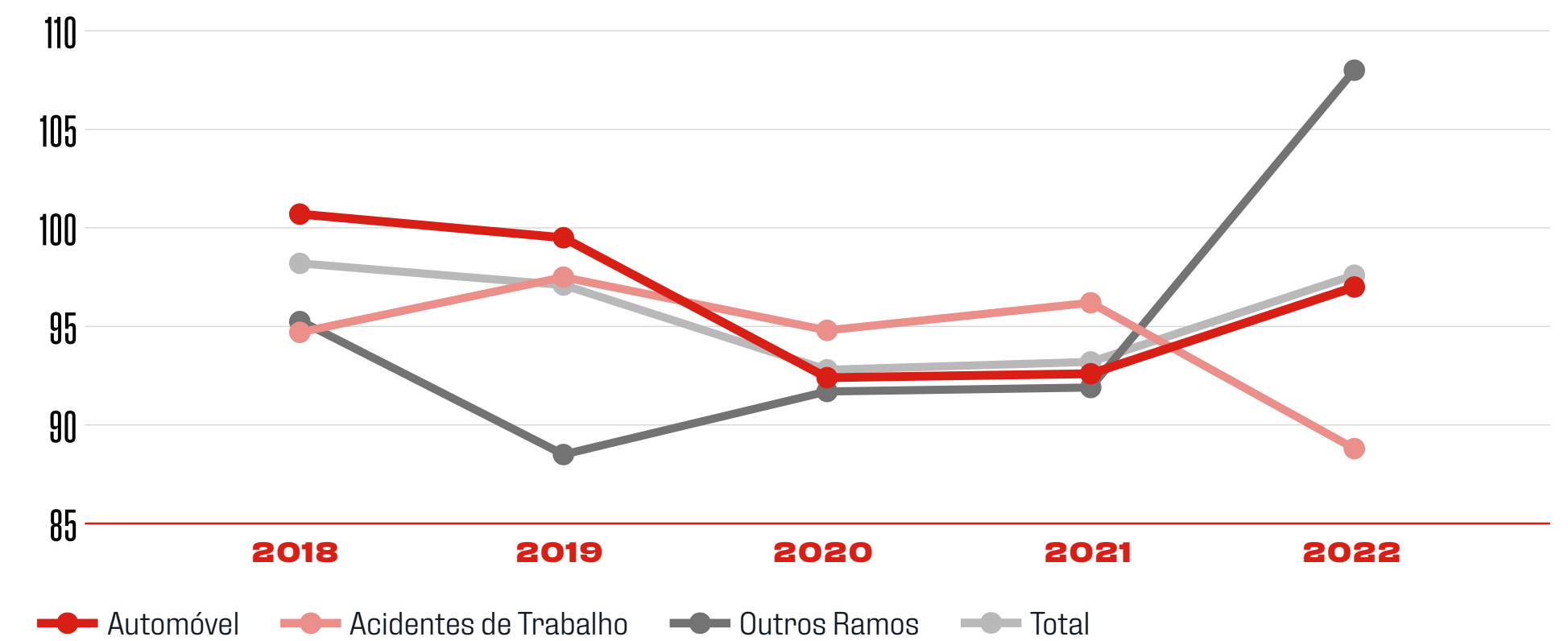
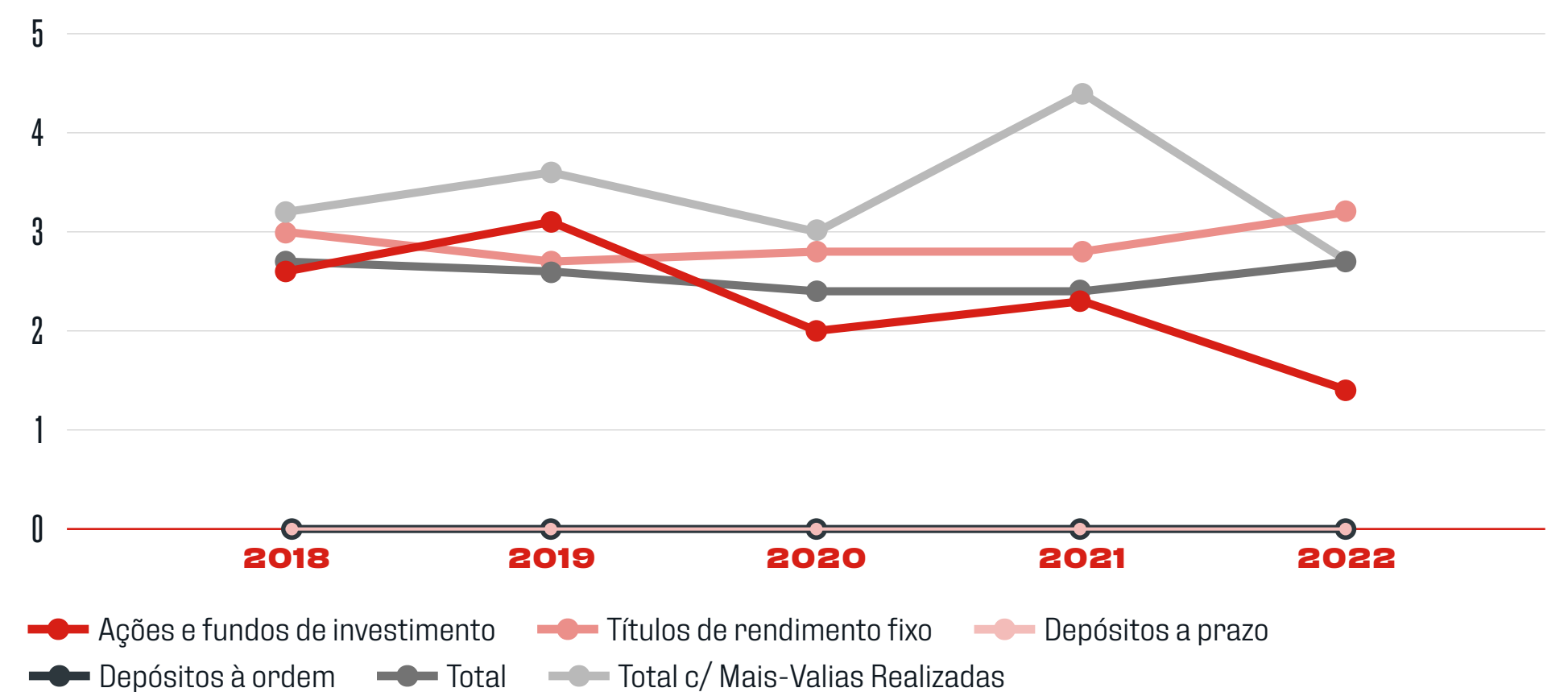


Gráfico 13 Rentabilidade da carteira de ativos financeiros e depósitos bancários



3.4. Resultado Líquido

Tal como comentado acerca dos indicadores anteriores, o resultado líquido foi afetado pela sinistralidade extraordinária do final do ano e não contou com a realização de mais-valias em ativos financeiros, pelo que diminuiu em relação ao ano anterior, cifrando-se em 2,12 milhões de euros.

Dado que a Companhia mantém um nível elevado de fundos próprios que asseguram uma boa posição de solvência, esta redução implicou também uma redução da rentabilidade dos fundos próprios (ROE) que se fixou nos 3,6%.

3.5. Balanço

O Passivo teve uma pequena redução da ordem dos 4 milhões de euros, situando-se em cerca de 169 milhões de euros, não havendo a destacar movimentos especiais em qualquer das rubricas que o compõem.

Já no que se refere ao Ativo, assistiu-se a uma redução para aproximadamente 216 milhões de euros, cerca de 28 milhões menos que no ano anterior, redução essa explicada na sua quase totalidade pela diminuição de valor de mercado dos ativos financeiros, por via da inversão da tendência das taxas de juro, amplamente comentada anteriormente.

Como consequência, uma vez que a generalidade dos ativos financeiros sujeitos à desvalorização está classificada como disponível para venda e a respetiva variação se reflete na rubrica de reserva de reavaliação dos Fundos Próprios, esta componente do balanço também diminuiu significativamente, situando-se agora em cerca de 47 milhões de euros.

3.6. Solvência

O requisito de capital de solvência situou-se em torno dos 30 milhões de euros, reconfirmando a estabilidade consistente que tem caracterizado a sua evolução ao longo dos anos, o que, aliás, é coerente com a ausência de alterações significativas no perfil de risco da Companhia.

Já o capital disponível diminuiu ligeiramente, refletindo a evolução não simétrica das taxas de juro implícitas na valorização dos ativos e dos passivos, o que levou a que a diminuição do valor de mercado dos ativos tenha sido compensada pela diminuição das responsabilidades apenas de forma parcial.

Daqui resultou uma descida residual de 4 pontos percentuais no rácio de cobertura do requisito de capital de solvência para 210%, percentagem esta que continua a evidenciar uma capitalização bastante robusta e uma boa capacidade para suportar os choques derivados do contexto económico, a que acresce o facto dos fundos disponíveis se enquadrarem na sua totalidade na categoria *Tier 1*.

3.7. Indicadores de Gestão de Risco

A Política de Appetite ao Risco não sofreu modificações no ano 2022, pelo que a monitorização permanente se realizou com base nos mesmos parâmetros e limites que nos anos anteriores.

Conforme demonstra o quadro 3, que se apresenta à frente, resulta dessa monitorização que a exposição ao risco se mantém confortavelmente controlada, com todos os indicadores, sem exceção, situados dentro da zona verde.

Gráfico 14 Evolução do balanço

MILHÕES DE EUROS

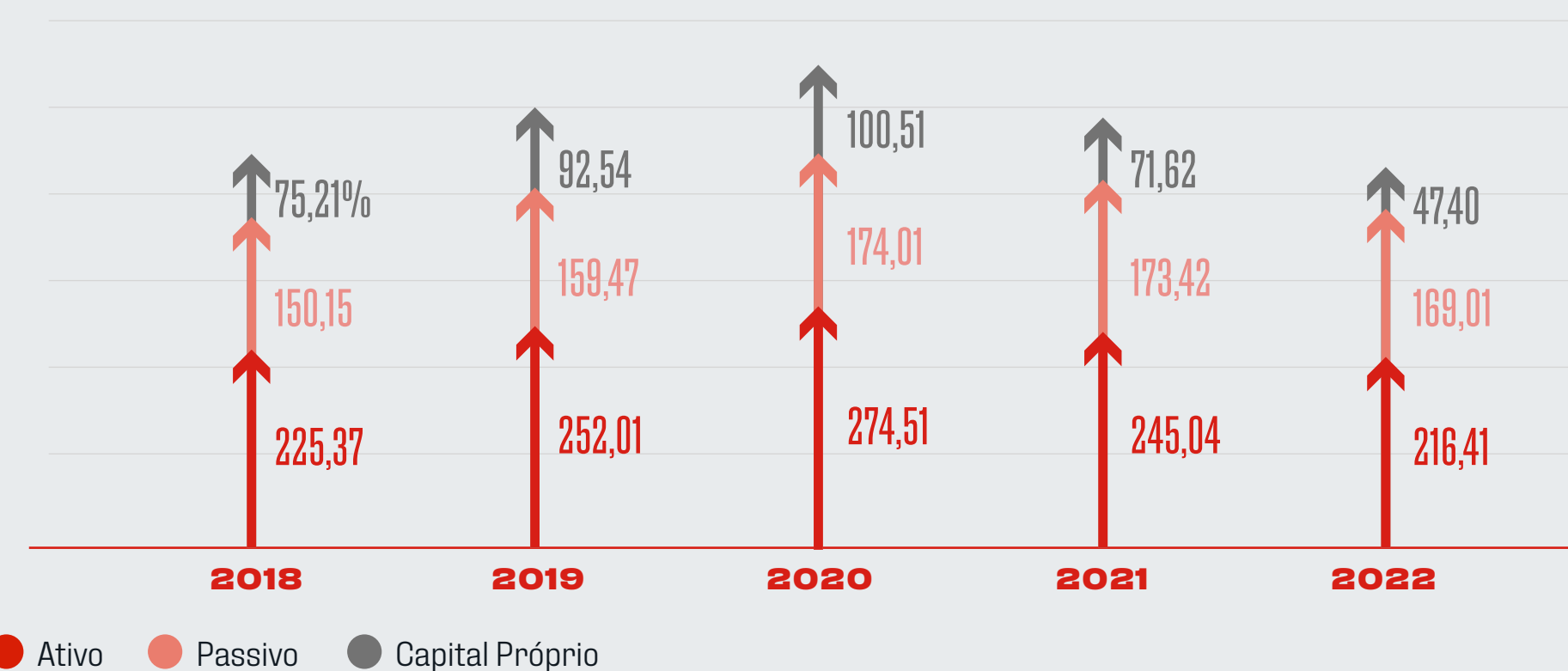
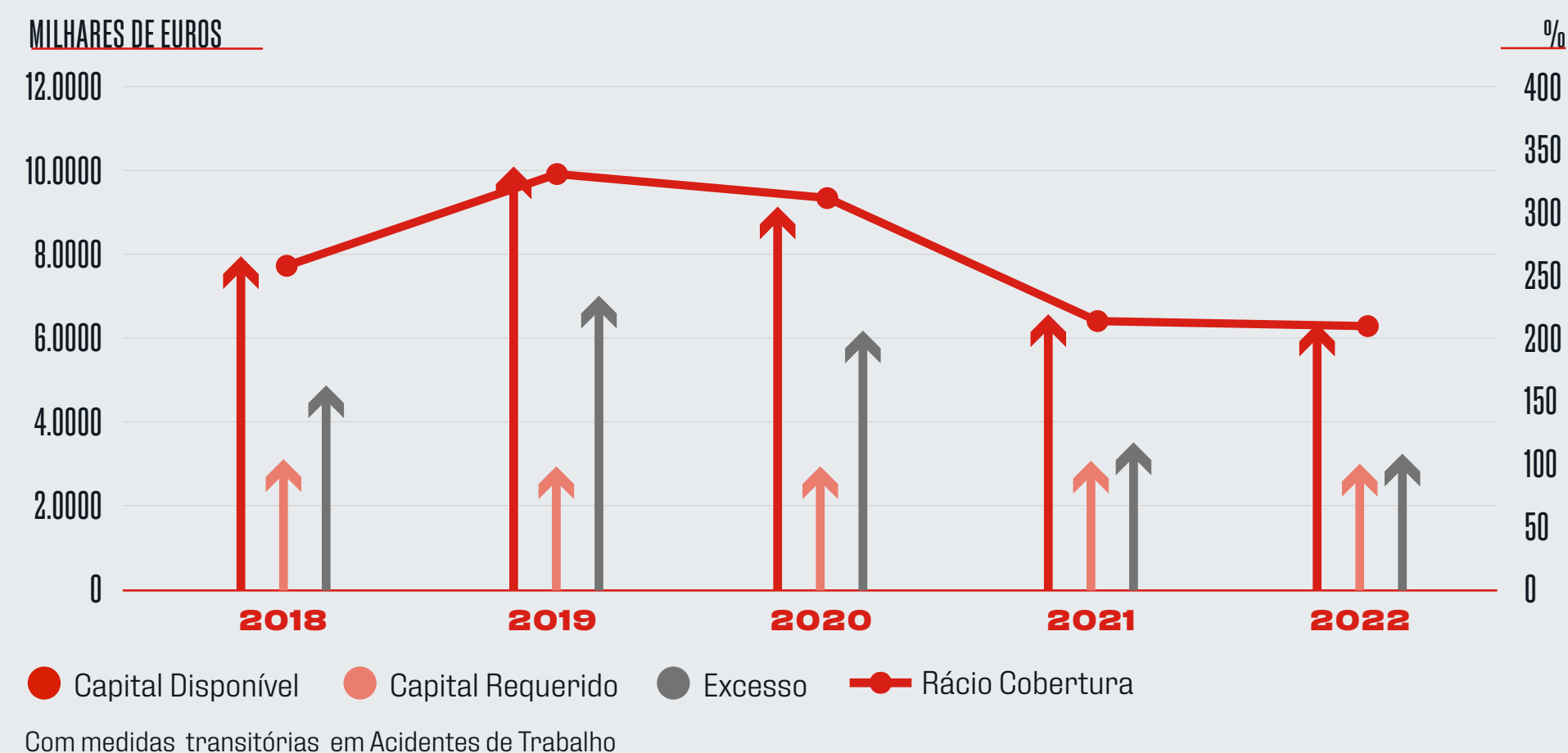


Gráfico 15 Rácio de solvência



Quadro 3 Indicadores de gestão de risco

Categoria de risco	Indicadores-chave de risco	Periodicidade	Limites de risco			MSG	
						Período de avaliação anterior 12.2021	Avaliação do período atual 12.2022
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % - 110 %	< 110 %	214%	210%
	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % - 20 %	> 20 %	0	0
Risco de contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % - 10 %	> 10 %	0	0
	Contrapartes, bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	0	0
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	≤ 50 %		> 50 %	31,7%	41,4%
	Alavancagem financeira	Trimestral	≤ 25 %	25 % - 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
Outros riscos financeiros	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	> = 10 vezes	10 - 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % - 105 %	< 105 %	886%	779%

3.8. Aspetos Qualitativos

O ano 2022 correspondeu a um alívio do efeito da pandemia por COVID-19 e, por conseguinte, das medidas restritivas que vigoraram durante bastante tempo, de modo que, por já não se justificar um foco específico, procedeu-se ao levantamento do acompanhamento da situação que se fazia através de reuniões semanais do Comité de Crise no âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, passando a fazê-lo no âmbito da gestão corrente da Companhia.

Esta normalização permitiu o regresso dos colaboradores ao regime de trabalho presencial e às rotinas habituais anteriores, como método de difusão de cultura e de colaboração entre as equipas. Entretanto, porque a conciliação da vida pessoal e profissional é suficientemente valorizada pela Companhia, procedeu-se à implementação de um modelo-piloto de trabalho híbrido no último trimestre do ano para finalmente se tomar a decisão de o alargar em definitivo a toda a empresa a partir do início do ano 2023.

Quanto à organização das várias áreas, por ser evidente a sua adequação ao desenvolvimento da atividade, manteve-se sem alterações a estrutura que vigora há alguns anos e que é traduzida no diagrama abaixo.

Dadas as sinergias inerentes, é a coberto desta estrutura que se desenvolve o negócio Não Vida da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., o negócio Vida da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. e se asseguram as atividades de suporte da *joint venture* MAPFRE Santander Portugal, S.A.

A atividade foi assegurada por um quadro de 248 colaboradores, um incremento de 12 novos colaboradores em relação ao ano anterior, com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado e acomodar as tarefas adicionais derivadas das imposições regulatórias.

Fruto da faixa etária mais jovem das novas incorporações, a idade média geral desceu ligeiramente para 45,9 anos (46,1 no ano anterior) registou-se a mesma tendência para

a antiguidade média que passou a ser de 16 anos (16,6 no ano anterior). cremos que estes indicadores são suficientemente relevantes da maturidade e do compromisso dos recursos humanos que todos os dias dão o melhor de si no desempenho das tarefas, o que nos apraz registar.

A igualdade de género é um aspeto ao qual se tem dado suficiente importância, sendo que, no final do 2022, a percentagem de mulheres situava-se nos 57%, sensivelmente em linha com o ano anterior.

Não obstante a maioria dos colaboradores (53%) possuir formação académica superior, investiu-se na disponibilização de 3.263 horas de formação profissional complementar, quer em modo presencial quer *online*, em função do levantamento de necessidades efetuado.

Do ponto de vista comercial manteve-se a aposta pelo multicanal, permitindo, assim, um elevado grau de abrangência na captação de clientes.

A rede de mediação exclusiva foi reforçada mediante a integração de 29 novos agentes, sendo que 22 deles, sem antecedentes na área seguradora, fizeram parte de um processo de seleção e formação integral.

Ainda no âmbito da rede exclusiva, ocorreu a abertura de três novas Lojas Delegadas nas localidades de Carnaxide, Lamações e Fafe, reforçando a, já de si forte, presença física no território que conta agora com mais de 100 pontos de venda.

Na área da Banca e Acordos procedeu-se à consolidação das parcerias existentes e levaram-se a cabo os trabalhos preparatórios para a implementação efetiva de um novo acordo de dimensão relevante, por altura do primeiro trimestre do ano 2023.



Por sua vez, no canal Brokers deu-se seguimento à estratégia de aproveitamento dos negócios globais, em estreita colaboração com a MAPFRE Global Risks, reforçando a excelente evolução dos últimos anos.

Quanto ao Digital, efetuou-se uma análise das possibilidades de desenvolvimento deste canal, definindo-se um plano de ação para levar a cabo nos próximos três anos, o qual deverá permitir praticamente duplicar o volume de negócio atual.

Todo este desenvolvimento comercial contou com o contributo da Área de Marketing e Clientes, através de uma vasta atividade, com especial incidência na comunicação e na melhoria da experiência do cliente.

Ao nível da comunicação, verificou-se a otimização dos meios de leitura das comunicações em dispositivos móveis com o lançamento da app MAPFRE News e iniciou-se a instalação de suportes LCD de alto brilho nas lojas diretas, os quais permitem, por um lado, reforçar a visibilidade e, por outro, tornar mais ágil a adaptação do tipo de comunicação ao momento e ao local em causa.

No caso da interação com o cliente, procedeu-se a um *upgrade* do portal *web*, onde o cliente pode aceder a uma área na qual são disponibilizados vários serviços, o qual incluiu uma reformulação da guia de estilos e o acréscimo de novas funcionalidades para aumentar o leque de ações que o cliente pode realizar de forma autónoma e remota sobre as suas apólices.

Também para o desenvolvimento comercial foi muito importante a atividade da Área Técnica, que atuou como pano de fundo de suporte comercial, disponibilizando vários produtos e serviços.

Destaca-se o importante salto de simplificação e agilidade ocorrido no processo de contratação mediante a introdução

da assinatura digital das propostas e da vistoria digital nas apólices do ramo Automóvel com cobertura de danos próprios, a par dos novos meios de pagamento – MBWay e Multibanco Real Time – disponibilizados pela Área Financeira.

Por outro lado, também com o objetivo de prestar um serviço de valor acrescentado, procedeu-se à ampliação da rede de oficinas de reparação automóvel – Oficinas Mais – assegurando já 137 pontos de atendimento aos clientes e terceiros envolvidos em sinistros, onde estes beneficiam, entre outros, de um veículo de substituição nos dias da peritagem e da reparação.

O contexto inflacionista, com impacto nos custos médios dos sinistros, mereceu um acompanhamento permanente, tendo-se implementado uma nova tarifa do ramo automóvel e ajustado os modelos de renovação, tendo sido muito importante a colaboração da área Atuarial.

Do ponto de vista da sustentabilidade, começaram a ser incorporadas nos processos de subscrição e desenvolvimento de produtos os aspetos ESG (ambientais, sociais e de governo) pertinentes à atividade de seguros.

Os trabalhos tendentes à implementação das novas e complexas normas IFRS 17 e 9, implicaram a dedicação permanente e especial dos departamentos Financeiro e Atuarial, num processo tutelado a alto nível pela Área Financeira Corporativa do Grupo.

Sobre o estado de implementação destas normas, cabe referir que, além dos desenvolvimentos informáticos para dispor da informação com a granularidade requerida, foi levado a cabo o apuramento das responsabilidades no ponto de transição, referido ao início do ano 2022, bem como dos meses subsequentes até ao terceiro trimestre, estando atualmente em curso o apuramento do último trimestre para assim se dispor de dados para a apresentação de contas comparativas no ano 2023, ano em que a norma entra efetivamente em vigor.

O departamento Atuarial, para lá da dedicação referida às novas normas e das atividades da sua operativa corrente, de entre as quais destacamos o cálculo dos riscos de seguros no regime de solvência e o zelo em relação à suficiência das provisões técnicas, colaborou na já referida implementação de uma nova tarifa para o ramo automóvel e beneficiou do reforço da sua estrutura de recursos atenta à crescente procura dos temas do seu âmbito de atuação.

Toda a atividade da Companhia contou com o suporte da Área de Tecnologias, que deu corpo aos diversos projetos de novos produtos, serviços e imposições legais, bem como de melhoria da eficiência operativa por via da automatização de alguns processos. Por outro lado, com o objetivo de manter o equipamento devidamente atualizado e de responder às necessidades inerentes ao regime de trabalho híbrido, promoveu a substituição integral do parque de computadores pessoais, o qual passou a ser totalmente constituído por modelos portáteis.

Por sua vez, a Área de Gestão de Riscos e Controlo Interno promoveu a coordenação e a vigilância sobre os diversos riscos a que a Companhia se encontra exposta, apurando e assegurando o cumprimento dos parâmetros definidos na Política de Appetite ao Risco, os quais foram objeto de seguimento no seio da Comissão de Gestão de Riscos e de reporte ao Conselho de Administração. Do ponto de vista da eficiência, para facilitar o acesso à informação e a torná-la mais inteligível, investiu-se na criação de um *dashboard*, onde passaram a estar armazenados todos os dados relevantes, devidamente organizados e ilustrados graficamente.

O departamento de Segurança e Meio Ambiente desenvolveu uma variada atividade, reforçando o protagonismo que estas vertentes têm vindo a assumir com o objetivo de garantir a adequada capacidade de resposta aos desafios emergentes.

Do lado da Segurança, cumpre mencionar as diversas ações formativas e sensibilizadoras sobre cibersegurança, a formação de reciclagem às equipas de emergência, a incorporação de indicadores de segurança nos contratos de prestação de serviços de fornecedores, a revisão das medidas de autoproteção das instalações próprias e o retomar dos exercícios de evacuação dos edifícios que tinham sido suspensos durante o período de pandemia pela COVID-19. Houve ainda lugar à atualização do plano de continuidade de negócio, cuja certificação ISO 22301 foi novamente obtida.

No que concerne ao Meio Ambiente, deu-se continuidade à substituição dos veículos da frota da empresa por modelos híbridos, mantiveram-se as ações de plantação de árvores, como meio de compensação da pegada de carbono, e definiram-se objetivos suficientemente ambiciosos em relação aos consumos energéticos e de papel, o que permitiu renovar as certificações ISO 14064 e ISO 14001.

Terminamos este capítulo de informação com uma referência à Unidade de Auditoria Interna, a qual é responsável por proporcionar ao Órgão de Administração uma avaliação independente e objetiva sobre a eficácia e eficiência do sistema de controlo interno, processos, gestão de riscos e governo. A sua missão é melhorar e proteger o valor da organização proporcionando garantia, consultoria e análises baseadas em riscos. Neste sentido, contribuindo para que a Empresa cumpra os seus objetivos, elaborou e cumpriu um Plano Anual de Auditoria Interna tendo em conta todas as atividades e o Sistema de Governo da MAPFRE, que foi objeto de análise e aprovação por parte do Conselho de Administração, a quem informou periodicamente sobre a execução do mesmo.



04 OUTRAS INFORMAÇÕES

A estrutura de governo incorpora os princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos nos normativos legislativos e regulamentares

A Companhia deu continuidade à **substituição dos veículos da frota da empresa por modelos híbridos**, definiu objetivos suficientemente ambiciosos relativamente aos consumos energéticos e de papel e manteve as ações de plantação de árvores como meio de compensação da pegada de carbono

4.1. Capital Social

O capital social da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é de 33.108.650 euros, constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros cada uma, detidas integralmente pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., não tendo havido qualquer alteração em relação ao ano anterior.

4.2. Modelo de Governo

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos nos normativos legislativos e regulamentares.

Neste âmbito, adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;

- Conselho de Administração – composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designam o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegável, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador-Delegado por ata do próprio Conselho de Administração.

- Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.

- Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

Eventuais alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, que reúne uma vez por trimestre, delibera sobre os assuntos previstos na legislação comercial e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade num Administrador-Delegado, encontrando-se os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.

4.3. Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

A política de remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados

de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por sete membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

- a) Existe um administrador executivo – o Administrador-Delegado – que auferem remuneração por esta qualidade e que é divulgada nos termos legalmente exigíveis;
- b) Os restantes administradores não são executivos, sendo que dois deles, incluindo o Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE;
- c) De acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos não pertencentes ao quadro de outras sociedades do Grupo MAPFRE das quais recebem retribuição, consiste numa retribuição fixa anual que é divulgada nos termos legais;
- d) Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal, tendo sido estabelecido de forma diferente por ata da Assembleia Geral de 27 de março de 2018;

- e) Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões.

No Conselho Fiscal da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos na Ata n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade (com as atualizações decorrentes das Atas n.ºs 45 e 55, respetivamente de 18 de março de 2009 e de 25 de setembro de 2014), e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

O capital social da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. é de 33.108.650 euros constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros cada uma





05

PERSPETIVAS PARA O FUTURO

A rentabilidade estável e uma base patrimonial bastante sólida permitem, em conjunto, encarar o futuro positivamente

Conforme decorre de toda a informação que antecede, pese embora o contexto pouco favorável, a Companhia tem mantido ao longo dos últimos anos uma rentabilidade estável assente na componente técnica do negócio e dispõe de uma base patrimonial bastante sólida, factos que, em conjunto, permitem encarar o futuro de um ponto de vista positivo.

A estratégia para os próximos anos continuará a perseguir o crescimento equilibrado, o mesmo é dizer, crescimento acompanhado de rentabilidade.

Nesse sentido, continuarão a ser desenvolvidos todos os esforços para encontrar soluções inovadoras ao nível dos produtos, privilegiando, sem descurar os restantes, aqueles que se encontram definidos como estratégicos – Automóvel e Multiriscos Habitação e Comércio e Indústria – em simultâneo com investimentos para agilizar a operativa, de forma a estar cada vez mais próximo dos clientes e reduzir custos.

Por outro lado, no imediato, será dada uma atenção especial ao impacto do contexto inflacionista sobre os custos, monitorizando de forma permanente os seus efeitos e tomando medidas para introduzir os ajustamentos que se revelem necessários para garantir a rentabilidade e a sustentabilidade da Companhia, assegurando um rácio de solvência confortável, em linha com o que se verifica atualmente.

Ao nível da distribuição, manter-se-á a aposta numa forte presença territorial, através de uma rede de lojas físicas que cobrem todo o território, através das quais serão dinamizadas as redes de mediação própria e multicompanhia, as quais contarão também com uma

componente formativa importante, seja para consolidação de conhecimentos daqueles que delas fazem parte hoje em dia, seja para captação de novos mediadores.

Em paralelo, através da estrutura central, será cuidado o desenvolvimento do segmento de banca e acordos, no qual assume especial relevância a *joint venture* com o Banco Santander, consubstanciada através da participada MAPFRE SANTANDER.

Na vertente digital, prevê-se promover a partir do próximo ano uma reformulação das ferramentas e dos processos operacionais com o duplo objetivo de captar maior volume de negócio através desse canal e proporcionar uma experiência de serviço aos clientes mais atrativa.

A sustentabilidade assumirá um papel crescentemente relevante no desenho dos produtos, na seleção de fornecedores e operativa diária, bem como nos ativos que constituem a carteira de investimentos financeiros, em relação aos quais se encontra marcado um objetivo de incorporação de características ESG (fatores ambientais, sociais e de governação) em pelo menos 90% deles.

De uma forma geral, contaremos com o *know-how* das Áreas Corporativas e da estrutura Territorial Ibéria, onde nos encontramos inseridos no seio do Grupo, nomeadamente na fase de transição em curso para as novas normativas contabilísticas IFRS 17 e IFRS 9.

Por tudo isto, entendemos que se encontra totalmente afastada qualquer possibilidade de ameaça à continuidade do negócio e reafirmamos todo o nosso empenhamento no desenvolvimento da Companhia.



06

AGRADECIMENTOS

A excelência da atividade diária e os resultados obtidos só foram possíveis com o contributo inestimável de várias pessoas e organizações a quem endereçamos um sincero agradecimento

Colaboradores, mediadores, resseguradores, fornecedores, o conselho fiscal e o revisor oficial de contas são as partes de um todo que **juntas fazem a Companhia avançar**

A atividade ao longo do ano e os resultados obtidos, amplamente abordados neste relatório, apenas foram possíveis com o contributo inestimável de muitas pessoas e organizações a quem queremos endereçar um forte e sincero agradecimento.

Destacamos em primeiro lugar a confiança dos nossos clientes, a quem reiteramos o nosso compromisso de ir continuamente ao encontro das suas necessidades e preferências através de um serviço de qualidade.

Não esquecemos o papel fundamental dos nossos colaboradores e da nossa rede de mediadores e esperamos poder continuar a contar com o empenho e lealdade que desde sempre tem caracterizado a sua atuação.

Reconhecemos também o contributo dos diversos fornecedores de bens e serviços, sem o qual não poderíamos ter assegurado a desejada qualidade de serviço.

Uma menção aos nossos resseguradores pela confiança depositada na nossa capacidade de gestão e por partilharem connosco os riscos assumidos.

Em relação ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas cumpre-nos realçar o escrutínio independente e as oportunas intervenções que realizaram.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento ao relevante trabalho realizado em benefício do desenvolvimento e da defesa do setor segurador, levado a cabo pela ASF- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, no papel de regulador, e da APS – Associação Portuguesa de Seguradores, enquanto representante das entidades seguradoras.



07

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para otimizar o nível de capital sob gestão, o resultado líquido do exercício será aplicado no reforço dos capitais próprios

Com o objetivo de otimizar o nível de capital sob gestão, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício no montante de 2.120.432,37 euros, seja aplicado no reforço dos capitais próprios e na remuneração da sua acionista, da seguinte forma:

Reserva legal: 212.043,24 euros

Reservas livres: 212.043,23 euros

Distribuição de dividendos: 1.696.345,90 euros

Lisboa, 23 de março de 2023

O Conselho de Administração

José Manuel Inchausti Pérez **(Presidente)**

António Luís de Azevedo Portela **(Vogal)**
(representado por José Manuel Inchausti Pérez)

Miguel Pedro Caetano Ramos **(Vogal)**
(representado por Luis Anula Rodriguez)

Luis Anula Rodriguez **(Vogal/Administrador-Delegado)**

Antonio Nuñez Tovar **(Vogal)**

António do Pranto Nogueira Leite **(Vogal)**

Javier del Río Martín **(Vogal)**
(representado por Luis Anula Rodriguez)

O Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

03

Contas anuais 2022



Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022			Exercício anterior (2021)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	Ativo				
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10.423.524,23		10.423.524,23	4.758.507,42
4	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	25.682.936,61		25.682.936,61	25.682.936,61
	Ativos financeiros detidos para negociação				
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	102.300.375,61		102.300.375,61	133.104.197,54
	Empréstimos concedidos e contas a receber				
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos				
	Empréstimos concedidos				
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
6	Terrenos e edifícios	10.706.418,62	5.332.461,26	5.373.957,36	5.505.330,14
	Terrenos e edifícios de uso próprio	9.315.993,16	4.630.120,12	4.685.873,04	4.988.309,39
	Terrenos e edifícios de rendimento	1.390.425,46	702.341,14	688.084,32	517.020,75
7	Outros ativos tangíveis	5.792.544,29	4.288.587,48	1.503.956,81	1.788.720,96
	Inventários				
8	Ativos sob direito de uso	3.625.422,58	1.786.193,99	1.839.228,59	2.157.088,00
	Goodwill				

(continua)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022			Exercício anterior (2021)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
9	Outros ativos intangíveis	15.494.425,46	6.210.743,11	9.283.682,35	9.648.776,05
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	42.528.509,63		42.528.509,63	45.953.582,33
	Provisão para prémios não adquiridos	11.207.889,70		11.207.889,70	10.348.697,55
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	31.320.619,93		31.320.619,93	35.604.884,78
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
28	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	135.179,73		135.179,73	139.491,68
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	15.161.523,47	733.400,03	14.428.123,44	15.488.361,52
	Contas a receber por operações de seguro direto	7.973.834,89	733.400,03	7.240.434,86	6.977.115,82
	Contas a receber por operações de resseguro	1.087.276,96		1.087.276,96	1.675.187,59
	Contas a receber por outras operações	6.100.411,62		6.100.411,62	6.836.058,11
12	Ativos por impostos e taxas	2.483.305,16		2.483.305,16	488.724,97
	Ativos por impostos correntes	1.563.819,96		1.563.819,96	488.724,97
	Ativos por impostos diferidos	919.485,20		919.485,20	
18	Acréscimos e diferimentos	430.968,36		430.968,36	322.732,52
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Total do ativo	234.765.133,75	18.351.385,87	216.413.747,88	245.038.449,74

Passivo e capital próprio

EUROS

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022	Exercício anterior (2021)
	Passivo e capital próprio		
	Passivo		
14	Provisões técnicas	149.607.269,31	150.426.920,47
	Provisão para prémios não adquiridos	28.915.862,34	27.830.511,04
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	116.160.033,64	119.069.598,01
	De vida		
	De acidentes de trabalho	52.661.311,41	53.319.138,06
	De outros ramos	63.498.722,23	65.750.459,95
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	3.111.447,36	2.921.773,41
	Provisão para riscos em curso	1.419.925,97	605.038,01
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
15	Outros passivos financeiros	10.625,27	10.896,83
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	10.625,27	10.896,83
	Passivos de locação		
28	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	135.179,73	139.491,68
17	Outros credores por operações de seguros e outras operações	10.029.839,61	7.691.361,97
	Contas a pagar por operações de seguro direto	5.392.938,39	4.209.239,10
	Contas a pagar por operações de resseguro	3.293.334,65	2.190.488,18
	Contas a pagar por outras operações	1.343.566,57	1.291.634,69
12	Passivos por impostos	2.456.293,93	8.370.850,05
	Passivos por impostos correntes	2.456.293,93	3.270.089,56
	Passivos por impostos diferidos		5.100.760,49

(continua)

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022	Exercício anterior (2021)
16	Passivos de locação	1.955.551,89	2.267.958,67
18	Acréscimos e diferimentos	4.793.260,27	4.486.825,85
19	Outras provisões	23.787,09	23.787,09
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total do passivo	169.011.807,10	173.418.092,61
	Capital próprio		
20	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
21	Reservas de reavaliação	(2.343.848,60)	24.294.050,09
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.343.848,60)	24.294.050,09
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
21	Reserva por impostos diferidos	527.365,93	(5.466.161,28)
21	Outras reservas	13.989.341,08	12.565.721,77
	Resultados transitados		
	Resultado do exercício	2.120.432,37	7.118.096,55
	Total do capital próprio	47.401.940,78	71.620.357,13
	Total do passivo e do capital próprio	216.413.747,88	245.038.449,74

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
22	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		65.851.739,99		65.851.739,99	65.208.997,10
	Prémios brutos emitidos		107.625.628,19		107.625.628,19	102.453.084,13
	Prémios de resseguro cedido		41.771.198,51		41.771.198,51	37.245.083,54
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		1.169.735,41		1.169.735,41	810.198,74
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		1.167.045,72		1.167.045,72	811.195,25
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
Anexo 4.1. e 4.2.	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		41.485.428,85		41.485.428,85	38.159.418,92
	Montantes pagos		39.591.821,98		39.591.821,98	38.591.999,36
23	Montantes brutos		51.689.869,87		51.689.869,87	57.094.666,83
	Parte dos resseguradores		12.098.047,89		12.098.047,89	18.502.667,47
	Provisão para sinistros (variação)		1.893.606,87		1.893.606,87	(432.580,44)
Anexo 3.1 e 3.2.	Montante bruto		(2.390.657,98)		(2.390.657,98)	(93.140,22)
	Parte dos resseguradores		(4.284.264,85)		(4.284.264,85)	339.440,22
24	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		1.004.561,91		1.004.561,91	322.585,09
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
25; 27	Custos e gastos de exploração líquidos		22.789.896,90		22.789.896,90	22.583.691,47
26	Custos de aquisição		22.521.873,78		22.521.873,78	21.791.655,61
14	Custos de aquisição diferidos (variação)		(84.384,11)		(84.384,11)	(634.936,28)
	Gastos administrativos		5.171.044,60		5.171.044,60	5.050.200,59
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		4.818.637,37		4.818.637,37	3.623.228,45

(continua)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
29	Rendimentos		3.378.401,78		3.378.401,78	3.696.024,50
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		3.339.401,78		3.339.401,78	3.673.074,50
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros		39.000,00		39.000,00	22.950,00
30	Gastos financeiros		1.047.970,77	217.662,24	1.265.633,01	1.363.384,06
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		339.599,51		339.599,51	382.198,62
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros		708.371,26	217.662,24	926.033,50	981.185,44
31	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		10.169,83		10.169,83	2.679.739,14
	De ativos disponíveis para venda		10.169,83		10.169,83	2.679.739,14
	De empréstimos e contas a receber					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
	De outros					
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
	Diferenças de câmbio					
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					

(continua)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
32	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		118.748,79		118.748,79	
	De ativos disponíveis para venda		118.748,79		118.748,79	
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De outros					
33	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		780.678,03		780.678,03	(28.856,09)
34	Outras provisões (variação)			354.068,60	354.068,60	(560.009,37)
35	Outros rendimentos/gastos			224.804,58	224.804,58	205.655,62
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
	Resultado líquido antes de impostos		3.574.382,41	(346.926,26)	3.227.456,15	9.892.490,10
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			1.133.742,26	1.133.742,26	2.774.393,55
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(26.718,48)	(26.718,48)	
	Resultado líquido do exercício		3.574.382,41	(1.453.950,04)	2.120.432,37	7.118.096,55

Demonstração da variação do capital próprio

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total	EUROS
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas			
	Balço em 31 de dezembro 2021 (balço de abertura)	33.108.650,00	24.294.050,09	(5.466.161,28)	6.546.175,10	2.979.548,04	3.039.998,63	7.118.096,55	71.620.357,13	
	Correções de erros (IAS 8)									
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									
	Balço de abertura alterado	33.108.650,00	24.294.050,09	(5.466.161,28)	6.546.175,10	2.979.548,04	3.039.998,63	7.118.096,55	71.620.357,13	
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(26.637.898,69)	5.993.527,21					(20.644.371,48)	
20;21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				711.809,66		6.406.286,89	(7.118.096,55)		
20	Distribuição de lucros/prejuízos						(5.694.477,24)		(5.694.477,24)	
	Total das variações do capital próprio		(26.637.898,69)	5.993.527,21	711.809,66		711.809,65	(7.118.096,55)	(26.338.848,72)	
	Resultado líquido do exercício							2.120.432,37	2.120.432,37	
	Distribuição antecipada de lucros									
	Balço em 31 de dezembro 2022	33.108.650,00	(2.343.848,60)	527.365,93	7.257.984,76	2.979.548,04	3.751.808,28	2.120.432,37	47.401.940,78	

(continua)

(continuação)

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total	EUROS
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas			
	Balço em 31 de dezembro 2020 (balço de abertura)	33.108.650,00	32.044.380,40	(7.209.985,59)	5.958.262,23	2.979.548,04	27.748.782,81	5.879.128,68	100.508.766,58	
	Correções de erros (IAS 8)									
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									
	Balço de abertura alterado	33.108.650,00	32.044.380,40	(7.209.985,59)	5.958.262,23	2.979.548,04	27.748.782,81	5.879.128,68	100.508.766,58	
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(7.750.330,31)	1.743.824,31					(6.006.506,00)	
20;21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				587.912,87		5.291.215,81	(5.879.128,68)		
20	Distribuição de reservas						(30.000.000,00)	.	(30.000.000,00)	
	Total das variações do capital próprio		(7.750.330,31)	1.743.824,31	587.912,87		(24.708.784,19)	(5.879.128,68)	(36.006.506,00)	
	Resultado líquido do exercício							7.118.096,55	7.118.096,55	
	Distribuição antecipada de lucros									
	Balço em 31 de dezembro 2021	33.108.650,00	24.294.050,09	(5.466.161,28)	6.546.175,10	2.979.548,04	3.039.998,63	7.118.096,55	71.620.357,13	

Demonstração do rendimento integral

EUROS

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados		(20.644.371,48)		(20.644.371,48)	18.827.888,81
21	Variação da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda		(26.637.898,69)		(26.637.898,69)	24.294.050,09
21	Impostos correntes e diferidos		5.993.527,21		5.993.527,21	(5.466.161,28)
	Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados					
28	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas					
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		(20.644.371,48)		(20.644.371,48)	18.827.888,81
	Resultado líquido do exercício		3.574.382,41	(1.453.950,04)	2.120.432,37	7.118.096,55
	Total do rendimento integral do exercício		(17.069.989,07)	(1.453.950,04)	(18.523.939,11)	25.945.985,36

Notas do anexo	Fluxo de caixa	Exercício 2022	Exercício anterior (2021)
	Atividades operacionais		
	Prémios recebidos *	122.820.857,59	119.661.085,69
	Sinistros pagos	(41.658.180,01)	(49.851.967,45)
	Pagamentos comissões	(9.581.836,47)	(9.536.699,60)
	Entradas resseguro	12.680.323,42	5.489.545,78
	Saídas resseguro	(38.168.466,36)	(23.614.898,06)
	Entradas cosseguro	703.110,14	837.046,97
	Saídas cosseguro	(1.501.153,93)	(2.878.338,74)
	Pagamento locações a curto prazo	(478.344,49)	(396.924,78)
	Pagamento locações de ativos de baixo valor	(308.779,12)	(240.832,14)
	Outros recebimentos	2.180.666,34	8.848.549,20
	Outros pagamentos	(38.154.748,64)	(36.695.823,97)
	Imposto sobre o rendimento	(3.106.408,21)	(2.929.218,93)
	Total fluxos operacionais	5.427.040,26	8.691.523,97
	Atividades de investimento		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	(50.297,04)	(173.965,35)
	Aquisições de rendas recebidas	39.000,00	22.950,00
	Títulos de dívida - compras	(13.070.137,86)	(30.646.664,15)
	Títulos de dívida - vendas	11.602.597,39	48.735.273,09
	Instrumentos capital e UP - compras	(4.768.723,89)	(11.664.243,60)
	Instrumentos capital e UP - vendas	9.661.336,11	8.268.367,17
	Juros recebidos	2.721.417,00	3.088.028,42
	Dividendos recebidos	249.470,55	483.891,34
	Total fluxos investimento	6.384.662,25	18.113.636,92
	Pagamento dividendos aos acionistas	(5.694.477,24)	(30.000.000,00)
	Pagamento parte capital dos passivos de locação	(404.389,56)	(407.462,16)
	Pagamento parte juros dos passivos de locação	(47.818,90)	(51.501,24)
	Total fluxos financiamento	(6.146.685,70)	(30.458.963,40)
	Efeito cambial		
	Aumento caixa	5.665.016,81	(3.653.802,51)
	Caixa no início	4.758.507,42	8.412.309,93
3	Caixa no fim	10.423.524,23	4.758.507,42

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.

04

Notas às demonstrações financeiras 2022



Índice

1.	Informações Gerais	40	23.	Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	70
2.	Políticas Contabilísticas	41	24.	Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	71
3.	Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	51	25.	Custos e Gastos de Exploração Líquidos	71
4.	Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	51	26.	Custos de Aquisição	73
5.	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	53	27.	Gastos com o Pessoal	73
6.	Terrenos e Edifícios	57	28.	Obrigações com Benefícios dos Empregados	74
7.	Outros Ativos Tangíveis	59	29.	Rendimentos	76
8.	Ativos sob Direito de Uso	60	30.	Gastos Financeiros	77
9.	Outros Ativos Intangíveis	61	31.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	78
10.	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	61	32.	Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)	78
11.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	62	33.	Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	79
12.	Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	63	34.	Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	79
13.	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	65	35.	Outros Rendimentos e Gastos	79
14.	Provisões Técnicas	65	36.	Relato por Segmentos	80
15.	Outros Passivos Financeiros	66	37.	Entidades Relacionadas	82
16.	Passivos de Locação	66	38.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	86
17.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	67	39.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	93
18.	Acréscimos e Diferimentos	68	40.	Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	96
19.	Outras Provisões	68	41.	Elementos Extrapatrimoniais	99
20.	Capital	68	42.	Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	100
21.	Reservas	69	43.	Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	100
22.	Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	70			

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. (Companhia) foi constituída por escritura em 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 1998.

A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, n.º 9.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama abaixo.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano 2022, prémios no valor de 107,63 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,0% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros de Acidentes de Trabalho 12%, Automóvel 42%, Incêndio e Outros Danos 34% e os restantes 12% aos restantes ramos.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2022, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico a médio prazo que aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado, e na redução sustentada do rácio combinado.



2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em vigor, tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido, são aplicadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (*deferral approach*) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2018, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podiam optar entre a aplicação da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a *International Accounting Standard* (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2023. A Companhia optou por continuar a aplicar a IAS 39 e assim fazer coincidir a data de efetividade da IFRS 17 com a da IFRS 9.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

No exercício de 2022, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros detidos para negociação (carteira desreconhecida no exercício de 2017) e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de março de 2023.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

2.3. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma filial nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a)** Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b)** Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c)** Transações materiais entre a investidora e a investida;
- d)** Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e)** Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em filiais e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

O valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado sempre que são identificados indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma filial ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa filial.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

As aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 5.2. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

• De ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

• Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentem sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “*um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo*”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- a necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- o facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2022 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo os quais esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

2.5. Terrenos e edifícios

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16 (Ativos Fixos Tangíveis) e IAS 40 (Propriedades de Investimento).

Os edifícios são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

Os edifícios encontram-se valorizados subsequentemente ao seu valor de aquisição deduzido da depreciação acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A depreciação calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

2.6. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As depreciações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja depreciado durante a sua vida útil estimada.

Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1000 euros são totalmente depreciados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda) é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os outros ativos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

2.7. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos, são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os custos resultantes da aquisição de direitos adquiridos a terceiros em condições de mercado são registados ao custo. A amortização destes direitos é efetuada tendo por base o prazo do contrato que o gerou, sempre que tenha vida finita e, de acordo com a expectativa de geração de fluxos financeiros para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

2.8. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.9. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de julgamentos e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.11. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Desta forma, em passivos financeiros estão registados os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

2.12. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.13. Outros devedores

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

2.14. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

2.15. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

a) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

• Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados, respetivamente, como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

• Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

- **Custos com sinistros**

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea e) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

- b) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos**

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

- c) Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por ramos e/ou grupos de ramos (Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral, Caução, Perdas Pecuniárias Diversas e Proteção Jurídica) com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R.

- d) Provisão para desvios de sinistralidade**

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, para a cobertura de fenómenos sísmicos do Ramo Incêndio e para o Ramo de Caução.

- e) Provisão para sinistros**

- **Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação**

A mensuração das provisões para sinistros conhecidos e pendentes de liquidação é definida caso a caso e tem em conta os princípios definidos no IAS 37, no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Para a valorização casuística dos sinistros conhecidos e pendentes de liquidação, por cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles. No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do Ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e para o IDS Devedor.

- **Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)**

A estimação desta provisão é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

- **Sinistros pendentes de declaração (IBNR)**

A estimação desta provisão é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

- **Provisão para custos de gestão de sinistros**

A provisão para custos de gestão de sinistros pendentes calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

- **Provisão para assistência vitalícia**

A provisão para assistência vitalícia é estimada caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

- **Provisão matemática de acidentes de trabalho**

A provisão matemática de acidentes de trabalho é calculada segundo métodos de projeção atuarial, com base nas tabelas de mortalidade 119,63% PERM12_C2 e 119,63% PERF12_C2 com uma taxa de juro de 3,77% até à duração da carteira de ativos subjacentes e com base na curva livre de risco com ajuste de volatilidade (EIOPA *risk-free interest rate*) para o período remanescente.

Foram ainda considerados encargos de gestão de sinistros de 7,13% sobre os montantes anuais pagos e encargos de gestão de investimentos de 0,29% sobre o valor de provisões a cada ano projetado. Ao valor apurado de 7,13% relativo aos encargos de gestão de sinistros, aplicou-se uma inflação anual de 1,0%.

No caso das pensões obrigatoriamente remíveis, o montante de benefício considerado é o que decorre da tabela de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 38.

g) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

No decurso da sua atividade, a Companhia cede negócio. Os valores a receber ou a pagar, relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

2.16. Imputação de gastos por funções

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções, conforme a prevê a Diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro.

As funções consideradas no âmbito desta imputação, de acordo com o artigo 41.º da mesma diretiva, são as seguintes:

a) Custos com sinistros;

b) Custos e gastos de exploração:

i. Custos de aquisição;

ii. Gastos administrativos.

c) Gastos de investimentos.

São apresentados na Nota 25 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.17. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

- **Plano de contribuição definida**

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 3 de setembro de 2020.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 52ª e 53ª, bem como do Anexo VII do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

- **Plano de benefícios definido**

Fruto da celebração do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que o mesmo revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas, passa a existir um só plano de reforma, estando esse previsto no respetivo ACT/2020 e sendo de contribuição definida.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 44ª do novo Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora, em vigor desde 3 de setembro de 2020, são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.18. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.19. Locações

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- (i) O contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- (ii) A Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso; e

- (iii) A Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar "como" e "com que objetivo" o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso:
 - (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou
 - (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o "como" e "com que objetivo" este irá ser utilizado.

A política é aplicável aos contratos que se iniciaram, ou que foram alterados, a partir de 1 de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual.

Locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se espera virem a ser pagos sob uma garantia residual e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação e penalidades por rescisão antecipada de locação, a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros, derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração

na estimativa do Grupo do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis e passivos de locação em Outros Passivos, no Balanço.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor (5.000 euros). A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.15.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

b) Definição da vida útil dos edifícios

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

c) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

d) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

e) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças, resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto, geradores de um passivo por impostos diferidos.

f) Justo valor dos ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias, ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

g) Imparidade dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia determina que existe imparidade nos seus investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos através da avaliação do valor dos mesmos, sempre que existam sinais de imparidade, baseando-se no valor estimado dos *cash flows* futuros descontados. Devido ao facto de a metodologia aplicada se basear em pressupostos e estimativas, as alterações dos mesmos poderão resultar em impactos na determinação da imparidade.

As eventuais perdas por imparidade serão reconhecidas em resultados do exercício.

3 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	2022	2021	EURS
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem			
Caixa e equivalentes	5.010,02	5.512,05	
Depósitos à ordem	10.418.514,21	4.752.995,37	
Total	10.423.524,23	4.758.507,42	

4 INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Entidade	2022	2021	EURS
Ativo			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.	21.000.000,00	21.000.000,00	
MAPFRE Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A.	4.682.936,61	4.682.936,61	
Total	25.682.936,61	25.682.936,61	

Relativamente à participação financeira detida na Mapfre Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A. importa ter em atenção que, no âmbito do processo de aquisição, que ocorreu no final do exercício de 2020, o contrato estabelecido entre a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e o Banco Santander, S.A. incluía duas componentes:

- 1) Aquisição de 50,01% da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., com posterior alteração de denominação para MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.;
- 2) Formalização de um contrato de distribuição de seguros, na rede de balcões do Banco Santander, até 2037.

Nesta base, durante o exercício de 2021, procedeu-se a desagregação do valor pago no final de 2020, no montante de 14,4 milhões de euros, em linha com as condições contratuais referidas acima. O tratamento contabilístico definido foi o seguinte:

- 1) Definição do justo valor da participação financeira, no montante de 4.682.936,61 euros, o qual não difere substancialmente dos capitais próprios da Companhia adquirida, tendo por base as características dos ativos desta entidade;
- 2) Atribuição do valor ao contrato de distribuição de seguros, no montante de 9.717.063,39 euros, que cumpre com as regras de classificação de ativo intangível, conforme estabelecido na IAS 38. Desta forma, este montante foi reclassificado para uma rubrica de outros ativos intangíveis, conforme Nota 9 e será amortizado, de acordo com a produção de contratos estimada até 2037.

Refira-se que, à data de 31 de dezembro de 2020, por se tratar de uma operação recente, não tinha sido efetuada a desagregação do valor entre os dois ativos. De qualquer modo, o impacto em termos de amortização do ativo intangível nesse exercício anterior era imaterial.

No quadro abaixo, apresentamos a informação financeira resumida das associadas individualmente:

Entidade	EUROS	
	2022	2021
MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. (% participação de 100%)		
Total dos ativos	332.406.939,57	342.783.816,57
Total dos passivos	301.256.171,91	295.080.066,60
Produção seguro direto	73.914.481,91	60.521.635,29
Resultados	1.402.819,22	754.740,03

Entidade	EUROS	
	2022	2021
MAPFRE Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A. (% participação de 50,01%)		
Total dos ativos	16.545.777,31	13.297.285,54
Total dos passivos	10.370.017,44	7.951.499,25
Produção seguro direto	6.885.305,06	4.239.187,35
Resultados	(470.026,42)	(2.870.372,47)

4.1. Participação na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. participou maioritariamente no capital da Sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º 1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

No exercício de 2010, a Companhia procedeu, a um aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 10.000.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000 de euros.

No exercício de 2013, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. procedeu a um novo aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 3.500.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 21.000.000 de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, considerando a *performance* económico-financeira desta participada ao longo dos últimos anos, o Conselho de Administração determinou que não existem sinais de imparidade.

4.2. Participação na MAPFRE Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.

No exercício de 2020, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. estabeleceu uma parceria com o Grupo Santander, que passa pela distribuição em Portugal, até dezembro de 2037, dos seguros automóvel, multirriscos para PME e de responsabilidade civil da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. pela rede comercial do Grupo Santander.

Esta parceria materializou-se, conforme autorização do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) emitida em 14 de outubro de 2020, pela aquisição por parte da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. de uma participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., mantendo a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. a propriedade do capital social remanescente. A denominação social foi alterada para MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, considerando a fase embrionária em que se encontra este negócio e o *business plan* previsto, o Conselho de Administração determinou que não existem sinais de imparidade.

4.3. Partes de capital

As partes de capital em empresas associadas e filiais foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo. Com base na evolução financeira da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. e nas estimativas de resultados futuros, suportadas pelo *business plan* preparado em 2022 para o negócio da MAPFRE Santander Portugal Companhia de Seguros, S.A., não foram identificados indícios de imparidade neste exercício.

5

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

5.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário/imobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro que se segue.

Rubrica	2022			EUROS
	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Total
Saldo inicial	108.521.073,97	24.583.123,57		133.104.197,54
Aquisições (a valor aquisição)	12.895.842,24	4.116.341,14		17.012.183,38
Vendas (a valor venda)	(8.370.989,14)	(9.652.431,07)		(18.023.420,21)
Reembolsos (a valor reembolso)	(3.168.159,53)			(3.168.159,53)
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	(25.399.267,24)	(1.238.631,45)		(26.637.898,69)
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	(393.059,95)	403.229,78		10.169,83
Variação do custo amortizado	(4.929,56)			(4.929,56)
Variação juro decorrido	8.232,85			8.232,85
Saldo final	84.088.743,64	18.211.631,97		102.300.375,61

Rubrica	2021			EUROS
	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Total
Saldo inicial	134.367.054,00	18.840.821,74		153.207.875,74
Aquisições (a valor aquisição)	30.538.771,36	14.689.306,99		45.228.078,35
Vendas (a valor venda)	(44.398.100,05)	(11.290.017,08)		(55.688.117,13)
Reembolsos (a valor reembolso)	(4.159.115,73)			(4.159.115,73)
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	(8.250.964,64)	500.634,33		(7.750.330,31)
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	837.361,55	1.842.377,59		2.679.739,14
Variação do custo amortizado	(232.692,27)			(232.692,27)
Variação juro decorrido	(181.240,25)			(181.240,25)
Saldo final	108.521.073,97	24.583.123,57		133.104.197,54

Apresenta-se no quadro abaixo, a decomposição por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

2022						EUROS
Tipo de ativo	Valor contabilístico					Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda	103.714.916,57	(226.240,50)	(2.343.848,60)	1.155.548,14		102.300.375,61
Ações	2.738.608,77		192.723,85			2.931.332,62
Unidades de participação	15.383.586,76		(103.287,41)			15.280.299,35
Títulos de dívida pública	65.909.863,64	79.853,72	(737.621,25)	1.000.340,80		66.252.436,91
Títulos de outros emissores públicos	2.939.898,00	(130.718,53)	(142.795,18)	9.123,65		2.675.507,94
Títulos de outros emissores	16.742.959,40	(175.375,69)	(1.552.868,61)	146.083,69		15.160.798,79
Total	103.714.916,57	(226.240,50)	(2.343.848,60)	1.155.548,14		102.300.375,61

2021						EUROS
Tipo de ativo	Valor contabilístico					Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.934.496,35	(271.664,19)	24.294.050,09	1.147.315,29		133.104.197,54
Ações	3.347.883,53		819.859,72			4.167.743,25
Unidades de participação	19.907.172,15		508.208,17			20.415.380,32
Títulos de dívida pública	64.529.533,32	(5.540,41)	22.408.397,90	1.002.989,54		87.935.380,35
Títulos de outros emissores públicos	1.324.352,50	(111.678,54)	81.085,61	2.707,45		1.296.467,02
Títulos de outros emissores	18.825.554,85	(154.445,24)	476.498,69	141.618,30		19.289.226,60
Total	107.934.496,35	(271.664,19)	24.294.050,09	1.147.315,29		133.104.197,54

No Anexo 1.1. das Notas às Demonstrações Financeiras apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

5.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*.

Contudo, no exercício de 2022, existiram exceções e alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da *Bloomberg* obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação de consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 10.135.982,40 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
FR00140002W1	ASSISTANCE PUBLIQUE HOPITAUX MARSEILLE
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA SA
XS1945762265	BARCLAYS BANK PLC LONDON
XS2024771359	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY
XS2113581578	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V.
XS2076259063	DOURO FINANCE B.V.
XS2079443433	DOURO FINANCE B.V.
XS2092534531	DOURO FINANCE B.V.
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V.
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC.ELEC FTA
FR0014000568	GRAND DELTA HABITAT
FR0014002226	GRAND DELTA HABITAT
ES0505640005	IM ACP SHORT-TERM DEBT, FT
XS1960021035	NOMURA INTERNATIONAL FUNDING PTE LTD
FR0014002010	ORPEA
XS0365796092	SOCIETE GENERALE (PARIS)
XS2244404724	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP-
XS2310118547	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP-
XS2237302646	STG GLOBAL FINANCE BV
XS1715328768	SWEDISH MATCH AB
ES0000012965	TESORO PÚBLICO
XS2529713435	THE KOREA DEVELOPMENT BANK

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*. No entanto, no exercício de 2022, houve uma exceção, tendo sido valorizado pelo custo, pelo montante de 6.457.880,23 euros, os seguintes títulos:

ISIN	Nome do emissor
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL
INMB-ARCAAVA	ARCANO SPANISH VALUE ADDED REAL ESTATEII
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN
LU2254260586	GINKGO FUND III SCA SICAV
ALTPVDB-GSOD	GSO EUR SENIOR DEBT FUND II PRIV DEBT
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A
ES0160461002	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I FCR
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUCTURAS FCR
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR
LU1928608063	P/ GLOBAL SOCIAL IMPACT FUND
ES0108745003	SANTANDER AM ALTERNATIVE LEASING FIL
LU1857396789	STABLE EUR. FUND SICAV-RAIF MAPFRE

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando, maioritariamente, parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categorias são determinadas em cada data de reporte. Apresentam-se nos quadros abaixo os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

2022					EUROS
Conceito	Justo valor - níveis de valorização			Total	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Ações	2.931.332,62			2.931.332,62	
Unidades de participação	8.822.419,12		6.457.880,23	15.280.299,35	
Títulos de dívida pública	64.838.291,79	1.414.145,12		66.252.436,91	
Títulos de outros emissores públicos	1.760.415,48	915.092,46		2.675.507,94	
Títulos de outros emissores	7.354.053,97	7.806.744,82		15.160.798,79	
Total	85.706.512,98	10.135.982,40	6.457.880,23	102.300.375,61	

2021					EUROS
Conceito	Justo Valor - níveis de valorização			Total	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Ações	4.167.743,25			4.167.743,25	
Unidades participação	13.581.121,95		6.834.258,37	20.415.380,32	
Títulos de dívida pública	86.125.676,17	1.809.704,18		87.935.380,35	
Títulos de outros emissores públicos	201.060,45	1.095.406,57		1.296.467,02	
Títulos de outros emissores	9.672.442,72	9.483.673,45	133.110,43	19.289.226,60	
Total	113.748.044,54	12.388.784,20	6.967.368,80	133.104.197,54	

5.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.4. e registou, no exercício de 2022, como perdas por imparidade as que se demonstram no quadro abaixo:

2022				EUROS
Tipo de ativo	Valor contabilístico			
	Aquisição	Justo valor	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos de outros emissores - Orpea	198.390,00	53.013,70	118.748,79	
Total	198.390,00	53.013,70	118.748,79	

21.000.000
Capital social da MAPFRE - Seguros de Vida S.A.,
após aumento de capital efetuado no exercício de 2013

6 TERRENOS E EDIFÍCIOS

O modelo de valorização aplicado aos Terrenos e Edifícios é o modelo do custo.

Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na Conservatória do Registo Predial em nome da Companhia, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

Apresentamos, no quadro abaixo, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

Rubrica	2022			EUROS
	Valor bruto	Depreciações/imparidades	Valor líquido	
Terrenos e Edifícios				
Saldo inicial	10.706.418,62	5.201.088,48	5.505.330,14	
Saldo final	10.706.418,62	5.332.461,26	5.373.957,36	

Rubrica	2021			EUROS
	Valor bruto	Depreciações/imparidades	Valor líquido	
Terrenos e Edifícios				
Saldo inicial	10.706.418,62	5.069.333,20	5.637.085,42	
Saldo final	10.706.418,62	5.201.088,48	5.505.330,14	

Demonstra-se, nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2022 e 2021:

Rubrica	2022			EUROS
	De uso próprio	De rendimento	Total	
Valor de Aquisição				
Saldo inicial	9.730.828,21	975.590,41	10.706.418,62	
Aquisições				
Alienações				
Transferências	(414.835,05)	414.835,05		
Edifícios em curso				
Saldo final	9.315.993,16	1.390.425,46	10.706.418,62	
Depreciações Acumuladas				
Saldo inicial	3.231.217,62	345.867,34	3.577.084,96	
Depreciações	115.973,16	15.399,62	131.372,78	
Alienações				
Transferências	(97.776,38)	97.776,38		
Saldo final	3.249.414,40	459.043,34	3.708.457,74	
Imparidades				
Saldo inicial	1.511.301,20	112.702,32	1.624.003,52	
Movimento do ano				
Alienações				
Transferências	(130.595,48)	130.595,48		
Saldo final	1.380.705,72	243.297,80	1.624.003,52	
Valor Líquido				
Saldo inicial	4.988.309,39	517.020,75	5.505.330,14	
Saldo final	4.685.873,04	688.084,32	5.373.957,36	

Rubrica	2021			EUROS
	De uso próprio	De rendimento	Total	
Valor de Aquisição				
Saldo inicial	9.790.722,54	915.696,08	10.706.418,62	
Aquisições				
Alienações				
Transferências	(59.894,33)	59.894,33		
Edifícios em curso				
Saldo final	9.730.828,21	975.590,41	10.706.418,62	
Depreciações Acumuladas				
Saldo inicial	3.134.642,57	310.687,11	3.445.329,68	
Depreciações	119.854,53	11.900,75	131.755,28	
Alienações				
Transferências	(23.279,48)	23.279,48		
Saldo final	3.231.217,62	345.867,34	3.577.084,96	
Imparidades				
Saldo inicial	1.511.301,20	112.702,32	1.624.003,52	
Movimento do ano				
Alienações				
Transferências				
Saldo final	1.511.301,20	112.702,32	1.624.003,52	
Valor Líquido				
Saldo inicial	5.144.778,77	492.306,65	5.637.085,42	
Saldo final	4.988.309,39	517.020,75	5.505.330,14	

O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Rubrica	2022				EUROS
	Valor bruto	Depreciações/imparidades	Valor líquido	Valor mercado	
Terrenos e Edifícios					
De uso próprio	9.315.993,16	4.630.120,12	4.685.873,04	6.235.700,00	
De rendimento	1.390.425,46	702.341,14	688.084,32	1.416.700,00	
Total	10.706.418,62	5.332.461,26	5.373.957,36	7.652.400,00	

Rubrica	2021				EUROS
	Valor bruto	Depreciações/imparidades	Valor líquido	Valor mercado	
Terrenos e Edifícios					
De uso próprio	9.730.828,21	4.742.518,82	4.988.309,39	6.442.200,00	
De rendimento	975.590,41	458.569,66	517.020,75	1.215.700,00	
Total	10.706.418,62	5.201.088,48	5.505.330,14	7.657.900,00	

Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

2022			EURS
Rubrica	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)	
Terrenos e Edifícios			
De uso próprio		151.708,64	
De rendimento	39.000,00	4.069,20	
Total	39.000,00	155.777,84	

2021			EURS
Rubrica	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)	
Terrenos e Edifícios			
De uso próprio		9.255,85	
De rendimento	22.950,00	6.909,43	
Total	22.950,00	16.165,28	

À data de 31 de dezembro de 2022, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

Em referência a 31 de dezembro de 2022, não existem ativos dados como garantia de passivos.

Não existem, à data de encerramento das contas do exercício de 2022, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativas a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

7 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e depreciações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

2022							EURS
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento							
Equipamento administrativo	290.752,78	9.323,59				56.593,18	243.483,19
Máquinas e ferramentas	202.495,34	34.602,91				58.623,09	178.475,16
Equipamento informático	2.626,76					2.626,76	
Instalações interiores	347.174,16	5.677,08	(3.743,64)			54.686,68	294.420,92
Outro equipamento	124.278,20	19.916,46				26.468,46	117.726,20
Outros ativos tangíveis	815.323,70		3.743,64			155.286,02	663.781,32
Património artístico	6.070,02						6.070,02
Ativos tangíveis em curso							
Total	1.788.720,96	69.520,04				354.284,19	1.503.956,81

Outros ativos tangíveis	2021					Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates		
Equipamento							
Equipamento administrativo	312.933,95	34.953,27				57.134,44	290.752,78
Máquinas e ferramentas	236.765,76	23.811,52				58.081,94	202.495,34
Equipamento informático	15.827,03					13.200,27	2.626,76
Instalações interiores	360.001,89	41.336,08				54.163,81	347.174,16
Outro equipamento	126.321,73	24.324,69				26.368,22	124.278,20
Outros ativos tangíveis	969.965,31					154.641,61	815.323,70
Património artístico	6.070,02						6.070,02
Ativos tangíveis em curso							
Total	2.027.885,69	124.425,56				363.590,29	1.788.720,96

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer um deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferidas para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" em imparidade ou cedido.

8 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e depreciações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Ativos sob direito de uso	2022					
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de Uso Imóveis	2.002.756,40	42.407,92			402.827,61	1.642.336,71
Direito de Uso Outros	154.331,60	97.393,76			54.833,48	196.891,88
Total	2.157.088,00	139.801,68			457.661,09	1.839.228,59

Ativos sob direito de uso	2021					
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de Uso Imóveis	2.172.610,00	220.473,86			390.327,46	2.002.756,40
Direito de Uso Outros	130.129,37	132.244,89		26.487,66	81.555,00	154.331,60
Total	2.302.739,37	352.718,75		26.487,66	471.882,46	2.157.088,00

A natureza dos "Direito de Uso Outros" corresponde a locações de viaturas.

9 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e depreciações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

2022							EUROS
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	147.431,46					147.431,46	
Outros Ativos Intangíveis	9.501.344,59					217.662,24	9.283.682,35
Ativos Intangíveis em Curso							
Total	9.648.776,05					365.093,70	9.283.682,35

2021							EUROS
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	318.170,68					170.739,22	147.431,46
Outros Ativos Intangíveis		9.717.063,39				215.718,80	9.501.344,59
Ativos Intangíveis em Curso	619.902,02				619.902,02		
Total	938.072,70	9.717.063,39			619.902,02	386.458,02	9.648.776,05

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos intangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A natureza dos “Ativos intangíveis em curso” corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte à evolução do negócio.

A constituição de "Outros Ativos Intangíveis" pelo valor de 9.717.063,39 euros em 2021, resulta do contrato de distribuição estabelecido entre a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e o Banco Santander, S.A., de acordo com o referido na Nota 4.1 deste relatório. Este ativo intangível será amortizado até ao exercício de 2037, tendo em consideração a produção de contratos de seguros, formalizados no âmbito deste acordo. Em 31 de dezembro de 2022, estes ativos ascendem ao montante de 9.283.682,35 euros.

Durante o ano de 2021, houve alguns ativos intangíveis em curso que, por não se esperar benefícios económicos futuros, foram abatidos.

10 PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

2022					EUROS
Provisões técnicas - resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final	
Provisão para prémios não adquiridos	10.348.697,55	859.192,15		11.207.889,70	
Prémios não adquiridos	11.797.530,87	1.167.045,72		12.964.576,59	
Custos de aquisição diferidos	(1.448.833,32)	(307.853,57)		(1.756.686,89)	
Provisão para sinistros	35.604.884,78	9.379.813,62	13.664.078,47	31.320.619,93	
Prestações	30.462.365,72	7.498.070,21	12.098.047,89	25.862.388,04	
IBNR	4.483.452,24	31.275,93	1.553.574,02	2.961.154,15	
IBNER	659.066,82	1.850.467,48	12.456,56	2.497.077,74	
Total	45.953.582,33	10.239.005,77	13.664.078,47	42.528.509,63	

2021					EUROS
Provisões técnicas - resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final	
Provisão para prémios não adquiridos	9.872.437,03	476.260,52		10.348.697,55	
Prémios não adquiridos	10.986.335,62	811.195,25		11.797.530,87	
Custos de aquisição diferidos	(1.113.898,59)	(334.934,73)		(1.448.833,32)	
Provisão para sinistros	35.265.444,56	20.342.408,94	20.002.968,72	35.604.884,78	
Prestações	30.912.779,73	18.052.253,46	18.502.667,47	30.462.365,72	
IBNR	5.831.679,31	96.663,04	1.444.890,11	4.483.452,24	
IBNER	(1.479.014,48)	2.193.492,44	55.411,14	659.066,82	
Total	45.137.881,59	20.818.669,46	20.002.968,72	45.953.582,33	

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

11 OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações, líquido de ajustamentos, é decomposto como segue:

Rubrica	2022		
	Ativo bruto	Imparidade/ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	7.973.834,89	733.400,03	7.240.434,86
Tomadores de seguros	6.561.537,13	718.414,51	5.843.122,62
Mediadores	470.688,07	14.985,52	455.702,55
Cosseguradoras	941.609,69		941.609,69
Contas a receber por operações de resseguro	1.087.276,96		1.087.276,96
Contas a receber por outras operações	6.100.411,62		6.100.411,62
Empréstimos ao pessoal	451.207,58		451.207,58
Outras operações com pessoal	26.157,15		26.157,15
FAT Atualizações/alterações	59.991,12		59.991,12
Empresas do grupo - conta corrente	740.168,49		740.168,49
IDS - conta corrente	653.478,36		653.478,36
Garantias e cauções	135.764,25		135.764,25
Reembolso de Sinistros	2.306.317,58		2.306.317,58
Outros devedores	1.727.327,09		1.727.327,09
Total	15.161.523,47	733.400,03	14.428.123,44

Rubrica	2021		
	Ativo bruto	Imparidade/ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	7.356.447,25	379.331,43	6.977.115,82
Tomadores de seguros	6.084.519,60	354.079,19	5.730.440,41
Mediadores	498.982,99	25.252,24	473.730,75
Cosseguradoras	772.944,66		772.944,66
Contas a receber por operações de resseguro	1.675.187,59		1.675.187,59
Contas a receber por outras operações	6.836.058,11		6.836.058,11
Empréstimos ao pessoal	495.698,60		495.698,60
Outras operações com pessoal	22.419,54		22.419,54
FAT Atualizações/alterações	54.703,47		54.703,47
Empresas do grupo - conta corrente	829.452,20		829.452,20
IDS - conta corrente	554.171,31		554.171,31
Garantias e cauções	129.350,27		129.350,27
Reembolso de Sinistros	2.825.223,97		2.825.223,97
Outros devedores	1.925.038,75		1.925.038,75
Total	15.867.692,95	379.331,43	15.488.361,52

Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resultam da análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

O valor contabilizado em ajustamentos desagrega-se como segue:

Rubrica	2022			Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução	
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	354.079,19	364.335,32		718.414,51
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros				
De mediadores	25.252,24		10.266,72	14.985,52
De outros devedores				
Total	379.331,43	364.335,32	10.266,72	733.400,03

Rubrica	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução	
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	894.117,48		540.038,29	354.079,19
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros				
De mediadores	42.665,96		17.413,72	25.252,24
De outros devedores	2.557,36		2.557,36	
Total	939.340,80		560.009,37	379.331,43

12 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS

Desdobramento de ativos e passivos por impostos diferidos:

Conceito	EUROS	
	2022	2021
Ativos por impostos e taxas	2.483.305,16	488.724,97
Ativos por impostos (e taxas) correntes	1.563.819,96	488.724,97
Ativos por impostos diferidos	919.485,20	
Passivos por impostos e taxas	2.456.293,93	8.370.850,05
Passivos por impostos (e taxas) correntes	2.456.293,93	3.270.089,56
Passivos por impostos diferidos		5.100.760,49

12.1. Impostos correntes

Detalham-se, no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

Demonstração do gasto por imposto	EUROS	
	2022	2021
Resultado antes de imposto	3.227.456,15	9.892.490,10
21% do resultado antes de impostos	677.765,79	2.077.422,92
Gasto por imposto (a acrescer/a deduzir):		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	12.512,25	7.121,01
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios	46.976,20	76.831,81
Perdas por imparidade de ativos depreciáveis ou amortizáveis (Imóveis)	70.646,32	
Realizações de utilidade social não dedutíveis		
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que incidam sobre os lucros	12.821,01	15.254,64
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	278,67	549,53
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	5.585,79	4.207,62
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	12.336,91	588.427,21
Custos extraordinários	40.455,18	77.748,17
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	(28.916,20)	(76.831,81)
Reversão de provisões tributadas	(2.156,01)	(4.193,93)
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos		
Mais-valias contabilísticas	(2.135,66)	(562.745,22)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(23.100,77)	(45.235,59)
Benefícios Fiscais	(10.210,39)	(11.825,89)
Dedução de prejuízos fiscais		
Gasto por imposto IRC	812.859,09	2.146.730,47
Derrama	125.229,36	459.407,73
Tributação autónoma	195.653,81	168.255,35
Total de gasto por imposto corrente	1.133.742,26	2.774.393,55
Imposto sobre lucros a pagar:		
Entregas por conta e deduções	(2.369.819,93)	(2.073.957,85)
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	(1.236.077,67)	700.435,70

12.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

Impostos diferidos	Saldo inicial	2022		EUROS		Saldo final
		Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	(5.466.161,28)		5.993.527,21			527.365,93
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	365.400,79					365.400,79
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rendimento fixo		26.718,48				26.718,48
Do reconhecimento do prejuízo fiscal						
Total	(5.100.760,49)	26.718,48	5.993.527,21			919.485,20

Impostos diferidos	Saldo inicial	2021		EUROS		Saldo final
		Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	(7.209.985,59)		1.743.824,31			(5.466.161,28)
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	365.400,79					365.400,79
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rendimento fixo						
Do reconhecimento do prejuízo fiscal						
Total	(6.844.584,80)		1.743.824,31			(5.100.760,49)

13 AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos, de 2022 e de 2021, demonstra-se no quadro abaixo:

Conceito	2022			Total	EUROS
	Acidentes de trabalho	Outros seguros	Não afetos		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		10.423.524,23		10.423.524,23	
Ativos financeiros disponíveis para venda	56.562.891,89	45.737.483,72		102.300.375,61	
Terrenos e edifícios		5.373.957,36		5.373.957,36	
Outros ativos tangíveis		1.503.956,81		1.503.956,81	
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.191,24	42.527.318,39		42.528.509,63	
Créditos sobre tomadores de seguros	322.900,91	5.520.221,71		5.843.122,62	
Outros ativos	421.882,26	7.330.719,35		7.752.601,61	
Total	57.308.866,30	118.417.181,57		175.726.047,87	

Conceito	2021			Total	EUROS
	Acidentes de trabalho	Outros seguros	Não afetos		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		4.758.507,42		4.758.507,42	
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.653.117,84	54.451.079,70		133.104.197,54	
Terrenos e edifícios		5.505.330,14		5.505.330,14	
Outros ativos tangíveis		1.788.720,96		1.788.720,96	
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.219,94	45.952.362,39		45.953.582,33	
Créditos sobre tomadores de seguros	334.703,20	5.395.737,21		5.730.440,41	
Outros ativos	440.048,01	7.228.169,49		7.668.217,50	
Total	79.429.088,99	125.079.907,31		204.508.996,30	

14 PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Provisões técnicas - seguro direto	2022			Saldo final	EUROS
	Saldo inicial	Aumento	Redução		
Provisão para prémios não adquiridos	27.830.511,04	1.085.351,30		28.915.862,34	
Prémios não adquiridos	35.498.728,54	1.169.735,41		36.668.463,95	
Custos de aquisição diferidos	(7.668.217,50)	(84.384,11)		(7.752.601,61)	
Provisão para sinistros	119.069.598,01	56.143.934,59	59.053.498,96	116.160.033,64	
- De acidentes de trabalho	53.319.138,06	8.626.872,49	9.284.699,14	52.661.311,41	
Provisão matemática	46.731.407,48	6.144.081,29	5.773.401,01	47.102.087,76	
Pensões	38.419.493,99	5.147.044,39	5.231.960,69	38.334.577,69	
Assistência vitalícia	4.807.157,28	1.008.357,43	398.862,54	5.416.652,17	
FAT	2.294.242,68	(11.320,53)		2.282.922,15	
IBNR	1.210.513,53		142.577,78	1.067.935,75	
Outras prestações e custos	5.658.206,97	2.482.791,20	3.431.099,17	4.709.899,00	
Outras prestações	3.376.919,34	2.448.016,71	2.749.836,46	3.075.099,59	
IBNR	217.596,21	34.774,49		252.370,70	
IBNER	2.063.691,42		681.262,71	1.382.428,71	
Custos de gestão de sinistros	929.523,61		80.198,96	849.324,65	
- De outros seguros	65.750.459,95	47.517.062,10	49.768.799,82	63.498.722,23	
Prestações e custos	63.965.167,79	47.052.824,27	49.764.622,06	61.253.370,00	
Prestações	55.286.490,10	45.543.671,04	48.029.150,55	52.801.010,59	
IBNR	6.587.681,51	165.819,69	1.689.112,59	5.064.388,61	
IBNER	2.090.996,18	1.343.333,54	46.358,92	3.387.970,80	
Custos de gestão de sinistros	1.785.292,16	464.237,83	4.177,76	2.245.352,23	
Provisão para desvios de sinistralidade	2.921.773,41	189.673,95		3.111.447,36	
Provisão para riscos em curso	605.038,01	868.376,40	53.488,44	1.419.925,97	
Total	150.426.920,47	58.287.336,24	59.106.987,40	149.607.269,31	

	2021			EURS
Provisões técnicas - seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	27.655.248,58	175.262,46		27.830.511,04
Prémios não adquiridos	34.688.529,80	810.198,74		35.498.728,54
Custos de aquisição diferidos	(7.033.281,22)	(634.936,28)		(7.668.217,50)
Provisão para sinistros	119.161.088,43	55.967.547,89	56.059.038,31	119.069.598,01
- De acidentes de trabalho	53.106.868,71	10.367.185,77	10.154.916,42	53.319.138,06
Provisão matemática	45.461.920,87	7.309.818,93	6.040.332,32	46.731.407,48
Pensões	37.094.365,46	6.611.453,73	5.286.325,20	38.419.493,99
Assistência vitalícia	4.540.474,86	592.007,03	325.324,61	4.807.157,28
FAT	2.187.884,51	106.358,17		2.294.242,68
IBNR	1.639.196,04		428.682,51	1.210.513,53
Outras prestações e custos	6.242.350,60	3.057.366,84	3.641.510,47	5.658.206,97
Outras prestações	3.190.596,31	3.057.366,84	2.871.043,81	3.376.919,34
IBNR	466.273,84		248.677,63	217.596,21
IBNER	2.585.480,45		521.789,03	2.063.691,42
Custos de gestão de sinistros	1.402.597,24		473.073,63	929.523,61
- De outros seguros	66.054.219,72	45.600.362,12	45.904.121,89	65.750.459,95
Prestações e custos	64.410.048,89	45.445.685,53	45.890.566,63	63.965.167,79
Prestações	55.398.152,70	43.605.100,19	43.716.762,79	55.286.490,10
IBNR	8.387.232,69		1.799.551,18	6.587.681,51
IBNER	624.663,50	1.840.585,34	374.252,66	2.090.996,18
Custos de gestão de sinistros	1.644.170,83	154.676,59	13.555,26	1.785.292,16
Provisão para desvios de sinistralidade	2.849.539,45	72.233,96		2.921.773,41
Provisão para riscos em curso	354.686,88	269.525,44	19.174,31	605.038,01
Total	150.020.563,34	56.484.569,75	56.078.212,62	150.426.920,47

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas nas rubricas de “Provisão para prémios não adquiridos (variação)” e “Custos de aquisição diferidos (variação)”, respetivamente, da conta de ganhos e perdas.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)”, da conta de ganhos e perdas.

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2022 e de 2021, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

15 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Conceito	2022	2021	EURS
Outros passivos financeiros			
Depósitos Recebidos de Resseguradores	10.625,27	10.896,83	
Total	10.625,27	10.896,83	

16 PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os Passivos de Locação apresentam os seguintes movimentos:

	2022					EURS
Passivos de locação	Saldo inicial	Novas locações/ atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de locação – Imóveis	2.107.410,86	42.407,92	355.946,76	40.611,23		1.753.260,79
Passivos de locação – Outros	160.547,81	97.393,76	48.442,80	7.207,67		202.291,10
Total	2.267.958,67	139.801,68	404.389,56	47.818,90		1.955.551,89

2021						EUROS
Passivos de locação	Saldo inicial	Novas locações/ atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de locação – Imóveis	2.266.165,63	220.473,86	334.108,33	45.120,30		2.107.410,86
Passivos de locação – Outros	134.893,02	132.244,89	73.353,83	6.380,94	26.855,33	160.547,81
Total	2.401.058,65	352.718,75	407.462,16	51.501,24	26.855,33	2.267.958,67

No quadro abaixo, apresentamos a maturidade dos fluxos de caixa que estão contratualizados:

2022						EUROS
Passivos de locação	Análise maturidade - fluxos caixa contratuais não descontados				Saldo final	
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos	Total fluxos		
Passivos de locação – Imóveis	444.084,72	1.398.520,36		1.842.605,08	1.753.260,79	
Passivos de locação – Outros	78.604,05	143.654,33		222.258,38	202.291,10	
Total	522.688,77	1.542.174,69		2.064.863,46	1.955.551,89	

2021						EUROS
Passivos de locação	Análise maturidade - fluxos caixa contratuais não descontados				Saldo final	
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos	Total fluxos		
Passivos de locação – Imóveis	441.713,14	1.768.928,11	25.509,83	2.236.151,08	2.107.410,86	
Passivos de locação – Outros	60.155,48	113.061,99		173.217,47	160.547,81	
Total	501.868,62	1.881.990,10	25.509,83	2.409.368,55	2.267.958,67	

17 OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Rubrica	2022	2021
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	5.392.938,39	4.209.239,10
Prêmios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	1.375.754,21	1.494.188,89
Mediadores	1.512.984,29	1.433.914,51
Cosseguradoras	2.246.972,31	1.027.184,02
Outros saldos credores por operações de seguro direto	257.227,58	253.951,68
Contas a pagar por operações de resseguro	3.293.334,65	2.190.488,18
Contas a pagar por outras operações	1.343.566,57	1.291.634,69
Fornecedores	807.433,19	980.141,72
FAT recebimentos		
Empresas do grupo - conta corrente	39.838,34	42.297,44
Outros credores	496.295,04	269.195,53
Total	10.029.839,61	7.691.361,97

18 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Rubrica	EURS	
	2022	2021
Acréscimos de gastos com o pessoal	1.436.506,93	1.357.882,84
Subsídio de férias e mês de férias	1.039.167,96	978.255,44
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	397.338,97	379.627,40
Outros acréscimos de gastos	3.356.753,34	3.128.943,01
Incentivos a mediadores	1.107.149,76	897.261,70
Trabalhos especializados	239.331,60	411.111,09
Outros acréscimos	2.010.271,98	1.820.570,22
Total	4.793.260,27	4.486.825,85

19 OUTRAS PROVISÕES

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Rubrica	2022				Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final	
Outras provisões					
Taxas e impostos	23.787,09				23.787,09
Outras provisões					
Total	23.787,09				23.787,09

Rubrica	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução	
Outras Provisões				
Taxas e impostos	23.787,09			23.787,09
Outras provisões				
Total	23.787,09			23.787,09

A provisão para taxas e impostos diz respeito a um montante de impostos adicionais liquidados no ano de 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGCI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia (23.787,00 euros).

20 CAPITAL

20.1. Composição do Capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2022, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros cada, repartido da seguinte forma:

Entidade acionista	2022		2021	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE ESPAÑA, S.A.	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00
Total	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação de propriedade da própria Companhia.

Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

Em referência a 31 de dezembro de 2022, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

Nos exercícios 2022 e 2021, as transações com os acionistas podem ser vistas na Nota 37.

No exercício de 2022, não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

20.2. Resultados por ação

Apresenta-se abaixo o cálculo do resultado por ação:

Conceito	EUROS	
	2022	2021
Resultado líquido	2.120.432,37	7.118.096,55
Número médio de ações	6.635.000,00	6.635.000,00
Resultado por ação (em euros)	0,32	1,07

20.3. Dividendos por ação

No exercício atual, foram distribuídos dividendos aos acionistas no montante de 5.694.477,24, fruto da aplicação de resultados do exercício anterior.

O Conselho de Administração propõe que o resultado positivo do exercício de 2022, no montante de 2.120.432,37 euros (dois milhões cento e vinte mil quatrocentos e trinta e dois euros e trinta e sete cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 212.043,24 euros
- Reserva livre: 212.043,23 euros
- Distribuição dividendos: 1.696.345,90 euros

21 RESERVAS

No quadro abaixo, apresentam-se os movimentos que ocorreram nos exercícios de 2022 e de 2021 em cada uma das reservas:

Demonstração das variações das reservas	2022			EUROS
	Saldo inicial	Aumentos/diminuições	Imparidades/reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	24.294.050,09	(26.637.898,69)	-	(2.343.848,60)
Ações/unidades de participação de fundos investimento	1.328.067,89	(1.238.631,45)	-	89.436,44
Títulos de rendimento fixo	22.965.982,20	(25.399.267,24)	-	(2.433.285,04)
Reserva por impostos diferidos	(5.466.161,28)	5.993.527,21	-	527.365,93
Outras reservas	12.565.721,77	1.423.619,31	-	13.989.341,08
Reserva legal	6.546.175,10	711.809,66	-	7.257.984,76
Prémios de emissão	2.979.548,04	-	-	2.979.548,04
Outras reservas	3.039.998,63	711.809,65	-	3.751.808,28
Total	31.393.610,58	(19.220.752,17)	-	12.172.858,41

Demonstração das variações das reservas	2021			EUROS
	Saldo inicial	Aumentos/diminuições	Imparidades/reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	32.044.380,40	(7.750.330,31)	-	24.294.050,09
Ações/unidades de participação de fundos investimento	827.433,56	500.634,33	-	1.328.067,89
Títulos de rendimento fixo	31.216.946,84	(8.250.964,64)	-	22.965.982,20
Reserva por impostos diferidos	(7.209.985,59)	1.743.824,31	-	(5.466.161,28)
Outras reservas	36.686.593,09	(24.120.871,32)	-	12.565.721,77
Reserva legal	5.958.262,23	587.912,87	-	6.546.175,10
Prémios de emissão	2.979.548,04	-	-	2.979.548,04
Outras reservas	27.748.782,82	(24.708.784,19)	-	3.039.998,63
Total	61.520.987,90	(30.127.377,32)	-	31.393.610,58

22 PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

A Companhia encerrou o exercício de 2022 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 107.625.628,19 euros, totalmente provenientes de contratos de seguro não vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4.1. a estas Notas.

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2022	2021	EURS
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro			
Prémios brutos emitidos	107.625.628,19	102.453.084,13	
Prémios de resseguro cedido	41.771.198,51	37.245.083,54	
Prémios líquidos de resseguro	65.854.429,68	65.208.000,59	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	1.169.735,41	810.198,74	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	1.167.045,72	811.195,25	
Prémios não adquiridos (variação)	2.689,69	(996,51)	
Total	65.851.739,99	65.208.997,10	

Conceito	2022	2021	EURS
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro			
Prémios brutos emitidos	107.625.628,19	102.453.084,13	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	1.169.735,41	810.198,74	
Prémios brutos adquiridos	106.455.892,78	101.642.885,39	
Prémios de resseguro cedido	41.771.198,51	37.245.083,54	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	1.167.045,72	811.195,25	
Prémios de resseguro cedido adquiridos	40.604.152,79	36.433.888,29	
Total	65.851.739,99	65.208.997,10	

23 CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2022	2021	EURS
Custos com sinistros, líquidos de resseguro			
Montantes pagos	39.591.821,98	38.591.999,36	
Montantes brutos	51.689.869,87	57.094.666,83	
Parte dos resseguradores	12.098.047,89	18.502.667,47	
Provisão para sinistros (variação)	1.893.606,87	(432.580,44)	
Montantes Brutos	(2.390.657,98)	(93.140,22)	
Parte dos resseguradores	(4.284.264,85)	339.440,22	
Total	41.485.428,85	38.159.418,92	

Conceito	2022	2021	EURS
Custos com sinistros, líquidos de resseguro			
Custos com sinistros	49.299.211,89	57.001.526,61	
Montantes pagos	51.689.869,87	57.094.666,83	
Provisão para sinistros (variação)	(2.390.657,98)	(93.140,22)	
Custos com sinistros parte dos resseguradores	7.813.783,04	18.842.107,69	
Montantes Pagos	12.098.047,89	18.502.667,47	
Provisão para sinistros (variação)	(4.284.264,85)	339.440,22	
Total	41.485.428,85	38.159.418,92	

24 OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2022			2021		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão para desvios de sinistralidade	189.673,95		189.673,95	72.233,96		72.233,96
Provisão para riscos em curso	814.887,96		814.887,96	250.351,13		250.351,13
Total	1.004.561,91		1.004.561,91	322.585,09		322.585,09

25 CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

25.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se a seguir um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2022 e de 2021:

Rubrica	2022	2021
Pessoal	12.276.143,14	12.083.611,38
Viagens e relações públicas	699.722,32	483.901,62
Imóveis	1.955.957,33	1.782.547,33
Informática	3.448.744,69	4.400.689,35
Publicidade	651.194,56	614.783,49
Campanhas comerciais	278.861,73	68.598,46
Serviços profissionais externos	2.389.936,20	1.987.528,19
Outros gastos internos	2.435.121,72	2.554.772,80
Total	24.135.681,69	23.976.432,62

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2022 e de 2021 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	2022	2021
Serviços de revisão legal de contas	41.517,00	47.806,00
Outros serviços	21.682,00	10.341,00
Total	63.199,00	58.147,00

Os custos com locações encontram-se no quadro abaixo:

Âmbito	2022	2021
Gastos com juros relativos aos passivos de locação	47.818,90	51.501,24
Gastos relativos a locações de curta duração	478.344,49	396.924,78
Gastos relativos a locações de ativos de valor reduzido, exclui locações de curta duração	308.779,12	240.832,14
Total	834.942,51	689.258,16

No exercício de 2022, as quantias despendidas relativas a locações de curto prazo contabilizadas nos termos da IFRS 16 ascendem a 478.344,49 euros, sendo repartidas em 410.160,47 euros relativos a rendas de imóveis e 68.184,02 euros relacionados com aluguer de viaturas.

Há também quantias despendidas relativas a locações de baixo valor no montante de 308.779,12 euros, relativo a aluguer de equipamento informático.

25.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

• Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

• Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos por funções, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

2022					EUROS
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total	
Custos com pessoal	3.270.610,05	8.737.614,10	267.918,99	12.276.143,14	
Fornecimentos e serviços externos	2.668.275,72	6.721.217,45	173.706,38	9.563.199,55	
Impostos e taxas	190.135,05	507.934,62	15.553,97	713.623,64	
Amortizações do exercício	290.533,12	776.187,66	241.690,98	1.308.411,76	
Outras provisões					
Juros suportados	12.871,87	34.268,55	1.078,84	48.219,26	
Comissões			226.084,34	226.084,34	
Total	6.432.425,81	16.777.222,38	926.033,50	24.135.681,69	

2021					EUROS
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total	
Custos com pessoal	3.392.685,48	8.431.971,27	258.954,63	12.083.611,38	
Fornecimentos e serviços externos	2.767.542,20	6.544.988,27	183.801,10	9.496.331,57	
Impostos e taxas	197.989,38	495.837,24	15.881,65	709.708,27	
Amortizações do exercício	318.959,93	794.521,21	240.204,91	1.353.686,05	
Outras provisões					
Juros suportados	14.457,21	36.294,99	1.153,13	51.905,33	
Comissões			281.190,02	281.190,02	
Total	6.691.634,20	16.303.612,98	981.185,44	23.976.432,62	

26 CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição, registados nos exercícios de 2022 e 2021, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Âmbito	2022	2021
Custos Imputados	11.606.177,78	11.253.412,39
Comissões de mediação	9.422.248,55	8.978.055,33
Outros	1.493.447,45	1.560.187,89
Total	22.521.873,78	21.791.655,61

Na rubrica “Outros” estão registados os incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*).

27 GASTOS COM O PESSOAL

No fim do exercício de 2022, o número total de trabalhadores era de 248, mais 12 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no quadro seguinte:

Grupo profissional/categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	9
Diretor	9
Gestor	15
Gestor Comercial	4
Gestor Operacional	9
Gestor Técnico	2
Operacional	200
Coordenador Operacional	54
Especialista Operacional	146
Técnico	24
Técnico	24
Total	248

Os gastos com pessoal, registados nos exercícios de 2022 e de 2021, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2022	2021
Remunerações	9.411.265,80	9.090.385,57
Dos órgãos sociais	115.065,87	77.301,72
Do pessoal	9.296.199,93	9.013.083,85
Encargos sobre remunerações	2.055.453,00	1.999.327,90
Benefícios pós-emprego	135.619,91	140.333,75
Planos de contribuição definida	135.619,91	140.333,75
Planos de benefícios definidos		
Benefícios de cessação de emprego	223.696,21	365.865,77
Seguros obrigatórios	240.781,98	230.660,67
Gastos de ação social	61.390,38	64.213,84
Outros gastos com o pessoal	147.935,86	192.823,88
Total	12.276.143,14	12.083.611,38

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é composto por sete membros, sendo que três, incluindo o Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários. Os outros quatro membros são administradores não pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo MAPFRE das quais recebem retribuição, sendo neste caso remunerados com uma retribuição fixa anual.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

28 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado em 29 de janeiro de 2016 no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4. Foi subscrito, do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores, pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha em vigor no que respeitava às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, enquanto os sindicalizados no STAS e no SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefícios definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

Em 2020, foi celebrado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas. Este ACT, que vigorará por um período inicial de três anos, foi subscrito pelo Grupo MAPFRE e os sindicatos (STAS, SISEP e SINAPSA) representativos do setor.

Os colaboradores sindicalizados passaram automaticamente para o novo acordo, sendo que os restantes colaboradores não sindicalizados também aderiram ao mesmo.

28.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

O disposto no ACT/2020, no que diz respeito ao Plano Individual de Reforma (PIR), é muito semelhante ao que vigorava no ACT/2016. Todos os trabalhadores em efetividade de funções, beneficiam de um PIR em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à Companhia, conforme disposto na cláusula 52º do ACT.

Este plano individual de reforma deverá prever garantia de capital e será materializado no produto que a Companhia definirá, desde que cumpra o disposto no ACT.

A Companhia efetuará anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor igual a 3,25% da retribuição base anual do trabalhador, a partir do momento em que este complete dois anos de prestação de serviço efetivo na empresa.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas aos exercícios de 2022 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

Conceito	EUROS	
	2022	2021
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	135.619,91	140.333,75
Total	135.619,91	140.333,75

A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto “Universal Life”, com garantia de capital, junto da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no Anexo VII do Acordo Coletivo de Trabalho.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 225 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao ACT/2020.

28.2. Plano de benefícios definidos

a) Descrição geral do plano

Com a entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas e tendo em conta que o mesmo foi subscrito pelos sindicatos representativos do setor e por todos os colaboradores não sindicalizados, o plano de benefícios

definido que ainda vigorava para os colaboradores que tinham optado pelo CCT/2008, acabou por ser convertido para o Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

Sendo assim, a partir de 2020, deixou de existir um plano de benefícios definidos para os colaboradores ativos.

Continuam a existir as responsabilidades dos colaboradores que já se reformaram ao abrigo do plano de benefícios definidos, mas as mesmas encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

No final do exercício de 2022, existem cinco reformados cujas responsabilidades estão exteriorizadas conforme acima descrito.

b) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que a partir de 2020 no âmbito deste plano, estão circunscritas às relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

As apólices que estavam em vigor ao abrigo deste plano para os colaboradores no ativo, foram convertidas no Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

2022				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	13.232,05
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	10.621,66
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	43.285,36
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	37.407,42
1001891100073	Rendas vitalícias	0,75%	GRM95-1	30.633,24
Total apólices renda vitalícia				135.179,73

2021				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	13.610,84
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	10.960,03
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	44.662,94
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	38.596,99
1001891100073	Rendas vitalícias	0,75%	GRM95-1	31.660,88
Total apólices renda vitalícia				139.491,68

d) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada			EUROS
Conceito	2022	2021	
Valor atual serviços passados - reformados	135.179,73	139.491,68	
Total	135.179,73	139.491,68	

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidade com pensões em pagamento			EUROS
Conceito	2022	2021	
Valor responsabilidades janeiro	139.491,68	143.881,69	
Custo dos juros	4.422,48	4.567,90	
Ganhos atuariais			
Perdas atuariais	3.599,43	3.375,95	
Prestações pagas	(12.333,86)	(12.333,86)	
Valor responsabilidades em dezembro	135.179,73	139.491,68	

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes, apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Apólices rendas vitalícias			EUROS
Conceito	2022	2021	
Valor ativos janeiro	139.491,68	143.881,69	
Retorno ativos	4.422,48	4.567,90	
Ganhos atuariais	3.599,43	3.375,95	
Prestações pagas	(12.333,86)	(12.333,86)	
Valor ativos em dezembro	135.179,73	139.491,68	

g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade das obrigações e dos ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descrito nas alíneas anteriores e) e f), que ao abrigo do ACT/2020 resume-se aos colaboradores que estão reformados, são relevados no balanço nas linhas de “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Gasto reconhecido em resultados			EUROS
Conceito	2022	2021	
Diferença ativo/responsabilidade - Conversão novo ACT/2020			
Custo serviço corrente			
Custo dos juros	4.422,48	4.567,90	
Retorno ativos	(4.422,48)	(4.567,90)	
Pagamentos			
Total			

Não existiu qualquer gasto reconhecido em capital próprio, nos exercícios de 2022 e 2021.

i) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Conceito	EUROS		
	2022	2021	2020
Valor das responsabilidades	135.179,73	139.491,68	143.881,69
Valor dos ativos	135.179,73	139.491,68	143.881,69
Excesso/(Insuficiência)			
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	(3.599,43)	(3.375,95)	(1.581,16)
% sobre responsabilidades	-2,66%	-2,42%	-1,10%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	3.599,43	3.375,95	1.581,16
% sobre ativos	2,66%	2,42%	1,10%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

29 RENDIMENTOS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida, dividendos de ações e rendas de edifícios de rendimento, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

2022					EUROS
Rendimentos/réditos	Técnicos		Não técnicos	Total	
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros		
De ativos financeiros disponíveis para venda	3.339.401,78			3.339.401,78	
de juros de títulos de dívida	2.732.748,92			2.732.748,92	
de dividendos de ações	123.730,54			123.730,54	
de rendimento unidades de participação	148.252,37			148.252,37	
de rendimento custo amortizado	334.669,95			334.669,95	
De ativos financeiros detidos para negociação					
de juros de títulos de dívida					
de rendimento custo amortizado					
De outros		39.000,00		39.000,00	
de rendas de edifícios de rendimento		39.000,00		39.000,00	
Total	3.339.401,78	39.000,00		3.378.401,78	

2021					EUROS
Rendimentos/réditos	Técnicos		Não técnicos	Total	
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros		
De ativos financeiros disponíveis para venda	3.673.074,50			3.673.074,50	
de juros de títulos de dívida	3.013.855,17			3.013.855,17	
de dividendos de ações	233.661,82			233.661,82	
de rendimento unidades de participação	276.051,16			276.051,16	
de rendimento custo amortizado	149.506,35			149.506,35	
De ativos financeiros detidos para negociação					
de juros de títulos de dívida					
de rendimento custo amortizado					
De outros		22.950,00		22.950,00	
de rendas de edifícios de rendimento		22.950,00		22.950,00	
Total	3.673.074,50	22.950,00		3.696.024,50	

30 GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

2022				EUROS
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total	
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	926.033,50		926.033,50	
Gasto custo amortizado		339.599,51	339.599,51	
Total	926.033,50	339.599,51	1.265.633,01	

2021				EUROS
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total	
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	981.185,44		981.185,44	
Gasto custo amortizado		382.198,62	382.198,62	
Total	981.185,44	382.198,62	1.363.384,06	

31 GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

2022				EUROS
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/perda líquido	
De ativos disponíveis para venda	630.861,07	620.691,24	10.169,83	
de títulos de dívida	47.577,08	440.637,03	(393.059,95)	
de ações	504.139,97	133.788,73	370.351,24	
de fundos de investimento	79.144,02	46.265,48	32.878,54	
De outros				
de imóveis				
Total	630.861,07	620.691,24	10.169,83	

2021				EUROS
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/perda líquido	
De ativos disponíveis para venda	3.101.001,19	421.262,05	2.679.739,14	
de títulos de dívida	1.019.253,34	181.891,79	837.361,55	
de ações	1.113.591,26	238.482,07	875.109,19	
de fundos de investimento	968.156,59	888,19	967.268,40	
De outros				
de imóveis				
Total	3.101.001,19	421.262,05	2.679.739,14	

32 PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

2022						EUROS
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Alienações	Transferências	Saldo final	
Imparidade de ativos disponíveis para venda		118.748,79			118.748,79	
Títulos de dívida		118.748,79			118.748,79	
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.511.301,20			(130.595,48)	1.380.705,72	
Imparidade de edifícios de rendimento	112.702,32			130.595,48	243.297,80	
Total	1.624.003,52	118.748,79			1.742.752,31	

2021						EUROS
Rubrica	Saldo Inicial	Aumento	Alienações	Transferências	Saldo final	
Imparidade de ativos disponíveis para venda						
Títulos de dívida						
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.511.301,20				1.511.301,20	
Imparidade de edifícios de rendimento	112.702,32				112.702,32	
Total	1.624.003,52				1.624.003,52	

33 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Operações gerais		EUROS
	2022	2021	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro			
Outros gastos técnicos	(86.118,34)	(229.582,89)	
Comissões de gestão de cosseguro	(20.205,94)	(24.809,01)	
Outros	(65.912,40)	(204.773,88)	
Outros rendimentos técnicos	866.796,37	200.726,80	
Outros	866.796,37	200.726,80	
Total	780.678,03	(28.856,09)	

34 AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Operações gerais		EUROS
	2022	2021	
Ajustamentos do exercício			
Ajustamentos de recibos por cobrar	364.335,32	(540.038,29)	
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	(10.266,72)	(19.971,08)	
Total	354.068,60	(560.009,37)	

35 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Conceito	Operações gerais		EUROS
	2022	2021	
Outros rendimentos/gastos			
Outros gastos	(236.529,80)	(254.246,26)	
Gastos e perdas não correntes	(231.913,85)	(242.186,39)	
Donativos	(7.500,00)		
Ofertas a clientes	(52.573,67)	(53.951,56)	
Multas e penalidades	(1.326,99)	(1.844,23)	
Quotizações diversas	(120,00)	(1.249,18)	
Outros gastos	(170.393,19)	(185.141,42)	
Gastos e perdas financeiras	(4.615,95)	(12.059,87)	
Juros suportados		(772,56)	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(542,81)	(518,31)	
Outros gastos e perdas financeiras	(4.073,14)	(10.769,00)	
Perdas em outros ativos tangíveis			
Outros rendimentos	461.334,38	459.901,88	
Rendimentos e ganhos não correntes	35.277,79	28.328,23	
Restituição de impostos			
Outros	35.277,79	28.328,23	
Rendimentos e ganhos financeiros	30.660,28	156.062,04	
Juros de acordos	4.381,97	39.358,37	
Juros compensatórios	181,41	99,53	
Diferenças de câmbio favoráveis	24,48		
Outros rendimentos e ganhos financeiros	26.072,42	116.604,14	
Outros	395.396,31	275.511,61	
Total	224.804,58	205.655,62	

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos, incluindo este último segmento, seguros de Acidentes Pessoais, Doença, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Caução.

A definição destes segmentos de negócio foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2022 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

	2022	2021
Acidentes de Trabalho	12,3%	12,5%
Automóvel	41,5%	43,9%
Incêndio e Outros Danos	34,0%	31,8%
Restantes Ramos	12,2%	11,8%

Apresentamos de seguida os quadros onde se decompõem as provisões técnicas do seguro direto por segmentos:

2022						EUROS
Seguro direto						
Conceito	Ramos Não Vida Global	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos	
Provisão p/prémios não adquiridos	28.915.862,34	1.555.275,95	12.884.016,19	11.912.951,64	2.563.618,56	
Provisão p/sinistros	116.160.033,64	52.661.311,41	35.232.127,76	20.503.218,84	7.763.375,63	
Provisão p/desv. de sinistralidade	3.111.447,36			2.300.749,65	810.697,71	
Provisão p/riscos em curso	1.419.925,97			1.206.496,97	213.429,00	
Total	149.607.269,31	54.216.587,36	48.116.143,95	35.923.417,10	11.351.120,90	

2021						EUROS
Seguro direto						
Conceito	Ramos Não Vida Global	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos	
Provisão p/prémios não adquiridos	27.830.511,04	1.451.879,50	13.293.608,61	10.727.905,09	2.357.117,84	
Provisão p/sinistros	119.069.598,01	53.319.138,06	33.857.944,59	24.115.958,64	7.776.556,72	
Provisão p/desv. de sinistralidade	2.921.773,41			2.015.490,72	906.282,69	
Provisão p/riscos em curso	605.038,01			342.283,28	262.754,73	
Total	150.426.920,47	54.771.017,56	47.151.553,20	37.201.637,73	11.302.711,98	

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

2022

EUROS

Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	65.851.739,99	13.040.669,36	39.495.027,31	7.358.977,56	5.957.065,76
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	41.485.428,85	7.924.204,46	24.376.253,19	6.395.299,35	2.789.671,85
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var)	1.004.561,91			1.149.472,62	(144.910,71)
Custos e gastos de exploração líquidos	22.789.896,90	3.654.974,76	13.940.727,08	3.273.059,87	1.921.135,19
Rendimentos	3.378.401,78	2.293.106,29	861.405,31	130.579,04	93.311,14
Gastos financeiros	1.047.970,77	323.055,62	479.073,17	158.006,23	87.835,75
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	10.169,83		4.948,06	4.427,61	794,16
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	118.748,79		91.707,77	17.350,16	9.690,86
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	780.678,03	(32.803,79)	662.654,76	129.204,33	21.622,73
Resultado técnico	3.574.382,41	3.398.737,02	2.136.274,23	(3.369.999,69)	1.409.370,85
Rendimentos					
Gastos financeiros	217.662,24				
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)					
Outras provisões (variação)	354.068,60				
Outros rendimentos/gastos	224.804,58				
Resultado não técnico	(346.926,26)				
Resultado antes de impostos	3.227.456,15				
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes	1.133.742,26				
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos diferidos	(26.718,48)				
Resultado líquido do exercício	2.120.432,37				

2021

EUROS

Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	65.208.997,10	12.755.421,03	39.997.648,64	6.886.346,15	5.569.581,28
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	38.159.418,92	8.597.737,72	23.324.516,92	4.151.871,78	2.085.292,50
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var)	322.585,09			434.876,81	(112.291,72)
Custos e gastos de exploração líquidos	22.583.691,47	3.671.375,83	13.724.830,37	3.090.580,63	2.096.904,64
Rendimentos	3.696.024,50	2.269.469,90	1.347.866,60	44.291,12	34.396,88
Gastos financeiros	1.363.384,06	320.028,57	728.727,82	191.191,29	123.436,38
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.679.739,14		2.203.881,12	261.180,84	214.677,18
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)					
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(28.856,09)	(55.392,90)	16.392,52	27.375,86	(17.231,57)
Resultado técnico	9.126.825,11	2.380.355,91	5.787.713,77	(649.326,54)	1.608.081,97
Rendimentos					
Gastos financeiros					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)					
Outras provisões (variação)	(560.009,37)				
Outros rendimentos/gastos	205.655,62				
Resultado não técnico	765.664,99				
Resultado antes de impostos	9.892.490,10				
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes	2.774.393,55				
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos diferidos					
Resultado líquido do exercício	7.118.096,55				

Nos exercícios de 2022 e de 2021, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

37 ENTIDADES RELACIONADAS

37.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do Grupo

A MAPFRE foi constituída, em 1933, como **Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España**, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década de 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de **Assistência e Resseguro**, como pontas de lança do negócio de **Seguros**. Em 1975, inicia as suas atividades a FUNDACIÓN MAPFRE e nos anos 80, MAPFRE – que já era a **primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante **esforço de investimento**, que culminou nos anos 90 com a criação de uma **rede de seguro** que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou-se a sentir a **aceleração do crescimento** das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma **reorganização** que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A FUNDACIÓN MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na **diversificação geográfica** e por **mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, **Antonio Huertas** assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol** e o grupo segurador líder na **América Latina**. É **um dos 10 maiores grupos europeus** em volume de negócio.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de **30 milhões de clientes**, **31.000 empregados**, **5.000 escritórios próprios** em todo o mundo e mais de **83.000 mediadores**.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é uma das sociedades do Grupo que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

37.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

37.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

GRUPO MAPFRE	
Administrador	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
José Manuel Inchausti Pérez	MAPFRE, S.A.; MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; MAPFRE VIDA, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA; SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.; MAPFRE RE, S.A.; CARTERA MAPFRE, S.L.; VERTI ASEGURADORA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; VERTI MEDIACIÓN, SOCIEDAD DE AGENCIA DE SEGUROS VINCULADA, S.L.
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.; MAPFRE SANTANDER PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
António Luis de Azevedo Portela	BIAL, S.A.
António do Pranto Nogueira Leite	SOCIEDADE PONTO VERDE, SA; EMBOPAR, SGPS, SA; NEXPONOR, SICAFI, SA
Antonio Nuñez Tovar	MAPFRE ESPAÑA, MAPFRE VIDA, MAPFRE INTERNACIONAL, MAPFRE PERU, MAPFRE PERU VIDA, MAPFRE PERÚ ENTIDAD PRESTADORA DE SALUD, S.A.
Berta Dias da Cunha	
Javier del Río Martín	MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKINTER SEGUROS GENERALES, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; MAPFRE AUTOMOCIÓN, S.A.; SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.

37.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

As operações gerais, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Gastos		Rendimentos		EUROS
	2022	2021	2022	2021	
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	2.229.464,53	1.661.465,10	1.228.056,05	507.190,31	
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	108.318,59	101.906,79			
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	225.496,79	275.870,30			
Total	2.563.279,91	2.039.242,19	1.228.056,05	507.190,31	

Conceito	Operações gerais		EUROS
	2022	2021	
Saldos a receber e a pagar	631.148,09	818.726,35	
Depósitos	60.791,03	4.984,14	
Total	691.939,12	823.710,49	

Na rubrica de rendimentos de investimentos imobiliários, encontra-se o arrendamento à MAPFRE Assistência do escritório sito na Rua Gonçalo Cristóvão N.º 347, no Porto.

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro cedido		EUROS
	2022	2021	
Prémios	37.119.345,29	32.868.235,37	
Sinistros recebidos	9.870.297,58	16.302.946,30	
Variação de provisões técnicas	(4.638.517,91)	(520.822,71)	
Comissões	3.905.049,14	2.911.384,09	
Juros sobre depósitos	400,36	404,09	

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro cedido		EUROS
	2022	2021	
Saldos a receber e a pagar	(1.780.547,42)	(52.774,42)	
Depósitos recebidos de resseguradores	(10.625,27)	(10.896,83)	
Provisões técnicas	36.181.250,57	39.967.436,18	
Total	34.390.077,88	39.903.764,93	

Entidade	Tipo de relação/transacção	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022	Operações de resseguro				Outras operações		EUROS
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e perdas			Balanco	Custo	Proveito	
EM PORTUGAL											
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões técnicas		
MAPFRE – SEGUROS DE VIDA	Seguradora/Segurado									173.609,11	58.027,95
	Outros Custos/Proveitos										
	Pagamentos/Recebimentos Lançados em Conta Corrente										
MAPFRE SANTANDER	Seguradora/Segurado										
	Prestação Serviços Gestão Sinistros e Administrativa										862.687,65
MAPFRE ASSISTENCIA	Seguradora/Segurado										59.332,09
	Resseguradora			(1.843.590,27)	3.592.599,89	47.614,59	2.486.262,10		1.345.953,52		
	Outros Custos/Proveitos										1.800,00
	Pagamentos/Recebimentos Lançados em Conta Corrente		(184,50)								
MAPFRE VIDA SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	Seguradora/Segurado										14.704,59
	Outros Custos/Proveitos									489,60	
	Proprietário/Arrendatário		(9.362,37)							108.318,59	
IBEROASSISTENCIA	Seguradora/Segurado										134,80
	Outros Custos/Proveitos									15.722,49	
	Prestação Serviços Assistência/ Apoio Telefónico Sim24										
MAPFRE RE	Seguradora/Segurado										3.976,88
	Outros Custos/Proveitos										
	Resseguradora			(20.731,64)	99.415,41	21.100,22	22.845,15		43.575,68		

Entidade	Tipo de relação/transacção	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022	Operações de resseguro				Outras operações		EUROS	
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e perdas				Balanço	Custo		Proveito
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões técnicas			
EM ESPANHA												
SOLUNION SEGUROS	Resseguradora			(751,56)			(3.396,37)		956,16			
MAPFRE VIDA	Pagamentos/Recebimentos Lançados em Conta Corrente									43.654,49		
MAPFRE INVERSION	Prestação Serviços de Administração e Depósito dos Investimentos Financeiros	60.791,03								75.865,30		
MAPFRE ASSET MANAGEMENT	Prestação Serviços de Gestão dos Investimentos Financeiros									149.631,49		
MAPFRE ESPAÑA	Regul. de Sinistros-Pag./Reembolsos Em Portugal, de Conta da MAPFRE España		729.894,10								227.392,09	
	Outros Custos/Proveitos		(174,05)							66.038,70		
MAPFRE RE	Resseguradora	(0,25)		(989.581,43)	30.357.264,27	3.734.041,93	8.324.400,78	400,36	24.961.666,72			
	Outros Custos/Proveitos		(39.653,84)									
MAPFRE GLOBAL RISKS	Resseguradora			640.319,01	3.312,55	70.636,44	-9.283.951,16		636,58			
CONSULTORA ACTUARIAL Y DE PENSIONES MAPFRE VIDA	Realização Estudos Atuariais											
MAPFRE SA	Prestação Serviços no Âmbito da Formação											
	Prestação Serviços Corporativos									803.616,88		
MAPFRE TECH	Outros Custos/Proveitos		(38.698,06)							59.523,65		
	Prestação Serviços no Âmbito Informático									1.042.704,40		
CESVIMAP	Prestação Serviços no Âmbito da Formação		(10.673,19)							24.105,21		
Total		60.790,78	631.148,09	(1.780.547,42)	37.119.345,29	3.905.049,14	5.231.779,67	400,36	36.181.250,57	2.563.279,91	1.228.056,05	

38 DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

38.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de um ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro		EUROS
	2022	2021	2022	2021	
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado	1.064.558,93	1.016.428,85	658.517,40	652.089,97	
Índice de volatilidade do rácio combinado	8,7%	7,4%	2,6%	7,9%	

b) Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Variação	Impacto no resultado antes de impostos		EUROS
	2022	2021	
Incremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço	5.575.056,43	5.737.994,43	
Decremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço	(7.102.226,40)	(7.357.028,30)	

c) Alteração da longevidade dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Variação	Impacto no resultado antes de impostos		EUROS
	2022	2021	
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	(860.357,56)	(868.666,02)	
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	790.109,02	797.760,02	

d) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Rubrica	2022					EUROS
	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos	Total	
Prémios brutos emitidos	13.291.518,51	44.670.906,64	36.579.906,14	13.083.296,90	107.625.628,19	
Prémios de resseguro cedido	165.589,75	5.603.693,18	28.924.642,66	7.077.272,92	41.771.198,51	
% Média de retenção	99%	87%	21%	46%	61%	

Rubrica	2021					EUROS
	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos	Total	
Prémios brutos emitidos	12.844.518,42	44.989.451,97	32.543.579,96	12.075.533,78	102.453.084,13	
Prémios de resseguro cedido	159.933,94	5.147.913,28	25.420.864,16	6.516.372,16	37.245.083,54	
% Média de retenção	99%	89%	22%	46%	64%	

		2022							
Contratos de resseguro		Automóvel	Incêndio e outros danos	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Transportes	Responsabilidade civil	Doença	Caução
Proporcional	Quota Parte	•	•	•	•	•		•	•
	Excedente		•			•			
	Facultativo		•		•	•	•	•	•
Não Proporcional	XL - Cobertura por evento/sinistro	•	•	•	•	•	•		
	Facultativo						•		

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

e) Sinistros efetivos/estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

		2022						EUROS
		Evolução dos custos com sinistros - anos seguintes ao de ocorrência						
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois	
2017 e ant	Provisão pendente	24.447.844,25	8.053.589,80	6.319.433,96	5.825.047,22	3.874.546,23	21.479.249,53	
	Pagos acumulados	32.796.600,69	45.508.901,96	47.866.436,48	49.420.759,60	50.958.827,15	45.648.643,85	
	Total custo	57.244.444,94	53.562.491,76	54.185.870,44	55.245.806,82	54.833.373,38	67.127.893,38	
2018	Provisão pendente	25.907.822,85	10.352.261,30	6.403.856,52	7.146.868,37	5.584.543,50		
	Pagos acumulados	26.461.821,07	38.763.365,51	41.691.992,42	43.284.181,65	44.167.048,38		
	Total custo	52.369.643,92	49.115.626,81	48.095.848,94	50.431.050,02	49.751.591,88		
2019	Provisão pendente	24.735.325,58	14.638.688,86	9.521.911,02	3.961.241,21			
	Pagos acumulados	24.362.378,00	38.453.318,27	42.482.136,78	45.784.850,26			
	Total custo	49.097.703,58	53.092.007,13	52.004.047,80	49.746.091,47			
2020	Provisão pendente	29.649.229,00	13.544.183,36	8.367.582,11				
	Pagos acumulados	20.675.240,83	33.002.888,70	39.263.245,35				
	Total custo	50.324.469,83	46.547.072,06	47.630.827,46				
2021	Provisão pendente	25.593.563,78	15.124.363,22					
	Pagos acumulados	22.229.719,69	36.146.359,97					
	Total custo	47.823.283,47	51.270.723,19					
2022	Provisão pendente	23.308.476,38						
	Pagos acumulados	23.050.089,82						
	Total custo	46.358.566,20						
Conceito	Ano de ocorrência							
	2022	2021	2020	2019	2018	2017 e anteriores	Total	
Provisão p/sinistros de seguro direto - Não vida *	23.308.476,38	15.124.363,22	8.367.582,11	3.961.241,21	5.584.543,50	21.479.249,53	77.825.455,95	

Evolução dos custos com sinistros - anos seguintes ao de ocorrência

Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2016 e ant	Provisão pendente	23.912.609,61	8.284.667,43	5.606.871,92	4.471.889,61	3.694.999,89	20.969.031,26
	Pagos acumulados	39.331.108,46	53.021.331,73	55.532.939,28	57.615.331,06	58.666.493,97	63.978.818,71
	Total custo	63.243.718,07	61.305.999,16	61.139.811,20	62.087.220,67	62.361.493,86	84.947.849,97
2017	Provisão pendente	24.447.844,25	8.053.589,80	6.319.433,96	5.825.047,22	3.874.546,23	
	Pagos acumulados	32.796.600,69	45.508.901,96	47.866.436,48	49.420.759,60	50.958.827,15	
	Total custo	57.244.444,94	53.562.491,76	54.185.870,44	55.245.806,82	54.833.373,38	
2018	Provisão pendente	25.907.822,85	10.352.261,30	6.403.856,52	7.146.868,37		
	Pagos acumulados	26.461.821,07	38.763.365,51	41.691.992,42	43.284.181,65		
	Total custo	52.369.643,92	49.115.626,81	48.095.848,94	50.431.050,02		
2019	Provisão pendente	24.735.325,58	14.638.688,86	9.521.911,02			
	Pagos acumulados	24.362.378,00	38.453.318,27	42.482.136,78			
	Total custo	49.097.703,58	53.092.007,13	52.004.047,80			
2020	Provisão pendente	29.649.229,00	13.544.183,36				
	Pagos acumulados	20.675.240,83	33.002.888,70				
	Total custo	50.324.469,83	46.547.072,06				
2021	Provisão pendente	25.593.563,78					
	Pagos acumulados	22.229.719,69					
	Total custo	47.823.283,47					

Conceito	Ano de ocorrência						
	2021	2020	2019	2018	2017	2016 e anteriores	Total
Provisão p/sinistros de seguro direto - Não vida *	25.593.563,78	13.544.183,36	9.521.911,02	7.146.868,37	3.874.546,23	20.969.031,26	80.650.104,02

*Nota: Os valores apresentados nos quadros acima não incluem os referentes às provisões matemáticas de pensões e pensões pagas do ramo Acidentes de Trabalho

O valor de 38.334.577,69 euros, referente às provisões matemáticas de pensões de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo “Provisão para sinistros”, apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

2022					EUROS
Provisão matemática - pensões					
Ano de ocorrência dos sinistros	Conciliadas/homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro	
2017 e anteriores	31.962.939,02		2.390.060,53	34.352.999,55	
2018	965.268,42	1.343,92	43.370,06	1.009.982,41	
2019	246.802,90		619.314,50	866.117,41	
2020	10.657,17		534.504,09	545.161,26	
2021	68.149,79		501.750,30	569.900,09	
2022	11.419,22		978.997,76	990.416,98	
Total	33.265.236,53	1.343,92	5.067.997,24	38.334.577,69	

2021					EUROS
Provisão matemática - pensões					
Ano de ocorrência dos sinistros	Conciliadas/homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro	
2016 e anteriores	30.868.675,36		2.188.933,92	33.057.609,28	
2017	1.541.031,58		427.239,01	1.968.270,59	
2018	567.035,42	1.440,08	457.223,52	1.025.699,02	
2019	29.206,94		606.790,71	635.997,65	
2020	10.000,09		918.986,97	928.987,06	
2021			802.930,39	802.930,39	
Total	33.015.949,39	1.440,08	5.402.104,52	38.419.493,99	

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho ascendeu a 3.154.960,40 euros. No quadro abaixo, apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

2022				EUROS
Montantes pagos - pensões				
Ano de ocorrência dos sinistros	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro	
2016 e anteriores	1.824.127,38	126.476,65	1.950.604,03	
2018	(203.016,64)	83.260,26	(119.756,38)	
2019	29.899,68	180.905,04	210.804,72	
2020	3.620,20	517.060,84	520.681,04	
2021	6.852,81	557.685,51	564.538,32	
2022		28.088,67	28.088,67	
Total	1.661.483,43	1.493.476,97	3.154.960,40	

2021				EUROS
Montantes pagos - pensões				
Ano de ocorrência dos sinistros	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro	
2015 e anteriores	1.504.468,60	244.001,47	1.748.470,07	
2017	180.642,98	220.670,93	401.313,91	
2018	35.337,06	206.018,79	241.355,85	
2019	21.137,31	637.923,78	659.061,09	
2020	1.485,00	300.512,85	301.997,85	
2021	1.204,40	20.861,87	22.066,27	
Total	1.744.275,35	1.629.989,69	3.374.265,04	

38.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

• Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 45% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 15% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 60% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

• Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. detêm 39% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando se verificam valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

• Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia igual ou superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro Cedido	Valor contabilístico		EUROS
	2022	2021	
Provisão para sinistros	31.320.619,93	35.604.884,78	
Dívidas por operações de resseguro cedido	(3.293.334,65)	(2.190.488,18)	
Créditos por operações de resseguro cedido	1.087.276,96	1.675.187,59	
Total posição líquida	29.114.562,24	35.089.584,19	

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte.

Do valor total em risco, um montante de 2.180.726,64 euros encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia, e o valor de 10.625,27 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Classificação Creditícia de Resseguradores	Valor contabilístico		EUROS
	2022	2021	
AAA			
AA	310.173,88	270.327,27	
A	23.665.020,12	29.992.693,84	
BBB			
BB			
Sem qualificação	5.139.368,24	4.826.563,08	
Total posição líquida	29.114.562,24	35.089.584,19	

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Cosseguro	Valor contabilístico		EUROS
	2022	2021	
Créditos por operações de cosseguro	941.609,69	772.944,66	
Dívidas por operações de cosseguro	(2.246.972,31)	(1.027.184,02)	
Total posição líquida	(1.305.362,62)	(254.239,36)	

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, os investimentos financeiros encontram-se classificados como “Disponíveis para Venda”, sendo negociados em mercados regulamentados, o que garante, na sua maioria, a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. Na Nota 39.2. dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro que se segue:

2022

EUROS

Conceito	Seguro direto							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
Provisão para sinistros	33.319.249,74	12.711.957,59	9.840.419,80	8.462.000,19	6.020.423,84	76.816.636,02	147.170.687,18	
Acidentes de Trabalho*	6.994.954,33	4.117.932,10	3.200.575,71	2.975.787,74	2.907.422,71	63.475.292,36	83.671.964,95	
Outros Seguros	26.324.295,41	8.594.025,49	6.639.844,09	5.486.212,45	3.113.001,13	13.341.343,66	63.498.722,23	
Provisão para desvios de sinistralidade						3.111.447,36	3.111.447,36	
Provisão para riscos em curso	632.345,00	598.139,08	53.963,01	52.262,05	35.574,31	47.642,53	1.419.925,98	
Dívidas por operações de seguro direto	5.392.938,39						5.392.938,39	
Dívidas por operações de resseguro	3.293.334,65						3.293.334,65	
Total da posição líquida	42.637.867,78	13.310.096,67	9.894.382,81	8.514.262,24	6.055.998,15	79.975.725,91	160.388.333,56	

* Valores apresentados sem desconto

2021

EUROS

Conceito	Seguro direto							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
Provisão para sinistros	28.555.793,47	11.848.265,47	8.200.866,72	5.762.518,05	3.128.721,23	88.826.642,89	146.322.807,84	
Acidentes de Trabalho*	7.630.479,76	4.140.300,04	3.142.521,48	3.017.918,87	2.629.569,44	60.011.558,30	80.572.347,89	
Outros Seguros	20.925.313,71	7.707.965,43	5.058.345,24	2.744.599,19	499.151,80	28.815.084,59	65.750.459,95	
Provisão para desvios de sinistralidade						2.921.773,41	2.921.773,41	
Provisão para riscos em curso	168.894,14	220.682,33	87.473,77	52.206,84	25.355,72	50.425,21	605.038,01	
Dívidas por operações de seguro direto	4.209.239,10						4.209.239,10	
Dívidas por operações de resseguro	2.190.488,18						2.190.488,18	
Total da posição líquida	35.124.414,89	12.068.947,79	8.288.340,50	5.814.724,89	3.154.076,95	91.798.841,51	156.249.346,54	

* Valores apresentados sem desconto

38.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bónus-malus* (no caso do ramo automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Custos de Gestão de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

38.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Rácios	2022				
	Ramos Não Vida	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	46,3%	60,0%	68,7%	14,4%	41,1%
Rácio de custos de exploração	25,9%	27,7%	30,9%	19,5%	24,5%
Rácio combinado	72,2%	87,7%	99,5%	33,9%	65,7%
Rácio operacional	70,2%	72,8%	98,9%	34,0%	65,7%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	63,0%	60,8%	61,7%	86,9%	46,8%
Rácio de custos de exploração	34,6%	28,0%	35,3%	44,5%	32,2%
Rácio combinado	97,6%	88,8%	97,0%	131,4%	79,1%
Rácio operacional	94,2%	73,7%	96,3%	131,9%	79,1%

Rácios	2021				
	Ramos Não Vida	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	56,1%	66,6%	64,4%	42,5%	49,2%
Rácio de custos de exploração	25,8%	28,4%	30,4%	18,4%	25,1%
Rácio combinado	81,9%	95,0%	94,8%	60,9%	74,3%
Rácio operacional	76,9%	79,9%	88,5%	60,6%	73,3%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	58,5%	67,4%	58,3%	60,3%	37,4%
Rácio de custos de exploração	34,6%	28,8%	34,3%	44,9%	37,6%
Rácio combinado	93,2%	96,2%	92,6%	105,2%	75,1%
Rácio operacional	85,5%	80,9%	85,6%	103,5%	72,8%

38.5. Montantes recuperáveis

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconhece no ativo, conforme Nota 11, os saldos a recuperar de congéneres relativos aos sinistros de acidentes de trabalho geridos no âmbito do protocolo de concomitantes.

No entanto, não existe registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

39 DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

39.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo, e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – a variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%;
- Risco de câmbio – a exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos;
- Outros riscos de mercado – relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e sectorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por sectores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

39.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia das emissões de valores de títulos de dívida:

Classificação creditícia das emissões	2022			EUROS
	Justo valor			
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	Total
AAA	2.412.387,73	165.208,52		2.577.596,25
AA	1.605.460,77	2.424.522,08		4.029.982,85
A	52.382.620,34	2.540.388,17	1.758.976,94	56.681.985,45
BBB	12.527.476,01	4.616.912,84	2.860.894,53	20.005.283,38
BB ou menor			168.603,77	168.603,77
Sem classificação		398.379,95	226.911,99	625.291,94
Total	68.927.944,85	10.145.411,56	5.015.387,23	84.088.743,64

Classificação creditícia das emissões	2021			EUROS
	Justo valor			
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	Total
AAA		198.283,52		198.283,52
AA	96.442,73	2.299.572,37		2.396.015,10
A	73.062.855,42	3.465.688,25	2.533.811,25	79.062.354,92
BBB	16.072.549,22	6.069.856,73	3.403.984,91	25.546.390,86
BB ou menor			299.508,02	299.508,02
Sem classificação		99.983,02	918.538,53	1.018.521,55
Total	89.231.847,37	12.133.383,89	7.155.842,71	108.521.073,97

b) Risco de câmbio

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

2022					EUROS
Tipo de moeda	Valor contabilístico				
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	Total	
Euro	2.782.678,98	15.280.299,35	84.088.743,64	102.151.721,97	
Franco Suíço	148.653,64			148.653,64	
Dólares					
Libras					
Total	2.931.332,62	15.280.299,35	84.088.743,64	102.300.375,61	

2021					EUROS
Tipo de moeda	Valor contabilístico				
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	Total	
Euro	3.895.725,29	20.415.380,32	108.521.073,97	132.832.179,58	
Franco Suíço	272.017,96			272.017,96	
Dólares					
Libras					
Total	4.167.743,25	20.415.380,32	108.521.073,97	133.104.197,54	

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo, detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

2022										EUROS
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada	
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos			
Títulos de dívida	84.088.743,64	8.655.598,17	2.263.758,53	4.755.816,21	2.753.911,71	13.973.006,29	51.686.652,73	3,0825	8,1369	
Total	84.088.743,64	8.655.598,17	2.263.758,53	4.755.816,21	2.753.911,71	13.973.006,29	51.686.652,73			

2021										EUROS
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada	
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos			
Títulos de dívida	108.521.073,97	2.258.645,37	8.752.204,70	1.934.599,46	2.357.084,35	1.525.374,85	91.693.165,24	3,0329	10,3689	
Total	108.521.073,97	2.258.645,37	8.752.204,70	1.934.599,46	2.357.084,35	1.525.374,85	91.693.165,24			

No quadro que se segue, mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

	EUROS	
Capital próprio	2022	2021
Capital próprio	47.401.940,78	71.620.357,13
Aumento de 1 p.p.na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	(5.302.712,09)	(8.720.605,73)
Capital próprio após o impacto	42.099.228,69	62.899.751,40
Diminuição de 1 p.p.na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	5.302.712,09	8.720.605,73
Capital próprio após o impacto	52.704.652,87	80.340.962,86

O que se apresenta em seguida reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

2022			EURS
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR	
Instrumentos de Rendimento Variável	18.211.631,97	3.257.100,00	
Total	18.211.631,97	3.257.100,00	

2021			EURS
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR	
Instrumentos de Rendimento Variável	24.583.123,57	8.104.999,69	
Total	24.583.123,57	8.104.999,69	

d) Risco de concentração

A companhia efetua a identificação e quantificação deste risco no âmbito da política de investimentos, onde se definem os limites quanto à concentração de ativos por atividade económica, grupo económico, emissor e por *rating*.

Verifica-se ainda a dispersão do investimento em títulos de rendimento variável em diversos setores de atividade mitigando deste modo o risco de concentração.

Setor de atividade	EURS	
	2022	2021
Dívida Pública e Outros Emissores Públicos	68.927.944,85	89.231.847,37
Instituições Financeiras	25.879.147,98	33.144.238,15
Industriais	3.773.435,33	4.905.263,44
Comunicações	1.519.887,58	1.809.722,73
Energia & Meio Ambiente	842.522,91	1.184.952,29
Imobiliário	560.744,79	711.295,09
Construção	130.443,71	540.925,46
Petrolíferas	178.941,93	479.289,28
Transportes	74.335,34	250.769,82
Distribuição	359.957,49	227.052,73
Tecnológicas		213.034,46
Saúde	53.013,70	203.672,48
Consultadoria		202.134,24
Investigação e Desenvolvimento		
Total	102.300.375,61	133.104.197,54

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível.

O aparente *gap* existente nos primeiros quatro anos, entre os fluxos de ativos e passivos, poderá ser facilmente compensado com a alienação de ativos financeiros de maturidades superiores (títulos de rendimento fixo) e/ou indeterminadas (títulos de rendimento variável), que apresentam uma elevada liquidez em caso de necessidade de alienação.

Conceito	2022							Indeterminado	Saldo final	EURS	
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Seguro direto				
Ativo											
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10.423.524,23										10.423.524,23
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.372.250,84	4.932.829,70	7.534.658,58	5.316.156,95	16.430.662,45	74.968.874,88	18.211.631,97				138.767.065,37
Investimento em filiais, associa. e empreendimentos conjuntos								25.682.936,61			25.682.936,61
Contas a receber p/ operações de seguro direto	7.240.434,86										7.240.434,86
Contas a receber p/ operações de resseguro	1.087.276,96										1.087.276,96
Total do ativo	30.123.486,89	4.932.829,70	7.534.658,58	5.316.156,95	16.430.662,45	74.968.874,88	43.894.568,58				183.201.238,03
Passivo											
Provisão para sinistros	33.319.249,74	12.711.957,59	9.840.419,80	8.462.000,19	6.020.423,84	76.816.636,02					147.170.687,18
Acidentes de Trabalho*	6.994.954,33	4.117.932,10	3.200.575,71	2.975.787,74	2.907.422,71	63.475.292,36					83.671.964,95
Outros Seguros	26.324.295,41	8.594.025,49	6.639.844,09	5.486.212,45	3.113.001,13	13.341.343,66					63.498.722,23
Provisão para desvios de sinistralidade						3.111.447,36					3.111.447,36
Provisão para riscos em curso	632.345,00	598.139,08	53.963,01	52.262,05	35.574,31	47.642,53					1.419.925,98
Dívidas por operações de seguro direto	5.392.938,39										5.392.938,39
Dívidas por operações de resseguro	3.293.334,65										3.293.334,65
Total do passivo	42.637.867,78	13.310.096,67	9.894.382,81	8.514.262,24	6.055.998,15	79.975.725,91					160.388.333,56
Total de ativo-passivo	(12.514.380,89)	(8.377.266,97)	(2.359.724,23)	(3.198.105,29)	10.374.664,30	(5.006.851,03)	43.894.568,58				22.812.904,47

* Valores apresentados sem desconto

Conceito	2021							Saldo final
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.758.507,42							4.758.507,42
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.621.613,03	10.860.445,23	4.384.846,42	4.695.266,08	3.753.985,36	91.703.233,89	24.583.123,57	145.602.513,58
Investimento em filiais, associa. e empreendimentos conjuntos							25.682.936,61	25.682.936,61
Contas a receber p/ operações de seguro direto	6.977.115,82							6.977.115,82
Contas a receber p/ operações de resseguro	1.675.187,59							1.675.187,59
Total Ativo	19.032.423,86	10.860.445,23	4.384.846,42	4.695.266,08	3.753.985,36	91.703.233,89	50.266.060,18	184.686.261,02
Passivo								
Provisão para sinistros	28.555.793,47	11.848.265,47	8.200.866,72	5.762.518,05	3.128.721,23	88.826.642,89		146.322.807,84
Acidentes Trabalho*	7.630.479,76	4.140.300,04	3.142.521,48	3.017.918,87	2.629.569,44	60.011.558,30		80.572.347,89
Outros Seguros	20.925.313,71	7.707.965,43	5.058.345,24	2.744.599,19	499.151,80	28.815.084,59		65.750.459,95
Provisão para desvios de sinistralidade						2.921.773,41		2.921.773,41
Provisão para riscos em curso	168.894,14	220.682,33	87.473,77	52.206,84	25.355,72	50.425,21		605.038,01
Dívidas por operações de seguro direto	4.209.239,10							4.209.239,10
Dívidas por operações de resseguro	2.190.488,18							2.190.488,18
Total passivo	35.124.414,89	12.068.947,79	8.288.340,50	5.814.724,89	3.154.076,95	91.798.841,51		156.249.346,54
Total ativo-passivo	(16.091.991,03)	(1.208.502,56)	(3.903.494,08)	(1.119.458,81)	599.908,41	(95.607,62)	50.266.060,18	28.446.914,48

EURS

40 DIVULGAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

40.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o *Código de Bom Governo*, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões sectoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o “*rating A*” da Standard & Poors;
- controlo automático dos cúmulos de risco; e
- minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- o manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- o manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- o manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- Comissão de Gestão de Riscos e Solvência, que deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- Comissão Crescimento Todos os Canais, na qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- Comissão Reequilíbrio Técnico, em sede do qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- Comissão de Operações, que realiza o seguimento de projetos de adequação do *Back Office*, dos seus processos e do seu modelo de governação;

- Comissão Estratégica de Tecnologias, a qual analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- Comissão de Segurança e Meio Ambiente a qual define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE.
- Grupo de Trabalho de Alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2022.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

40.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

• A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos, no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

• A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

• O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação.

• A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

• Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente, é realizado um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente, é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidade dos riscos operacionais apurados em 2022, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2022	2021
GERAL	60,89	62,98
Desenvolvimento de produtos	58,65	60,71
Emissão	66,86	64,92
Sinistros	60,70	61,20
Gestão Administrativa	56,99	57,02
Actividades Comerciais	60,27	63,10
Recursos Humanos	44,81	44,85
Comissões	56,37	60,85
Cosseguero/Resseguro	63,40	68,66
Provisões Técnicas	51,10	48,44
Investimentos	59,69	66,83
Sistemas Tecnológicos	57,25	69,75
Atendimento ao Cliente	63,88	65,41

40.3. Gestão do risco de epidemia por COVID-19

Durante este ano em que convivemos com a epidemia desencadeada pelo COVID-19, soubemos gerir a situação e adaptar-nos aos constantes desafios que foram sendo colocados, sempre com o propósito de minimizar os seus impactos no funcionamento e o património da empresa.

O Plano de Continuidade de Negócio, cuja ativação ocorreu em 2020, demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades, permitindo manter a operação da companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço. Por outro lado, a elevada solvência da empresa, permitiu e permitirá, encarar com uma certa tranquilidade os cenários de stress que ainda possam advir, por mais exigentes que se revelem.

Posto isto, o Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

40.4. Gestão do risco inerente ao conflito na Ucrânia

Em resposta ao atual conflito na Ucrânia, vários países anunciaram sanções económicas sobre a Rússia e Bielorrússia. Estas sanções estão a ser implementadas num curto espaço de tempo e poderão abranger outros indivíduos, outras entidades e uma maior abrangência de bens e serviços.

Os impactos económicos resultantes do conflito podem revestir-se de várias naturezas, tais como: 1) disrupção significativa de operações na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia; 2) desafios de liquidez resultantes das sanções económicas aplicadas; 3) efeitos específicos nos setores da Banca, serviços financeiros, energia, entre outros resultantes das sanções aplicadas; e 4) aumento da incerteza na economia global. Estes eventos e as condições de mercado atuais podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras das entidades.

O Conselho de Administração da Companhia tem implementado um conjunto de controlos internos relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como face a sanções e embargos internacionais, que incluem a análise e verificação de clientes, investimentos e contrapartes contra as listas de sanções internacionais comumente aceites e mandatórias, ao longo de seu processo de aceitação de clientes e monitorização de transações.

Como consequência do acima mencionado em linha com o regularmente já desenvolvido, a Companhia encontra-se a realizar procedimentos de atualização da sua carteira de investimentos e contrapartes, tendo por base as atualizações mais recentes das listas de sanções internacionais verificadas.

Até à data, a Companhia não detetou situações materialmente relevantes nas suas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022. Não obstante, o Conselho de Administração continuará a acompanhar este processo durante o exercício de 2023.

41 ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

A Companhia detém, no final de 2022, o valor de 19.079,51 euros em garantias bancárias prestadas a terceiros.

Adicionalmente, tal como mencionado na Nota 38.2., a Companhia tem uma garantia recebida, por uma entidade relacionada, a título de “Depósitos recebidos de resseguradores”, através de um depósito de títulos de rendimento fixo, no montante de 2.180.726,64 euros.

42 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Para além dos temas identificados nos pontos 40.3, e 40.4., não existem outros eventos subsequentes que devam ser divulgados.

43 NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

43.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios.

As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018.

As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no, ou após o, início do primeiro período de relatório anual com início em, ou após, 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em março de 2018.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.

As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas.

A alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em, ou após, 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.

As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em, ou após, 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018-2020 contendo as seguintes alterações às IFRS: (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou *joint venture*, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; (b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); (c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e (d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

43.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas

Na sequência de *feedback* obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu, em 12 de fevereiro de 2021, alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade.

As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas; ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas; e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material:

“A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”

As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas

O IASB emitiu alterações à IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.

As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.

As alterações são efetivas para períodos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no, ou após o, início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.

Face à atividade da Companhia, esta alteração não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

O IASB emitiu alterações à IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, em 7 de maio de 2021.

As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em, ou após, 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para: (i) a classificação e mensuração de ativos; (ii) passivos financeiros; (iii) uma metodologia da cobertura; e (iv) novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação, incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

No que se refere a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, a norma passa a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

Relativamente ao risco de crédito de um ativo financeiro que não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020) permite que uma empresa de seguros, que cumpra determinados critérios especificados adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar nº3/2018-R emitida pela ASF.

A Companhia irá adotar esta norma em 1 de janeiro de 2023 simultaneamente com a norma IFRS 17 – Contratos de Seguro.

A esta data, a Companhia está a ultimar os impactos decorrentes da adoção desta norma. No entanto, considerando que a quase totalidade dos ativos da Companhia já está mensurada ao justo valor, os impactos esperados nos capitais próprios são reduzidos considerando as opções que a Companhia está a tomar no que respeita à classificação dos ativos.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu, em 18 de maio de 2017, uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurada e apresentada a *performance* dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2023.

A IFRS 17 estabelece os princípios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com participação discricionária nos resultados. Neste sentido, os contratos de investimento sem participação nos resultados e contratos de *unit linked* não são avaliados de acordo com os princípios da IFRS 17 e serão considerados no âmbito da IFRS 9, em linha com a abordagem considerada em ambiente de IFRS 4 / IAS 39.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de agrupar os contratos de seguro com riscos similares e geridos em conjunto (unidades de conta). Decorrente da análise às carteiras de contratos de seguro, as unidades de conta para o ramo Não Vida foram definidas com base na visão de risco, o que implica a separação das componentes de seguro dos contratos. As unidades de conta para o ramo Vida foram definidas com base nas características implícitas aos contratos, nomeadamente, a tipologia de risco e a sua gestão. Para resseguro, o nível de agregação foi definido ao nível do tratado de resseguro.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A onerosidade foi definida ao nível da unidade de conta sendo que cada uma é considerada onerosa ou rentável.

A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”).

Os grupos de contratos do ramo Não Vida foram mensurados de acordo o método PAA, uma vez que a maioria dos contratos tem um período de cobertura de um ano. Para os contratos residuais com período de cobertura superior a um ano foi realizado o teste de elegibilidade que comprovou a adoção do método PAA.

No caso do resseguro, todos os tratados têm duração de um ano, pelo que são elegíveis para o método PAA.

Para além disto, a IFRS 17 estabelece que o grupo de contratos apenas pode incluir contratos que distam até um ano, entre si. Neste sentido, para o grupo de contratos mensurados pelo método PAA, as unidades de conta foram desagregadas por anos de subscrição.

A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro.

A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro.

Na transição para a IFRS 17, foi considerada a abordagem de retrospectiva total.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023.

Da aplicação da IFRS 17, é expectável o maior impacto negativo, nos capitais próprios, decorrente da aplicação da taxa de desconto às responsabilidades, com maior enfoque nas responsabilidades de longo prazo do ramo Acidentes de Trabalho.

43.3. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu, em 23 de janeiro de 2020, uma alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam: (a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relato; (b) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá o seu direito de adiar a liquidação; (c) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e (d) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2024, mas não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)

O IASB emitiu, em setembro de 2022, alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação.

As alterações confirmam que:

- No reconhecimento inicial, o vendedor – locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação.
- Após o reconhecimento inicial, o vendedor – locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém.

Um vendedor – locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente.

As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida.

De acordo com a IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um vendedor – locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

Lisboa, 23 de março de 2023

Filipe Tempero

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Vogais

Luis Anula Rodriguez (e Administrador Delegado)

António do Pranto Nogueira Leite

António Luís de Azevedo Portela

Antonio Nuñez Tovar

Berta Dias da Cunha

Javier del Río Martín

O Secretário do Conselho de Administração

Pedro Ribeiro e Silva

Anexo 1.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros*

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
	1. – FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1. – Títulos nacionais							
	1.1.1. – Partes de capital em filiais							
	MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A.	4.200.000			5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
	MAPFRE SANTANDER PORTUGAL, S.A.	750.150			6,24	4.682.936,61	6,24	4.682.936,61
	1.1.2. – Partes de capital em associadas							
	1.1.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal	4.950.150				25.682.936,61		25.682.936,61
	1.1.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. – Outros títulos em filiais							
	1.1.10. – Outros títulos em associadas							
	1.1.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.	4.950.150				25.682.936,61		25.682.936,61
	1.2. – Títulos estrangeiros							
	1.2.1. – Partes de capital em filiais							
	1.2.2. – Partes de capital em associadas							
	1.2.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							

* Valores à data de 31-12-2022

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
	1.2.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. – Outros títulos em filiais							
	1.2.10. – Outros títulos em associadas							
	1.2.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.	4.950.150				25.682.936,61		25.682.936,61
	2. – OUTROS							
	2.1. – Títulos nacionais							
	2.1.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. – Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. – Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. – Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. – Títulos de dívida							
	2.1.2.1. – De dívida pública							

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		6.175.000,00	99,17		6.123.623,45	107,84	6.658.870,46
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		600.000,00	110,03		660.163,85	100,72	604.292,30
	Subtotal		6.775.000,00			6.783.787,30		7.263.162,76
	2.1.2.2. – De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. – De outros emissores							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.2.		6.775.000,00			6.783.787,30		7.263.162,76
	Subtotal 2.1.		6.775.000,00			6.783.787,30		7.263.162,76
	2.2. – Títulos estrangeiros							
	2.2.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. – Ações							
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	823			111,56	91.812,00	132,40	108.965,20
NL0000235190	AIRBUS SE	667			85,71	57.168,87	111,02	74.050,34
DE0008404005	ALLIANZ SE	412			183,16	75.460,39	200,90	82.770,80
ES0109067019	AMADEUS IT GROUP S.A.	624			55,53	34.648,69	48,55	30.295,20
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	628			57,89	36.353,63	56,27	35.337,56
NL0010273215	ASML HOLDING NV	412			393,13	161.969,52	503,80	207.565,60
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A.	8.410			4,29	36.080,21	5,63	47.381,94
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	23.104			2,00	46.107,38	2,80	64.748,96
FR0000131104	BNP PARIBAS S.A. – PARIS	1.464			61,07	89.410,44	53,25	77.958,00
ES0105066007	CELLNEX TELECOM S.A.	1.379			39,75	54.810,29	30,92	42.638,68
FR0000125007	COMPAGNIE DE SAINT-GOBAIN	948			54,88	52.028,27	45,65	43.276,20
FR0000120644	DANONE S.A.	427			59,31	25.326,04	49,23	21.021,21
DE0005552004	DEUTSCHE POST AG	2.113			42,56	89.927,74	35,18	74.335,34
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	4.263			19,79	84.346,06	18,64	79.453,79
IT0003128367	ENEL SPA	11.127			4,28	47.645,36	5,03	55.968,81

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	1.602			20,68	33.137,05	24,47	39.200,94
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	7.668			8,88	68.092,20	10,93	83.811,24
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.A.	3.438			23,80	81.837,78	24,85	85.434,30
DE0006231004	INFINEON TECHNOLOGIES AG	893			31,98	28.553,93	28,43	25.387,99
NL0011821202	ING GROEP N.V.	3.776			9,15	34.550,94	11,39	43.001,09
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	24.539			2,01	49.216,76	2,08	50.992,04
BE0003565737	KBC GROEP NV	753			65,82	49.564,58	60,08	45.240,24
FR0000120321	L'OREAL	215			339,26	72.940,54	333,60	71.724,00
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	276			700,63	193.375,19	679,90	187.652,40
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS AG	136			290,01	39.441,43	304,00	41.344,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	403			92,29	37.192,48	108,52	43.733,71
CH0012005267	NOVARTIS AG	565			71,68	40.501,84	84,67	47.836,83
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A.	300.000			0,96	288.604,39	1,05	315.000,00
ES0173516115	REPSOL S.A.	1.740			8,06	14.024,25	14,85	25.839,00
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	194			264,31	51.276,00	294,24	57.083,10
FR0000073272	SAFRAN S.A.	364			115,00	41.861,12	116,92	42.558,88
FR0000120578	SANOFI	1.099			78,03	85.760,12	89,84	98.734,16
DE0007164600	SAP SE	897			95,11	85.313,11	96,39	86.461,83
GB00BP6MXD84	SHELL PLC	1.341			20,63	27.659,93	26,48	35.509,68
DE0007236101	SIEMENS AG	1.199			114,26	136.996,01	129,64	155.438,36
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	7.052			3,37	23.787,57	3,39	23.871,02
FR0000120271	TOTALENERGIES SE	2.005			57,52	115.330,80	58,65	117.593,25
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC	1.141			45,28	51.668,85	46,87	53.478,67
NL0015000IY2	UNIVERSAL MUSIC GROUP BV	2.667			23,76	63.378,48	22,51	60.034,17
FR0000125486	VINCI S.A.	521			79,56	41.448,53	93,29	48.604,09
	Subtotal	421.285				2.738.608,77		2.931.332,62
	2.2.2.2. - Títulos de participação							
	Subtotal							

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
2.2.2.3. – Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL	134			1.043,01	140.000,00	1.252,03	168.056,25
INMB-ARCAAVA	ARCANO SPANISH VALUE ADDED REAL ESTATE II	630.260			0,53	336.617,01	0,72	453.659,15
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF	699.878			1,00	699.995,94	0,88	614.972,14
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN	1.622			123,27	200.000,00	114,76	186.191,40
FR0013263811	BNP PARIBAS BOND 6M	3			99.872,24	327.281,33	98.934,26	324.207,58
ES0138658002	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	82.205			17,43	1.432.497,44	16,75	1.377.323,53
ES0178520005	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA F.I.	16.687			80,62	1.345.265,61	75,71	1.263.289,96
ES0112837002	FONDMAPFRE GARANTIA III F.I.	16.667			6,00	100.000,00	5,54	92.253,82
LU2254260586	GINKGO FUND III SCA SICAV	39.808			1,00	39.808,24	0,98	38.989,46
ALTPVDB-GSOD	GSO EUR SENIOR DEBT FUND II PRIV DEBT	251.794			1,03	258.371,00	1,12	281.870,92
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A	1.162			1,00	1.162,26	4,33	5.037,27
LU0955863252	INVESCO JAPANESE EQUITY ADVANTAGE Z	22.533			22,19	499.999,99	21,11	475.664,71
LU1691783135	MAPFRE AM – GLOBAL BOND I EUR	70.076			10,00	700.585,62	8,82	617.790,05
LU2390860711	MAPFRE AM – GOOD GOVERNANCE FUND	82.044			10,00	820.436,82	8,41	690.397,58
LU1527121039	MAPFRE AM – MULTI ASSET STRATEGY	351.511			9,96	3.500.000,00	9,18	3.228.281,61
LU1509931306	MAPFRE AM – SHORT TERM EURO-I EUR	20.342			9,83	200.000,00	9,74	198.148,90
LU2390860471	MAPFRE AM – US FORGOTTEN VALUE FUND	42.541			10,00	425.406,19	8,37	356.235,14
ES0160461002	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I FCR	978.250			1,00	978.250,00	1,08	1.052.533,71
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUCTURAS FCR	36.866			10,17	375.000,00	11,01	405.900,75
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	71.689			12,90	925.050,00	18,43	1.320.905,51
LU0939627880	NN L AAA ABS	39			5.086,31	199.998,80	5.056,49	198.826,24
LU1928608063	P/ GLOBAL SOCIAL IMPACT FUND	375			97,53	36.600,00	100,08	37.557,91
ES0108745003	SANTANDER AM ALTERNATIVE LEASING FIL	933			101,69	94.856,92	108,65	101.356,22
LU1857396789	STABLE EUR. FUND SICAV-RAIF MAPFRE	1.744			1.001,21	1.746.403,59	1.026,69	1.790.849,54
	Subtotal	3.419.164				15.383.587		15.280.299

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
	2.2.2.4. - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1.	3.840.449				18.122.195,53		18.211.631,97
	2.2.2. - Títulos de dívida							
	2.2.2.1. - De dívida pública							
LU2161837203	GRAN DUCADO DE LUXEMBOURG 0 4/2025		700.000,00	94,91		664.398,00	93,14	651.972,25
FR0013519253	REPÚBLICA DE FRANCIA 0,1 3/2026		520.000,00	118,37		615.515,77	114,00	592.796,64
FR0013410552	REPÚBLICA DE FRANCIA 0,1 3/2029		600.000,00	123,70		742.202,12	113,06	678.356,19
FR001400BKZ3	REPÚBLICA DE FRANCIA 2 11/2032		300.000,00	93,69		281.070,00	91,46	274.389,72
IT0005422891	REPÚBLICA DE ITALIA 0,9 4/2031		1.000.000,00	102,83		1.028.299,95	76,61	766.114,73
IT0005493298	REPÚBLICA DE ITALIA 1,2 8/2025		800.000,00	97,05		776.400,03	94,73	757.843,59
IT0005425233	REPÚBLICA DE ITALIA 1,7 9/2051		1.000.000,00	101,47		1.014.710,04	56,22	562.215,28
IT0005004426	REPÚBLICA DE ITALIA 2,35 9/2024		200.000,00	127,10		254.209,53	125,75	251.496,24
IT0005240350	REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033		2.200.000,00	93,49		2.056.868,00	82,39	1.812.615,14
IT0005500068	REPÚBLICA DE ITALIA 2,65 12/2027		300.000,00	95,90		287.685,01	94,68	284.046,37
IT0005451361	REPÚBLICA DE ITALIA 2,662 4/2029		632.000,00	100,73		636.618,28	98,98	625.563,17
IT0005252520	REPÚBLICA DE ITALIA 3,112 10/2024		200.000,00	101,66		203.328,00	102,21	204.418,73
ES0000012K20	TESORO PÚBLICO 0,7 4/2032		300.000,00	79,42		238.260,00	78,42	235.259,54
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		3.100.000,00	99,10		3.072.100,00	92,96	2.881.637,03
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	25,60		491.008,00	73,73	1.414.145,12
ES00000128Q6	TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033		2.500.000,00	99,43		2.485.825,00	90,29	2.257.218,63
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		2.600.000,00	100,70		2.618.148,00	82,26	2.138.667,80
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		600.000,00	103,56		621.360,00	100,22	601.309,94
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.000.000,00	98,98		2.969.430,00	86,69	2.600.637,08
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	101,95		815.593,98	102,20	817.591,18
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.100.000,00	87,25		10.557.679,38	113,76	13.764.765,24
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	77,46		2.401.310,84	116,79	3.620.413,18
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		12.515.000,00	147,35		18.440.657,50	120,16	15.037.760,51

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		5.851.000,00	100,04		5.853.398,91	105,25	6.158.040,85
	Subtotal		56.836.000,00			59.126.076		58.989.274
	2.2.2.2. - De outros emissores públicos							
FR00140002W1	ASSISTANCE PUBLIQUE HOPITAUX MARSEILLE 0 10/2040		90.000,00	98,95		89.055,00	66,58	59.918,22
XS1394055872	BANCO EUROPEO DE INVERSIONES 0,375 4/2026		400.000,00	97,56		390.220,00	92,31	369.223,51
EU000A3KTGV8	EUROPEAN UNION 0,000001 7/2026		100.000,00	91,56		91.559,00	90,22	90.224,14
EU000A3K4DJ5	EUROPEAN UNION 0,8 7/2025		1.100.000,00	97,59		1.073.490,00	95,44	1.049.869,79
EU000A3K4DW8	EUROPEAN UNION 2,75 2/2033		260.000,00	101,99		265.174,00	96,58	251.098,04
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. ELEC FTA 5 12/2026		800.000,00	128,80		1.030.400,00	106,90	855.174,24
	Subtotal		2.750.000,00			2.939.898,00		2.675.507,94
	2.2.2.3. - De outros emissores							
XS1883355197	ABBOTT IRELAND FINANCING DAC 1,5 9/2026		400.000,00	105,82		423.280,00	94,22	376.896,30
XS2347663507	ASTRAZENECA PLC 0,375 6/2029		100.000,00	99,58		99.584,00	83,05	83.049,71
XS1196373507	AT&T INC 1,3 9/2023		200.000,00	99,02		198.040,00	99,42	198.842,35
XS2180007549	AT&T INC 1,6 5/2028		730.000,00	99,93		729.459,80	89,93	656.466,87
XS2485259241	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A. 1,75 11/2025		200.000,00	99,70		199.402,00	95,00	189.991,01
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A. 2,337 3/2027		700.000,00	100,00		700.000,00	99,91	699.349,01
XS1562614831	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A. 3,5 2/2027		500.000,00	99,99		499.960,00	100,71	503.561,19
ES0413211071	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A. 4 2/2025		300.000,00	102,89		308.670,00	104,52	313.552,38
XS1945762265	BARCLAYS BANK PLC LONDON 2 6/2034		300.000,00	100,00		300.000,00	73,26	219.766,67
XS2348237871	CELLNEX FINANCE COMPANY S.A. 1,5 6/2028		200.000,00	99,59		199.170,00	84,30	168.603,77
XS2024771359	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY 0 3/2029		1.715.568,38	108,75		1.865.765,92	94,60	1.622.902,95
XS2113581578	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY 1,6 12/2027		300.000,00	95,76		287.271,61	84,40	253.213,60
ES0305045009	CRITERIA CAIXA S.A.U. 1,375 4/2024		200.000,00	99,44		198.880,00	98,37	196.736,11
XS2239553048	DAVIDE CAMPARI-MILANO SPA 1,25 10/2027		200.000,00	102,00		204.000,00	86,95	173.898,29
XS2526379313	DEVELOPMENT BANK OF JAPAN INC 2,125 9/2026		200.000,00	99,67		199.348,00	96,37	192.740,55
XS2534985523	DNB BANK ASA 3,125 9/2027		300.000,00	99,81		299.433,00	98,72	296.157,86
XS2076259063	DOURO FINANCE B.V. 0,6 7/2024		300.000,00	100,00		300.000,00	93,18	279.529,93

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
XS2079443433	DOURO FINANCE B.V. 0,92 3/2031		100.000,00	100,00		100.000,00	76,23	76.231,08
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V. 0,965 2/2023		240.000,00	100,00		240.000,00	100,30	240.726,34
XS2092534531	DOURO FINANCE B.V. 1,01 9/2028		418.139,00	100,00		418.139,00	82,51	345.018,06
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V. 2,171667 12/2027		1.700.000,00	100,00		1.700.000,00	93,06	1.582.034,18
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		230.000,00	103,64		238.370,85	99,67	229.237,50
XS2463988795	EQT AB 2,375 4/2028		100.000,00	99,53		99.531,00	89,81	89.811,34
FR00140005C6	EUTELSAT S.A. 1,5 10/2028		300.000,00	99,62		298.857,00	71,95	215.858,58
XS2307768734	GENERAL MOTORS FINANCIAL COMPANY INC 0,6 5/2027		200.000,00	99,83		199.660,00	85,21	170.427,41
XS2441551970	GOLDMAN SACHS GROUP INC 2,732 2/2025		150.000,00	100,91		151.365,00	100,20	150.301,94
XS2389353181	GOLDMAN SACHS GROUP INC 3,102 9/2027		100.000,00	97,99		97.990,00	98,24	98.240,95
FR0014000568	GRAND DELTA HABITAT 1,285 11/2040		100.000,00	97,62		97.620,00	62,83	62.831,51
FR0014002226	GRAND DELTA HABITAT 1,425 2/2048		300.000,00	96,67		290.010,00	60,97	182.913,28
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		200.000,00	99,88		199.764,00	94,79	189.578,84
ES0505640005	IM ACP SHORT-TERM DEBT, FT 100 3/2023		400.000,00	99,33		397.337,84	99,59	398.379,95
XS2457469547	IMCD NV 2,125 3/2027		200.000,00	99,38		198.756,00	90,11	180.213,90
DE000A1Z0TA4	JAB HOLDINGS BV 1,625 4/2025		100.000,00	105,83		105.830,00	96,42	96.419,31
XS2150015555	KONINKLIJKE AHOLD DELHAIZE NV 1,75 4/2027		100.000,00	99,44		99.440,00	94,31	94.309,29
FR00140087C4	LA BANQUE POSTALE S.A. 1 2/2028		100.000,00	99,73		99.733,00	87,82	87.821,05
XS2459163619	LANXESS AG 1,75 3/2028		400.000,00	99,65		398.580,00	89,35	357.383,35
XS2486285294	MCDONALD'S CORPORATION 2,375 5/2029		200.000,00	99,49		198.982,00	93,80	187.591,55
XS1395010397	MONDI FINANCE PLC 1,5 4/2024		300.000,00	100,70		302.100,00	98,51	295.518,70
XS2393080077	NEW YORK LIFE GLOBAL FUNDING 0,25 10/2028		200.000,00	99,52		199.046,00	82,60	165.208,52
XS1960021035	NOMURA INTERNATIONAL FUNDING PTE LTD 3,245 3/2034		300.000,00	100,00		300.000,00	77,39	232.182,00
FR0014002010	ORPEA 2 4/2028		200.000,00	99,20		198.390,00	26,51	53.013,70
XS2168625460	PEPSICO INC 0,25 5/2024		400.000,00	99,87		399.460,00	96,69	386.757,53
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		50.000,00	100,28		50.138,50	95,98	47.991,35
FR0013060209	RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELECTRICITE S.A. 1,625 11/2025		500.000,00	99,60		498.010,00	94,70	473.505,36
FR0013505104	SANOFI 1 4/2025		200.000,00	101,08		202.150,00	96,51	193.023,25

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
FR0013509098	SOCIETE GENERALE (PARIS) 1,125 4/2026		100.000,00	93,28		93.280,00	93,92	93.919,06
XS0365796092	SOCIETE GENERALE (PARIS) 6,3 6/2023		600.000,00	109,05		654.300,00	102,13	612.780,00
XS2310118547	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP- 1,7 9/2029		300.000,00	100,00		300.000,00	83,35	250.050,00
XS2244404724	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP- 1,97 9/2028		400.000,00	100,00		400.000,00	80,93	323.730,78
XS2237302646	STG GLOBAL FINANCE BV 1,375 9/2025		200.000,00	99,52		199.034,00	91,32	182.645,89
XS1715328768	SWEDISH MATCH AB 1,2 11/2025		100.000,00	103,39		103.390,00	92,40	92.399,14
XS2169243479	SWISSCOM FINANCE BV 0,375 11/2028		21.000,00	99,13		20.816,67	83,34	17.501,53
XS2529713435	THE KOREA DEVELOPMENT BANK 2,625 9/2027		100.000,00	99,88		99.880,00	97,05	97.046,75
ES0380907040	UNICAJA BANCO S.A. 1 12/2026		100.000,00	99,94		99.941,00	88,08	88.075,13
XS2479941499	VISA INC 1,5 6/2026		100.000,00	99,54		99.542,00	94,86	94.862,14
	Subtotal		16.654.707,38			16.861.708,19		15.160.798,79
	Subtotal 2.2.2.		76.240.707,38			78.927.682,53		76.825.580,88
	Subtotal 2.2.	3.840.449	76.240.707,38			97.049.878,06		95.037.212,85
	2.3. - Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. - Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	3.840.449	83.015.707,38			103.833.665,36		102.300.375,61
	Total geral	8.790.599	83.015.707,38			129.516.601,97		127.983.312,22

** Inclui o valor dos juros decorridos

Anexo 1.2. Inventário de participações e instrumentos financeiros*

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
	1. – FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1. – Títulos nacionais							
	1.1.1. – Partes de capital em filiais							
	MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A.	4.200.000			5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
	MAPFRE SANTANDER PORTUGAL, S.A.	750.150			6,24	4.682.936,61	6,24	4.682.936,61
	1.1.2. – Partes de capital em associadas							
	1.1.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal	4.950.150				25.682.936,61		25.682.936,61
	1.1.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. – Outros títulos em filiais							
	1.1.10. – Outros títulos em associadas							
	1.1.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.	4.950.150				25.682.936,61		25.682.936,61
	1.2. – Títulos estrangeiros							
	1.2.1. – Partes de capital em filiais							
	1.2.2. – Partes de capital em associadas							
	1.2.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							

* Valores à data de 31-12-2021

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
	1.2.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. – Outros títulos em filiais							
	1.2.10. – Outros títulos em associadas							
	1.2.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.	4.950.150				25.682.936,61		25.682.936,61
	2. – OUTROS							
	2.1. – Títulos nacionais							
	2.1.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. – Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. – Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. – Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. – Títulos de dívida							
	2.1.2.1. – De dívida pública							
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		6.175.000,00	99,17		6.123.623,45	125,67	7.760.070,56
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		600.000,00	110,03		660.163,85	112,99	677.913,26
	Subtotal		6.775.000,00			6.783.787,30		8.437.983,82

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
	2.1.2.2. – De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. – De outros emissores							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.2.		6.775.000,00			6.783.787,30		8.437.983,82
	Subtotal 2.1.		6.775.000,00			6.783.787,30		8.437.983,82
	2.2. – Títulos estrangeiros							
	2.2.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. – Ações							
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	963			114,55	110.316,05	153,32	147.647,16
NL0000235190	AIRBUS GROUP SE	841			83,84	70.509,97	112,36	94.494,76
DE0008404005	ALLIANZ SE	496			187,78	93.139,05	207,65	102.994,40
ES0109067019	AMADEUS IT GROUP S.A.	890			55,53	49.418,80	59,64	53.079,60
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	1.548			57,89	89.610,54	53,17	82.307,16
NL0010273215	ASML HOLDING NV	411			282,60	116.149,81	706,70	290.453,70
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A.	10.199			4,29	43.755,30	5,25	53.544,75
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	26.740			1,78	47.515,46	2,94	78.628,97
FR0000131104	BNP PARIBAS S.A. – PARIS	1.965			47,29	92.932,81	60,77	119.413,05
FR0000125007	COMPAGNIE DE SAINT-GOBAIN	900			60,09	54.081,55	61,87	55.683,00
FR0000120644	DANONE S.A.	634			59,31	37.603,53	54,59	34.610,06
DE0005552004	DEUTSCHE POST AG	2.625			43,99	115.476,41	56,54	148.417,50
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	6.910			15,13	104.514,26	16,30	112.633,00
IT0003128367	ENEL SPA	10.386			7,11	73.800,53	7,05	73.179,76
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	2.451			20,68	50.698,45	27,56	67.549,56
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	12.936			8,89	115.052,40	10,41	134.663,76
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.A.	4.151			25,58	106.201,39	28,53	118.428,03
DE0006231004	INFINEON TECHNOLOGIES AG	893			31,98	28.553,93	40,76	36.398,68

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
NL0011821202	ING GROEP N.V.	6.224			7,82	48.655,31	12,24	76.194,21
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	26.246			2,10	55.102,19	2,27	59.683,40
BE0003565737	KBC GROEP NV	646			70,79	45.727,88	75,46	48.747,16
NL0000009538	KONINKLIJKE PHILIPS NV	1.297			39,23	50.884,11	32,77	42.496,21
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	315			453,36	142.809,38	727,00	229.005,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS AG	216			191,99	41.470,21	260,50	56.268,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	627			92,29	57.865,23	123,00	77.123,80
CH0012005267	NOVARTIS AG	1.023			71,68	73.333,43	77,49	79.268,03
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A.	300.000			0,96	288.604,39	1,06	318.000,00
ES0173516115	REPSOL S.A.	3.393			8,06	27.347,30	10,44	35.409,35
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	316			249,78	78.929,92	365,91	115.626,13
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	2.943			20,63	60.703,34	19,31	56.829,33
FR0000073272	SAFRAN S.A.	476			115,00	54.741,46	107,66	51.246,16
FR0000120578	SANOFI	1.045			74,43	77.778,65	88,58	92.566,10
DE0007164600	SAP SE	743			97,10	72.146,95	124,90	92.800,70
DE0007236101	SIEMENS AG	1.294			117,60	152.171,15	152,68	197.567,92
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	9.158			3,12	28.583,80	3,85	35.276,62
FR0000120271	TOTALENERGIES SE	3.873			35,65	138.062,73	44,63	172.851,99
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC	2.728			45,28	123.534,28	47,06	128.366,04
NL0015000IY2	UNIVERSAL MUSIC GROUP BV	8.450			25,25	213.362,50	24,78	209.391,00
FR0000125486	VINCI S.A.	795			78,38	62.315,05	92,91	73.863,45
FR0000127771	VIVENDI S.A.	9.675			5,63	54.424,03	11,89	115.035,75
	Subtotal	467.422				3.347.883,53		4.167.743,25
	2.2.2.2. - Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3. - Unidades de participação em fundos de investimento							

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
IE00BZ005D22	AEGON EUROPEAN ABS FUND	214.289			10,73	2.300.000,00	10,73	2.298.681,23
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL	109			1.189,13	130.000,01	1.449,78	158.495,38
INMB-ARCAAVA	ARCANO SPANISH VALUE ADDED REAL ESTATE II	249.787			0,92	230.160,80	0,75	186.518,00
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF	625.925			1,00	626.042,83	1,02	639.158,17
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN	1.622			123,27	200.000,00	127,63	207.078,96
FR0013263811	BNP PARIBAS BOND 6M	3			100.113,93	300.041,45	100.052,77	299.858,15
ES0138658002	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	82.205			17,43	1.432.497,44	18,81	1.546.406,14
ES0178520005	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA F.I.	16.687			80,62	1.345.265,61	86,05	1.435.928,11
LU2254260586	GINKGO FUND III SCA SICAV	35.330			1,00	35.330,00	1,00	35.334,21
ALTPVDB-GSOD	GSO EUR SENIOR DEBT FUND II PRIV DEBT	190.695			1,01	193.304,00	1,05	199.532,57
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A	3.288			1,00	3.288,33	3,02	9.942,65
LU0955863252	INVESCO JAPANESE EQUITY ADVANTAGE Z	23.742			21,06	500.000,00	23,78	564.577,39
LU1691783135	MAPFRE AM - GLOBAL BOND I EUR	70.076			10,00	700.585,62	10,00	700.900,19
LU2390860711	MAPFRE AM - GOOD GOVERNANCE FUND	82.044			10,00	820.436,82	10,20	837.255,77
LU1527121039	MAPFRE AM - MULTI ASSET STRATEGY	351.511			9,96	3.500.000,00	9,89	3.476.448,73
LU2390860471	MAPFRE AM - US FORGOTTEN VALUE FUND	42.541			10,00	425.406,19	10,25	436.126,43
ES0160461002	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I FCR	978.250			1,00	978.250,00	0,99	966.770,21
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUCTURAS FCR	17.500			10,00	175.000,00	10,11	176.945,44
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	57.200			11,62	664.650,00	15,92	910.597,85
LU1694214633	NORDEA 1 LOW DUR EURO COVERED BOND FUND	19.247			103,91	2.000.000,00	103,13	1.984.939,81
LU1928608063	P/ GLOBAL SOCIAL IMPACT FUND	113			95,88	10.800,00	91,57	10.314,66
ES0108745003	SANTANDER AM ALTERNATIVE LEASING FIL	801			100,36	80.364,05	106,98	85.664,74
LU1857396789	STABLE EUR. FUND SICAV-RAIF MAPFRE	1.744			1.001,20	1.746.396,00	1.009,80	1.761.395,85
LU1857396433	STABLE INCOME EUR. FUND SICAV-RAIF GLL	1.543			978,14	1.509.353,00	963,33	1.486.509,68
	Subtotal	3.066.253				19.907.172		20.415.380
	2.2.2.4. - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1.	3.533.675				23.255.055,68		24.583.123,57

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
2.2.2. – Títulos de dívida								
2.2.2.1. – De dívida pública								
XS1751001139	GOBIERNO FEDERAL MEXICO 1,75 4/2028		1.200.000,00	104,40		1.252.800,00	104,88	1.258.551,37
XS2339399946	PRINCIPADO DE ANDORRA 1,25 5/2031		100.000,00	99,94		99.935,00	101,76	101.755,02
IT0005451361	REPÚBLICA DE ITALIA 0,126 4/2029		1.832.000,00	100,73		1.845.387,17	100,74	1.845.500,37
IT0005422891	REPÚBLICA DE ITALIA 0,9 4/2031		1.000.000,00	102,83		1.028.299,95	98,64	986.443,47
IT0005425233	REPÚBLICA DE ITALIA 1,7 9/2051		1.000.000,00	101,47		1.014.710,04	94,48	944.800,14
IT0005240350	REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033		2.200.000,00	93,49		2.056.868,00	113,52	2.497.515,03
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		3.155.000,00	99,28		3.132.233,70	108,48	3.422.531,43
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	25,60		491.008,00	94,35	1.809.704,18
ES00000128Q6	TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033		2.500.000,00	99,43		2.485.825,00	119,79	2.994.778,63
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		2.600.000,00	100,70		2.618.148,00	131,92	3.429.910,38
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		600.000,00	103,56		621.360,00	109,70	658.182,14
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.000.000,00	98,98		2.969.430,00	135,71	4.071.366,08
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	101,95		815.593,98	109,90	879.171,98
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.100.000,00	87,25		10.557.679,38	166,36	20.129.994,44
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	77,46		2.401.310,84	168,35	5.218.801,08
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		45.000,00	135,78		61.100,55	135,05	60.774,03
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		12.515.000,00	147,35		18.440.657,50	181,10	22.665.240,00
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		5.851.000,00	100,04		5.853.398,91	111,47	6.522.376,76
	Subtotal		55.516.000,00			57.745.746		79.497.397
2.2.2.2. – De outros emissores públicos								
FR00140002W1	ASSISTANCE PUBLIQUE HOPITAUX MARSEILLE 0 10/2040		95.000,00	98,95		94.002,50	101,52	96.442,73
XS1555575320	CAF-BCO DE DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA 0,5 1/2022		200.000,00	99,98		199.950,00	100,53	201.060,45
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. ELEC FTA 5 12/2026		800.000,00	128,80		1.030.400,00	124,87	998.963,84
	Subtotal		1.095.000,00			1.324.352,50		1.296.467,02

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
2.2.2.3. - De outros emissores								
XS1883355197	ABBOTT IRELAND FINANCING DAC 1,5 9/2026		400.000,00	105,82		423.280,00	106,65	426.612,08
XS2398290077	ACCIONA FINANCIACION FILIALES S.A. 100 2/2022		100.000,00	100,01		100.013,67	100,00	100.004,43
XS2152796269	AIRBUS GROUP SE 2 4/2028		100.000,00	99,63		99.627,00	110,74	110.736,97
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B.V. 0,452 7/2022		300.000,00	100,00		300.000,00	100,48	301.427,03
XS2347663507	ASTRAZENECA PLC 0,375 6/2029		100.000,00	99,58		99.584,00	100,04	100.040,81
XS2180007549	AT&T INC 1,6 5/2028		830.000,00	99,93		829.385,80	106,80	886.418,16
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A. 2 3/2027		700.000,00	100,00		700.000,00	109,19	764.337,00
XS1562614831	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A. 3,5 2/2027		500.000,00	99,99		499.960,00	115,75	578.738,19
LCRSANT-0001	BANCO SANTANDER S.A. 0 6/2022		133.110,43	100,00		133.110,43	100,00	133.110,43
XS1592168451	BANKINTER S.A. 2,5 4/2027		100.000,00	99,60		99.601,00	102,48	102.477,22
XS1945762265	BARCLAYS BANK PLC LONDON 2 6/2034		300.000,00	100,00		300.000,00	97,43	292.291,67
XS1565131213	CAIXABANK S.A. 3,5 2/2027		300.000,00	99,97		299.919,00	103,49	310.482,28
XS2191509038	CARLSBERG BREWERIES AS 0,375 6/2027		400.000,00	99,39		397.552,00	100,31	401.230,27
XS2348237871	CELLNEX FINANCE COMPANY S.A. 1,5 6/2028		200.000,00	99,59		199.170,00	98,93	197.858,97
XS2024771359	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY 0 3/2029		2.123.325,03	109,21		2.318.911,96	108,30	2.299.572,37
XS2113581578	CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY 1,6 12/2027		300.000,00	95,76		287.271,61	99,51	298.522,33
XS1791704189	CNAC HK FINBRIDGE CO LTD 1,75 6/2022		250.000,00	100,72		251.800,00	101,69	254.236,75
XS0826634874	COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022		250.000,00	99,55		248.880,00	104,34	260.856,62
ES0305045009	CRITERIA CAIXA S.A.U. 1,375 4/2024		200.000,00	99,44		198.880,00	103,93	207.858,11
XS2239553048	DAVIDE CAMPARI-MILANO SPA 1,25 10/2027		200.000,00	102,00		204.000,00	100,96	201.924,69
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V. 0,5307 12/2027		1.700.000,00	100,00		1.700.000,00	98,41	1.672.925,21
XS2076259063	DOURO FINANCE B.V. 0,6 7/2024		300.000,00	100,00		300.000,00	99,33	297.996,00
XS2079443433	DOURO FINANCE B.V. 0,92 3/2031		100.000,00	100,00		100.000,00	100,29	100.291,94
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V. 0,965 2/2023		240.000,00	100,00		240.000,00	101,49	243.580,80
XS2092534531	DOURO FINANCE B.V. 1,01 9/2028		418.139,00	100,00		418.139,00	100,44	419.974,63
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		430.000,00	103,64		445.649,85	104,21	448.095,16

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
FR00140005C6	EUTELSAT S.A. 1,5 10/2028		300.000,00	99,62		298.857,00	101,70	305.087,90
XS2307768734	GENERAL MOTORS FINANCIAL COMPANY INC 0,6 5/2027		200.000,00	99,83		199.660,00	99,61	199.216,01
XS1861206636	GOLDMAN SACHS GROUP INC 2 11/2028		200.000,00	99,43		198.854,00	109,08	218.156,09
FR0014000568	GRAND DELTA HABITAT 1,285 11/2040		100.000,00	97,62		97.620,00	95,56	95.556,66
FR0014002226	GRAND DELTA HABITAT 1,425 2/2048		300.000,00	96,67		290.010,00	99,25	297.738,43
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		200.000,00	99,88		199.764,00	116,27	232.547,44
ES0505087678	IM FORTIA 1 F.T. 100 7/2022		100.000,00	99,95		99.952,84	99,98	99.983,02
XS1809245829	INDRA SISTEMAS S.A. 3 4/2024		200.000,00	99,60		199.200,00	106,52	213.034,46
XS2244936659	INFRASTRUTTURE WIRELESS ITALIANE SpA 1,625 10/2028		100.000,00	100,04		100.040,00	101,65	101.649,05
DE000AIZ0TA4	JAB HOLDINGS BV 1,625 4/2025		500.000,00	105,83		529.150,00	105,56	527.776,03
XS2150015555	KONINKLIJKE AHOLD DELHAIZE NV 1,75 4/2027		100.000,00	99,44		99.440,00	108,62	108.624,70
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,1 12/2022		700.000,00	99,51		696.563,00	101,15	708.064,17
XS2151059206	MONDI FINANCE EUROPE GMBH 2,375 4/2028		300.000,00	99,51		298.533,00	112,23	336.684,55
XS2393080077	NEW YORK LIFE GLOBAL FUNDING 0,25 10/2028		200.000,00	99,52		199.046,00	99,14	198.283,52
XS1960021035	NOMURA INTERNATIONAL FUNDING PTE LTD 3,245 3/2034		300.000,00	100,00		300.000,00	103,44	310.329,00
FR0014002010	ORPEA 2 4/2028		200.000,00	99,20		198.390,00	101,84	203.672,48
XS2168625460	PEPSICO INC 0,25 5/2024		400.000,00	99,87		399.460,00	101,09	404.372,73
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		50.000,00	100,28		50.138,50	101,61	50.803,70
XS2156581394	REPSOL INTERNATIONAL FINANCE B.V. 2 12/2025		100.000,00	99,97		99.967,00	106,94	106.935,25
FR0013060209	RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELECTRICITE S.A. 1,625 11/2025		500.000,00	99,60		498.010,00	105,80	529.013,61
FR0013505104	SANOFI 1 4/2025		200.000,00	101,08		202.150,00	104,12	208.239,85
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	109,05		654.300,00	109,83	658.980,00
XS2310118547	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP- 1,7 9/2029		300.000,00	100,00		300.000,00	100,44	301.323,33
XS2244404724	SPIRE S.A.-SINGLE PLATFORM INVSTMNT REP- 1,97 9/2028		400.000,00	100,00		400.000,00	105,43	421.730,78
XS2237302646	STG GLOBAL FINANCE BV 1,375 9/2025		200.000,00	99,52		199.034,00	102,00	203.996,59
XS1715328768	SWEDISH MATCH AB 1,2 11/2025		100.000,00	103,39		103.390,00	103,21	103.209,76
XS2169243479	SWISSCOM FINANCE BV 0,375 11/2028		21.000,00	99,13		20.816,67	100,79	21.166,05

** Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário**	Total
XS2347284742	TECHNIP ENERGIES NV 1,125 5/2028		200.000,00	99,40		198.800,00	101,07	202.134,24
XS2153406868	TOTAL CAPITAL INTERNATIONAL S.A. 1,491 4/2027		100.000,00	100,00		100.000,00	107,26	107.263,36
ES0380907040	UNICAJA BANCO, S.A. 1 12/2026		100.000,00	99,94		99.941,00	99,80	99.798,93
ES0505496127	VALL COMPANYS 100 9/2022		200.000,00	99,87		199.732,52	99,95	199.902,47
XS2288097483	WIZZ AIR FINANCE COMPANY 1,35 1/2024		100.000,00	100,00		100.000,00	102,35	102.352,32
	Subtotal		18.545.574,46			18.825.554,85		19.289.226,60
	Subtotal 2.2.2.		75.156.574,46			77.895.653,37		100.083.090,15
	Subtotal 2.2.	3.533.675	75.156.574,46			101.150.709,05		124.666.213,72
	2.3. - Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. - Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	3.533.675	81.931.574,46			107.934.496,35		133.104.197,54
	Total geral	8.483.825	81.931.574,46			133.617.432,96		158.787.134,15

** Inclui o valor dos juros decorridos

Anexo 2.1. Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)*

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2021 (1)	Custos com sinistros** montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros** em 31/12/2022 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)	EUROS
Vida					
Não Vida	119.069.598,01	24.148.959,85	91.861.140,28	(3.059.497,88)	
Acidentes e doença	54.417.894,38	6.041.244,59	49.354.753,29	978.103,50	
Acidentes de trabalho	53.319.138,06	5.324.750,32	49.167.723,75	1.173.336,01	
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	232.750,79	217.160,30	96.893,15	81.302,66	
Doença	866.005,53	499.333,97	90.136,39	(276.535,17)	
Incêndio e outros danos	24.115.958,64	3.829.213,58	12.133.350,14	(8.153.394,92)	
Automóvel	33.857.944,59	12.873.944,05	24.331.461,17	3.347.460,63	
Responsabilidade civil	31.685.018,36	11.316.763,31	23.576.564,48	3.208.309,43	
Outras coberturas	2.172.926,23	1.557.180,74	754.896,69	139.151,20	
Marítimo e transportes	31.295,40	857,33	27.675,56	(2.762,51)	
Mercadorias transportadas	64.209,77	32.983,53	19.760,77	(11.465,47)	
Responsabilidade civil geral	4.964.094,85	1.278.962,20	4.432.046,64	746.913,99	
Crédito e caução	1.526.869,11	(11.557,92)	1.544.590,76	6.163,73	
Proteção jurídica	91.331,27	103.128,14	17.501,95	29.298,82	
Diversos		184,35		184,35	
Total	119.069.598,01	24.148.959,85	91.861.140,28	(3.059.497,88)	

* Valores à data de 31-12-2022

** Sinistros ocorridos no ano 2021 e anteriores

Anexo 2.2. Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)*

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2020 (1)	Custos com sinistros** montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros** em 31/12/2021 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)	EUROS
Vida					
Não Vida	119.161.088,43	29.495.298,95	92.673.103,85	3.007.314,37	
Acidentes e doença	54.332.122,66	6.281.880,96	49.830.813,58	1.780.571,88	
Acidentes de trabalho	53.106.868,71	5.715.997,00	49.676.196,76	2.285.325,05	
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	275.773,69	112.127,29	106.470,15	(57.176,25)	
Doença	949.480,26	453.756,67	48.146,67	(447.576,92)	
Incêndio e outros danos	26.914.026,98	11.147.223,63	15.474.590,33	(292.213,02)	
Automóvel	30.460.744,82	9.364.984,06	21.214.083,76	118.323,00	
Responsabilidade civil	28.135.466,17	7.707.281,23	20.408.652,54	(19.532,40)	
Outras coberturas	2.325.278,65	1.657.702,83	805.431,22	137.855,40	
Marítimo e transportes	185.118,81	7.650,46	26.073,21	(151.395,14)	
Mercadorias transportadas	66.196,91	(121.435,15)	44.066,42	(143.565,64)	
Responsabilidade civil geral	5.085.627,66	929.815,33	4.563.002,52	407.190,19	
Crédito e caução	1.959.318,99	1.788.575,39	1.485.073,31	1.314.329,71	
Proteção jurídica	127.954,24	76.390,75	35.400,72	(16.162,77)	
Diversos	29.977,36	20.213,52		(9.763,84)	
Total	119.161.088,43	29.495.298,95	92.673.103,85	3.007.314,37	

* Valores à data de 31-12-2021

** Sinistros ocorridos no ano 2020 e anteriores

Anexo 3.1. Discriminação dos custos com sinistros*

Ramos/grupos de ramos	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros	EUROS
Seguro Direto	45.257.444,06	6.432.425,81	(2.390.657,98)	49.299.211,89	
Acidentes e doença	10.109.392,77	893.697,61	(291.745,93)	10.711.344,45	
Acidentes de trabalho	7.336.404,39	726.720,33	(138.920,26)	7.924.204,46	
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	312.276,13	77.686,49	47.024,48	436.987,10	
Doença	2.460.712,25	89.290,79	(199.850,15)	2.350.152,89	
Incêndio e outros danos	7.400.116,12	1.277.797,07	(3.612.739,80)	5.065.173,39	
Automóvel	26.397.623,04	3.241.973,10	1.374.183,17	31.013.779,31	
Responsabilidade civil	18.360.326,05	1.907.171,99	1.148.804,73	21.416.302,77	
Outras coberturas	8.037.296,99	1.334.801,11	225.378,44	9.597.476,54	
Marítimo e transportes	22.498,85	2.943,89	31.146,41	56.589,15	
Mercadorias transportadas	58.777,57	3.910,95	(34.993,92)	27.694,60	
Responsabilidade civil geral	1.267.857,74	707.335,91	157.128,20	2.132.321,85	
Crédito e caução	(14.919,53)	9.863,76	17.721,65	12.665,88	
Proteção jurídica	16.097,50	294.374,96	(31.357,76)	279.114,70	
Diversos		528,56		528,56	
Resseguro aceite					
Total	45.257.444,06	6.432.425,81	(2.390.657,98)	49.299.211,89	

* Valores à data de 31-12-2022

Anexo 3.2. Discriminação dos custos com sinistros*

Ramos/grupos de ramos	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros	EUROS
Seguro Direto	50.403.032,63	6.691.634,20	(93.140,22)	57.001.526,61	
Acidentes e doença	10.265.649,32	962.347,61	84.121,92	11.312.118,85	
Acidentes de trabalho	7.590.128,71	796.989,46	210.619,55	8.597.737,72	
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	185.710,51	79.585,49	(43.022,90)	222.273,10	
Doença	2.489.810,10	85.772,66	(83.474,73)	2.492.108,03	
Incêndio e outros danos	15.200.729,52	1.088.998,81	(2.798.068,34)	13.491.659,99	
Automóvel	22.119.119,92	3.554.671,72	3.397.199,77	29.070.991,41	
Responsabilidade civil	14.477.361,62	2.057.693,01	3.549.552,19	20.084.606,82	
Outras coberturas	7.641.758,30	1.496.978,71	(152.352,42)	8.986.384,59	
Marítimo e transportes	9.118,20	3.050,55	(153.823,41)	(141.654,66)	
Mercadorias transportadas	(17.590,87)	5.477,03	(1.987,14)	(14.100,98)	
Responsabilidade civil geral	1.026.336,52	722.640,99	(121.532,81)	1.627.444,70	
Crédito e caução	1.763.882,14	43.254,55	(432.449,88)	1.374.686,81	
Proteção jurídica	15.804,80	310.877,73	(36.622,97)	290.059,56	
Diversos	19.983,08	315,21	(29.977,36)	(9.679,07)	
Resseguro aceite					
Total	50.403.032,63	6.691.634,20	(93.140,22)	57.001.526,61	

* Valores à data de 31-12-2021

Anexo 4.1. Discriminação de alguns valores por ramos*

Ramos/grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos **	Custos e gastos de exploração brutos **	Saldo de resseguro	EUROS
Seguro Direto	107.625.628,19	106.455.892,78	49.299.211,89	27.608.534,27	(27.971.732,38)	
Acidentes e doença	19.462.734,70	19.329.406,37	10.711.344,45	4.732.475,78	(1.610.919,16)	
Acidentes de trabalho	13.291.518,51	13.206.287,81	7.924.204,46	3.654.974,76	(165.618,45)	
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1.786.623,07	1.790.106,61	436.987,10	445.014,26	(339.871,41)	
Doença	4.384.593,12	4.333.011,95	2.350.152,89	632.486,76	(1.105.429,30)	
Incêndio e outros danos	36.579.906,14	35.205.299,50	5.065.173,39	6.856.823,56	(25.592.684,21)	
Automóvel	44.670.906,64	45.173.828,03	31.013.779,31	13.940.727,08	958.725,40	
Responsabilidade civil	27.166.253,49	27.337.013,67	21.416.302,77	8.166.062,78	1.936.361,27	
Outras coberturas	17.504.653,15	17.836.814,36	9.597.476,54	5.774.664,30	(977.635,87)	
Marítimo e transportes	120.944,47	112.735,54	56.589,15	14.852,69	(45.790,86)	
Mercadorias transportadas	257.203,66	250.746,91	27.694,60	43.498,28	(141.218,96)	
Responsabilidade civil geral	5.736.460,44	5.575.309,96	2.132.321,85	1.039.647,25	(1.532.952,66)	
Crédito e caução	90.892,94	95.432,09	12.665,88	45.862,07	17.776,78	
Proteção jurídica	667.512,72	674.816,72	279.114,70	926.245,03		
Diversos	39.066,48	38.317,66	528,56	8.402,53	(24.668,71)	
Resseguro aceite						
Total	107.625.628,19	106.455.892,78	49.299.211,89	27.608.534,27	(27.971.732,38)	

* Valores à data de 31-12-2022

** Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4.2. Discriminação de alguns valores por ramos*

Ramos/grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos **	Custos e gastos de exploração brutos **	Saldo de resseguro	EUROS
Seguro Direto	102.453.084,13	101.642.885,39	57.001.526,61	26.206.919,92	(13.968.552,15)	
Acidentes e doença	18.542.321,43	18.595.976,31	11.312.118,85	4.651.784,76	(1.372.844,14)	
Acidentes de trabalho	12.844.518,42	12.915.450,54	8.597.737,72	3.671.375,83	(160.029,51)	
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1.716.493,82	1.720.498,42	222.273,10	416.303,36	(365.312,50)	
Doença	3.981.309,19	3.960.027,35	2.492.108,03	564.105,57	(847.502,13)	
Incêndio e outros danos	32.543.579,96	31.715.289,60	13.491.659,99	5.828.330,23	(12.751.405,64)	
Automóvel	44.989.451,97	45.144.449,60	29.070.991,41	13.724.830,37	599.673,53	
Responsabilidade civil	27.174.676,74	27.263.219,64	20.084.606,82	7.976.851,08	1.970.588,18	
Outras coberturas	17.814.775,23	17.881.229,96	8.986.384,59	5.747.979,29	(1.370.914,65)	
Marítimo e transportes	136.866,92	90.147,28	(141.654,66)	13.344,47	(119.070,48)	
Mercadorias transportadas	272.340,26	256.458,38	(14.100,98)	48.154,42	(187.931,95)	
Responsabilidade civil geral	5.141.591,36	5.017.140,89	1.627.444,70	940.002,52	(1.260.000,37)	
Crédito e caução	113.424,79	115.622,04	1.374.686,81	108.973,01	1.157.214,37	
Proteção jurídica	670.982,60	665.036,87	290.059,56	882.731,25		
Diversos	42.524,84	42.764,42	(9.679,07)	8.768,89	(34.187,47)	
Resseguro aceite						
Total	102.453.084,13	101.642.885,39	57.001.526,61	26.206.919,92	(13.968.552,15)	

* Valores à data de 31-12-2021

** Sem dedução da parte dos resseguradores

05

Certificação legal das contas e relatório e parecer do conselho fiscal





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mapfre – Seguros Gerais, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 216.413.747,88 euros e um total de capital próprio de 47.401.940,78 euros, incluindo um resultado líquido de 2.120.432,37 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Mapfre – Seguros Gerais, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489 - Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078



Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento da imparidade) (102.300.375,61 euros)

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda totaliza 102.300.375,61 euros, representando cerca de 47% do ativo, conforme nota 5 das demonstrações financeiras.

O Risco	A nossa resposta ao risco identificado
A mensuração destes ativos financeiros encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.4 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos: <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos controlos internos relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros;▪ Teste à valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externos;▪ Teste à imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda, analisando o risco de crédito dos emitentes e as variações de justo valor dos instrumentos financeiros;▪ Avaliação da adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
O justo valor para a maioria dos ativos financeiros que compõem a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de <i>price providers</i> . Conforme referido na nota 5.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.	

2



Provisão para Sinistros – Outros ramos (excepto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho – Pensões) (77.825.455,95 euros)

Em 31 de dezembro de 2022, a Provisão para sinistros, no valor de 77.825.455,95 euros, representa cerca de 46% do Passivo à mesma data, conforme nota 14 às demonstrações financeiras.

O Risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Realização de testes que compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*) na estimativa do valor da provisão para sinistros;
- Avaliação da metodologia e dos pressupostos significativos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respetiva provisão para sinistros;
- Realização de uma análise de tendência com o objetivo de identificar inconsistências com períodos anteriores;
- Avaliação da informação produzida pela área de atuariado da Entidade;
- Avaliação da adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

3



Provisão para Sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (pensões) (38.334.577,69 euros)

Em 31 de dezembro de 2022, do montante da Provisão para Sinistros, 38.334.577,69 euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho (pensões), conforme nota 14 às demonstrações financeiras da Entidade, representa cerca de 23% do Passivo à mesma data.

O Risco

A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado com responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e atuariais usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado dos ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Realização de testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada dos ativos, incluindo as taxas de reinvestimento;
- Avaliação da informação produzida pela área de atuariado da Entidade;
- Avaliação da adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

4



Participação detida na Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (4.682.936,61 euros) e outros ativos intangíveis associados ao contrato de distribuição com o Banco Santander Totta, S.A. (9.283.682,35 euros)

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e os outros ativos intangíveis incluem o valor de 4.682.936,61 euros e 9.283.682,35 euros, respetivamente, relativamente à aquisição da participação de 50,01% Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. ("Mapfre Santander Portugal") e do contrato de distribuição de contratos de seguro incluído nesta operação, conforme notas 4 e 9 das demonstrações financeiras.

O Risco

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, determinadas através de análises de imparidade sempre que são identificados indícios, tal como descrito nas notas 2.3 e 2.7 das demonstrações financeiras, respetivamente.

Conforme previsto na IAS 36 – Imparidade de ativos, as análises de imparidade consistem na identificação de indícios de imparidade e, nos casos em que sejam de facto identificados, na determinação do valor recuperável do investimento.

Para efeitos da avaliação da recuperabilidade destes ativos, a Entidade determina o valor recuperável através da realização de uma avaliação periódica, baseada, sobretudo em modelos desenvolvidos e preparados pela própria Entidade. Esta avaliação encontra-se suportada num conjunto de pressupostos, nomeadamente acerca da evolução futura da atividade da participada e das taxas de juro, os quais têm impacto significativo na determinação do seu valor recuperável.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes associados ao processo de avaliação e determinação de imparidade associada aos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e ativos intangíveis;
- Revisão da razoabilidade das metodologias e dos pressupostos utilizados na avaliação da participação financeira preparada pela Entidade, tendo em consideração a informação financeira disponível sobre a sua performance e dados de mercado;
- Revisão, com o envolvimento dos nossos especialistas, dos cálculos que suportam a avaliação preparada pela Entidade para efeitos da análise de indícios de imparidade da participação financeira e recuperação do ativo intangível, bem como para modelizar o plano de amortização estabelecido para o contrato de distribuição de seguros referido acima;

5



A evolução da conjuntura económica, o comportamento da inflação e as medidas de política monetária a serem tomadas e respetivos efeitos, criaram maior incerteza sobre os pressupostos, nomeadamente taxa de juro, subjacentes às projeções financeiras que suportam a avaliação de imparidade.

- Avaliação da adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

6



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

7



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2016. Fomos nomeados auditores da Entidade na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados auditores da Entidade na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2020 para um terceiro mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 27 de março de 2023.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);

8



- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

28 de março de 2023

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
José Manuel Horta Nova Nunes
(ROC n.º 1581 e registado na CMVM com o n.º 20161191)

9

Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

Senhores Acionistas

1. No âmbito legal e geral das disposições dos artigos 413º a 423º-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 24º e 25º dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da Sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas sucessivamente pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018, pela lei 7/2019, pela lei 27/2020, pela lei 58/2020, pelo decreto-lei 84/2020, e pelo decreto-lei 56/2021, tendo em conta as disposições legais pertinentes e relativas às ditas “entidades de interesse público” como é o caso das seguradoras, e tendo ainda em conta, na parte aplicável, as normas regulamentares das entidades de regulação e supervisão, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e como a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pelas suas funções específicas de supervisão das atividades de auditoria e dos auditores que esta tem, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420º do já mencionado Código das Sociedades Comerciais, apresentar **relatório** sobre a sua ação fiscalizadora, e dar **parecer** sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Mapfre Seguros Gerais SA**, tudo relativamente ao **exercício findo em 31-12-2022**.
2. Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas de 2018, para completar o triénio 2017-2019, e foram depois novamente designados para o triénio 2020-2022, tendo-lhes já cabido dar anteriormente parecer sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros Gerais SA relativamente ao exercício de 2018, relativamente ao exercício de 2019, relativamente ao exercício de 2020 e relativamente ao exercício de 2021.
3. O Conselho Fiscal tomou em conta de novo quanto antes recebeu, viu e disse sobre todos os documentos de contas relativos aos exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021, bem como os “Planos de Auditoria” da “área Corporativa de Auditoria Interna” da Mapfre, e ainda todos os documentos que adiante identifica.
4. O Conselho Fiscal analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada periodicamente pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo seu Diretor Financeiro e pelo seu Diretor de auditoria interna e, designadamente, os sucessivos relatórios de gestão para o Conselho Fiscal, de junho, setembro, novembro e dezembro de 2022, e ainda as informações preliminares do final de 2022 e do início de 2023, recebidas estas em 16-3-2023, relativas já a todo o exercício de 2022 ou à sua

Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

projeção.

5. O Conselho Fiscal também recebeu do Conselho de Administração, em 21-7-2022, logo após a reunião do Conselho Fiscal de 19-7-2022, o designado Relatório ORSA (“Own Risk and Solvency Assessment”), referido a 30-6-2022, estando ainda em preparação, no prazo próprio, o Relatório ORSA que se referirá a 31-12-2022.
6. O Conselho Fiscal, depois da Assembleia Geral da Sociedade em 8-4-2022, realizou reuniões regulares próprias e, nas mesmas datas, reuniões de trabalho com o Administrador- Delegado e, pelo menos, também com o mencionado Diretor Financeiro, em 20-4-2022, em 19-7-2022, em 8-11-2022, e em 15-12-2022. Realizou reuniões próprias em cada uma daquelas oportunidades e ainda em 16-3-2023, sobre o exercício de 2022, e em 22-3-2023 para formular a proposta de recondução, no prazo legal possível, da KPMG como auditores externos da sociedade. Reuniu ainda, nesta data de 29-3-2023, também telematicamente, para aprovar o presente relatório e o parecer do Conselho Fiscal sobre as contas de 2022.
7. Nas reuniões de 15-12-2022 e de 16-3-2023, estiveram também presentes os representantes da auditora KPMG, tendo-se analisado e discutido detalhadamente os documentos informativos do Conselho de Administração e, nas datas correspondentes, os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas, e tendo-se analisado ainda, expressamente, os temas e as operações mais relevantes para as contas do exercício de 2022 e para a atividade da Sociedade.
8. Algumas das reuniões foram ainda realizadas telematicamente, com a participação integral do Conselho Fiscal, incluindo o vogal suplente, e com todos os interlocutores indicados nas respetivas atas.
9. O Conselho Fiscal recebeu intercalarmente da Sociedade, e analisou e discutiu com o seu Administrador Delegado e Diretores com competências sobre as matérias em causa, pelo menos: “Informe de gestión” de junho de 2022, “Relatório ORSA”, de 30-6-2022, “Informe de gestión” de setembro de 2022, apresentado em reunião de 8-11-2022, e “Informe de gestión” de novembro de 2022, apresentado em reunião de 15-12-2022, e ainda a apresentação ao Conselho Fiscal sobre o encerramento de 2022, feita em 16-3-2023.
10. O Conselho Fiscal recebeu da KPMG, e depois analisou e discutiu em reunião de 15-12-2022, o “Relatório para o Conselho Fiscal – Planeamento auditoria, de 31-12-2022”.
11. O Conselho Fiscal recebeu ainda e apreciou favoravelmente em 19-1-2023 a comunicação legal sobre prestação de serviços distintos da auditoria.
12. O Conselho Fiscal recebeu também, em 10-3-2023, e analisou depois com o Administrador

Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

Delegado, com o Diretor Financeiro e com os representantes da auditora, em reunião de 16-3-2023, as versões preliminares do Relatório de Gestão 2022 do Conselho de Administração, das Contas relativas ao exercício de 2022 e do Balanço em 31-12-2022, da Demonstração da Variação do Capital Próprio, da Demonstração do Rendimento Integral, do Fluxo de Caixa, bem como das Notas às Demonstrações Financeiras, e ainda o relatório da Actuarial sobre as provisões para sinistros.

13. Na reunião de 16-3-2023, o Conselho Fiscal recebeu do Diretor Financeiro e dos representantes da KPMG, os esclarecimentos complementares relativos às contas de 2022 e aos relatórios da Actuarial sobre as provisões para sinistros, e ao projeto de relatório da KPMG com conclusões sobre as contas de 2022.

14. No decurso da reunião de 16-3-2023, nos termos que resultam do próprio projeto de relatório da mesma data, os auditores da KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal: não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2022; foram novamente dadas informações sobre as perspetivas da parceria societária com o Banco Santander na área dos seguros; não surgiram questões significativas relacionadas com partes relacionadas nem outras questões relevantes; não identificaram nem deficiências significativas de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou de regulamentos; não fizeram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas, divergências ou inconsistências; não evidenciaram qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as práticas contabilísticas apropriadas; foram analisadas todas as matérias significativas, relativas a provisões para sinistros, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de réditos.

15. Todos estes pontos foram devidamente discutidos e adequadamente suportados pela administração e pela direção financeira da Sociedade e pela KPMG.

16. Nas reuniões realizadas relativamente à atividade e às contas de 2022, como ocorrera antes relativamente à atividade e ao exercício de 2021, o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e sobre a sua continuidade, e designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em uso na Mapfre Seguros Gerais, sobre as respetivas bases técnicas e sobre as bases financeiras, e ainda sobre metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de compleição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Actuarial, tendo analisado e

Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevantes, como aliás já se concluíra relativamente ao exercício anterior.

17. O Conselho Fiscal teve informação regular da administração da Sociedade sobre as atividades da Sociedade.

18. O Conselho Fiscal teve ainda oportunidade de aceder regularmente à informação sobre alguns indicadores do mercado, nos sucessivos Relatórios de Evolução da Atividade Seguradora, preparados e divulgados pela ASF, aos comunicados e propostas do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, bem como a diversos documentos técnicos da EIOPA publicados em 2022, entre os quais se encontram as sucessivas versões do “risk dashboard” da atividade seguradora, e de outras entidades nacionais e internacionais de referência.

19. A “autoavaliação, prospetiva de riscos e solvência” no designado e mencionado “Relatórios ORSA”, de 30-6-2022, que segue estritamente os padrões fixados pela ASF e pela EIOPA (no quadro das “orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais”), permite concluir que a Sociedade é adequadamente resiliente aos diversos impactos ali estudados e parametrizados, e que continuará a ser, comparativamente, mais resiliente do que outros operadores da mesma área de atividade, e que, por isso mesmo, será plausível admitir que a sua atividade em 2023 se acomodará de novo, com êxito, às contingências do mercado, continuando a ser essa também a perspetiva do Conselho de Administração da Sociedade e dos Auditores da KPMG, como decorre do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2022.

20. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, como agora realça, alcançou receber dos demais órgãos e serviços da Sociedade e dos auditores a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer outras reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas e visto confirmada a preparação da Sociedade para bem continuar a superar em 2023 todos os desafios que se lhe apresentam e apresentem.

21. O Conselho Fiscal elaborou, em 22-3-2023, proposta dirigida à Assembleia Geral da Sociedade, propondo, sob a competência legal que tem, a renovação do mandato da KPMG, mas até ao limite do período máximo consentido pela lei.

22. O Conselho Fiscal recebeu, entretanto, em 27-3-2023, a “carta de representação” do Conselho de Administração dirigida à KPMG, e recebeu também da KPMG, como devido, o Relatório de Auditoria

Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

devidamente assinado, acompanhado da declaração sobre a sua independência.

23. O Conselho Fiscal recebeu em 28-3-2023 a detalhada “certificação legal de contas”, sem que o documento apresente ou sugira reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer outro registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.

24. Tendo em conta o que fica como **relatório** da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu **parecer** e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfre Seguros Gerais em 2022.

25. Tendo em conta o que fica como Relatório da sua atividade, e a informação regular e especial recebida e diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser **parecer** seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas relativas ao exercício de 2022, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2022, e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos resultados, e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2022.

26. O que se sabe e o que se prevê não afeta de nenhuma maneira a apreciação muito favorável feita à atividade e às contas da Sociedade em 2022, sendo a situação patrimonial, apurada em 31-12-2022, de ter como favorável, para que a Sociedade continue a superar positivamente, e a superar comparativamente melhor, os desafios do mercado e do seu contexto sempre complexo.

27. Tendo em conta quando diz e quanto fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2022;
- Aprove as Contas relativas ao exercício de 2022, apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG como sociedade revisora oficial de contas e como auditora externa;
- Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão e que está em conformidade com as normas legais aplicáveis, **no sentido de que o resultado líquido do exercício no montante de 2.120.432,37 euros**, (dois milhões cento e vinte mil quatrocentos e trinta e dois euros e trinta e sete cêntimos) **seja aplicado da seguinte forma:**
 - **212.043,24 euros** (duzentos e doze mil e quarenta e três euros e vinte e quatro cêntimos) sejam aplicados para reforço da **reserva legal**;
 - **212.043,23 euros** (duzentos e doze mil e quarenta e três euros e vinte e três cêntimos) sejam aplicados para reforço das **reservas livres**;
 - **1.696.345,90 euros** (um milhão seiscentos e noventa e seis mil trezentos e quarenta e cinco

Mapfre Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

euros e noventa cêntimos) sejam aplicados para **distribuição de dividendos aos acionistas**.

d) Aprecie, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 29 de março de 2023

José Ferreira Machado, presidente

Assinado por: **José António Ferreira Machado**
Num. de Identificação: 04872671
Data: 2023.03.29 17:35:32 +0100

Luís Filipe Caldas, vogal

Assinado de forma digital por Luís Filipe Caldas
Dados: 2023.03.29 15:18:16 +01'00'

João Sobral do Rosário, vogal

Assinado por: **João Francisco Baptista Colaço Sobral do Rosário**
Num. de Identificação: 10323543
Data: 2023.03.29 15:48:58+01'00'

José Gabriel Chimeno, vogal suplente

Assinado por: **Jose-Gabriel Chimeno Casero**
Num. de Identificação: 31936717
Data: 2023.03.29 17:12:34+01'00'

Notas:

Relatório e Parecer aprovado em reunião telemática do Conselho Fiscal de 29 de mar

Assinado digitalmente





MAPFRE

RELATÓRIO E CONTAS 2022
MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A.

Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,
Edifício Zenith – Miraflores
1495-131 ALGÉS, Portugal

www.mapfre.pt



Design, paginação e revisão: Choice – Comunicação Global, Lda.

choice.pt